

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

HOMENS DE LETRAS NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 30 E 40

Muza Clara Chaves Velasques

Prof^a Orientadora: Ângela de Castro Gomes

**Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora em
História Social**

Niterói

2000

RESUMO

Esta tese propõe-se a analisar o campo intelectual carioca nas décadas de 1930 e 1940. O caminho percorrido foi o do mapeamento de espaços de sociabilidade intelectual relevantes para os homens de letras do período. A boemia, revistas e suplemento literários de jornais, bem como casas editoras, foram alguns dos espaços abordados. Procurou-se dar destaque à análise de alguns processos, como o das relações entre a atividade intelectual e o contexto de polarização política daquele momento, assim como às especificidades de ser literato no Rio de Janeiro, então Capital Federal, e à profissionalização do escritor que iniciava seu curso.

ABSTRACT

This thesis has the purpose of analyse the intelectual field of Rio de Janeiro, in the 30's and the 40's. The way to do it was by doing a map of the intelectual sociability spaces that was important to the literates of this period. The bohemian spaces, magazines, literature's supplements and editors were the spaces analised. The relations between the intelectual activity and the political polarization in that moment, the peculiarities of being a literate in Rio de Janeiro, and the professionalization of the writers were some of the themes privileged.

SUMÁRIO

| | |
|---|--------|
| APRESENTAÇÃO | p.5 |
| CAPÍTULO I – Literatos e sociedade no Brasil dos anos 1930 e 1940: contextos e conceitos | p. 18 |
| CAPÍTULO II – Boemia e vida literária no Rio de Janeiro | p. 45 |
| CAPÍTULO III – Revistas Literárias: a <i>Revista Acadêmica</i> | p. 79 |
| CAPÍTULO IV – Suplementos e colunas literárias: os <i>Arquivos Implacáveis</i> | p. 130 |
| CAPÍTULO V – Escritores e editores: profissionalização? | p. 160 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | p. 190 |
| BIBLIOGRAFIA E FONTES | p. 194 |

APRESENTAÇÃO

Itinerário: acertando os passos...

“...Os gênios nacionais não são de geração espontânea. Eles nascem porque um amontoado de sacrifícios humanos anteriores lhes preparou a altitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação. Que me importa que a minha obra não fique? É uma vaidade idiota pensar em ficar, principalmente quando não se sente dentro do corpo aquela fatalidade inelutável que move a mão dos gênios. O importante não é ficar, é viver. Eu vivo.”
*(Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, 1924)*¹

Com certeza a modéstia de Mário de Andrade, no que diz respeito a seu sentimento de “não genialidade”, não era das suas posições mais sinceras. Entretanto, destaco aqui dois pontos fundamentais para tornar claro o caminho da pesquisa que escolhi,

¹ Lopez, Telê Ancona (org.). *A imagem de Mário*. Rio de Janeiro, Alumbamento/Livroarte Ed., 1984.

onde busco entender o campo de atuação dos homens de letras - escritores, divulgadores, editores... - na cidade do Rio de Janeiro das décadas de 1930 e 1940.

Um primeiro ponto relaciona-se à construção dos parâmetros definidores das gerações de intelectuais brasileiros durante as décadas de 30 e 40, no espaço específico da cidade do Rio de Janeiro. Um segundo ponto é aquele que mais se aproxima da definição de meu objeto de pesquisa, resumido na expressão de Mário de Andrade: “...*o importante não é ficar, é viver. Eu vivo.*” Com esta tese busca-se reconstituir as redes de sociabilidade entre estes intelectuais ou homens vinculados às letras de uma forma mais ampla. Tratam-se de relações cotidianas, que muitas vezes eram centradas em relacionamentos pessoais – como o de Mário e Drummond – mas que possuíam também espaços e regras institucionais e profissionais que merecem ser analisadas com maior atenção.

Para chegar a esta formulação da problemática de pesquisa, percorri um longo trajeto que teve início no trabalho que deu origem à minha dissertação de mestrado. Neste mesmo Programa de Pós-Graduação em História, cursei o Mestrado, desenvolvendo uma pesquisa sobre o bairro da Lapa, que resultou na dissertação *A Lapa*

boêmia: um estudo sobre a identidade carioca. Analisei então, a construção de práticas e imagens que tornaram a Lapa - em especial nas lembranças que evocavam seus “anos áureos” nas décadas de 1930 e 1940 - um ponto de referência para a cidade do Rio de Janeiro. Um bairro cuja identidade, construída por aqueles que nele viveram ou sobre ele escreveram, permanece, até hoje, cercada pela ambigüidade. Louvada por uns, como templo do lazer boêmio - a *Montmartre* dos trópicos -, combatida por outros, como centro de prostituição e malandragem, a Lapa boêmia pode ser vista como espelho de uma cidade e um povo que são definidos, ora positivamente, como ligados ao carnaval e ao lazer, ora negativamente, como centro do ócio e da desordem.

Busquei entender este espaço, privilegiando o cotidiano de seus freqüentadores e do lazer noturno no bairro. Entre estes últimos, receberam maior destaque aqueles que se ligavam ao mundo das letras e da música. A Lapa aparecia assim, entre outras dimensões, como um espaço de produção de cultura popular, central para as imagens dominantes sobre a cidade do Rio de Janeiro, em especial, no que se refere à imagem do malandro, figura tão popular do bairro, e que passou a ser a “cara” da definição do carioca.

Entre as diferentes fontes utilizadas no trabalho, tive a oportunidade de ler as obras de alguns memorialistas da Lapa. Estes escritores, durante a década de 60, buscaram resgatar as lembranças vividas em um espaço, cada vez mais ameaçado pelas contínuas obras de remodelação da cidade. Transcreveram as imagens da vida boêmia, das rodas literárias e das loucuras da juventude, que tinham no bairro seu epicentro. Para muitos deles, que seguiram, com graus variados de profissionalismo, a carreira das letras, o primeiro passo da socialização intelectual não se deu nas Faculdades de Direito e Medicina que cursavam, mas nas mesas dos bares da Lapa, onde encontravam-se escritores consagrados e jovens em busca de oportunidades no meio literário.

A partir daí, tomei conhecimento de um universo muito maior do que aquele que pretendia dar conta em minha dissertação de mestrado. Terminada aquela tarefa, o curioso encontro de nomes, citados nas diferentes obras de resgate da memória do bairro, como Mário de Andrade (influência fundamental para uma parcela expressiva dos intelectuais do Rio), o jovem Carlos Lacerda, Drummond, Murilo Miranda, entre tantos outros, havia sido por mim trabalhado apenas no que instrumentalmente servisse à discussão sobre a Lapa. Porém, a forma como boa parte desses homens, moços em sua maioria, que

estavam começando a construir suas carreiras literárias ou políticas, referiam-se uns aos outros e aos seus espaços de trabalho, política e lazer, permanecia em si pouco explicada.

Busquei como proposta inicial, aprofundar a análise sobre o universo boêmio dos literatos cariocas, o que me parecia ser o caminho privilegiado para o entendimento da sociabilidade intelectual entre eles. Assim, quando da elaboração de meu projeto de doutorado, defini meu objeto a partir da investigação de uma certa parcela da intelectualidade carioca, entre os anos 20 e 40, marcada por uma experiência boêmia. Entendendo a boemia como uma característica comum à trajetória de muitos intelectuais do Rio de Janeiro e como um traço constitutivo da identidade que estes intelectuais procuraram criar para eles mesmos e para a cidade, propunha-me a mapear os espaços por onde circulavam e a analisar o impacto da experiência boêmia em sua produção.

Com o avanço das pesquisas, passei a atentar mais para a forma como as diferentes gerações de intelectuais boêmios produziam suas obras, como se relacionavam entre si e como se organizavam no meio literário. O resultado de tal ênfase foi um deslocamento progressivo no enfoque da análise. Passei a caracterizar a boemia como um dos

"espaços de sociabilidade" mais comuns e significativos aos homens de letras da Capital Federal nas três décadas assinaladas. Um dos espaços, contudo não o único, a catalisar seus interesses e investimentos.

Comecei a considerar como fundamental a reconstituição de outros espaços de sociabilidade que demarcavam a atividade intelectual da geração que entrou para o meio literário entre os anos 30 e 50. Além da boemia, tais literatos contavam com outros meios de inserção no ambiente intelectual, como as revistas e os suplementos literários da grande imprensa. Entretanto, para o homem de letras, a publicação de um livro é o objetivo maior e o ponto de partida para um reconhecimento entre os pares. Por esse motivo, as editoras e os editores ocupavam também um lugar de destaque entre os espaços de sociabilidade daquela intelectualidade. Mas, como viver de letras era um privilégio de alguns poucos, as relações desses literatos com outras formas de sobrevivência, em especial com o emprego público, não podem deixar de ser abordadas. Pela via da inserção profissional dos escritores/funcionários públicos ou pela via das opções políticas, que colocavam muitas vezes a literatura a serviço de uma “causa”, não se pode negligenciar as complicadas relações entre os intelectuais e o Estado no período em questão.

É a partir desse realinhamento da pesquisa que posso melhor explicar o trabalho com as fontes primárias. Tal trajetória de pesquisa me levou a projetar uma organização da tese em torno dos espaços de produção intelectual do período estudado, associando-a à discussão da própria identidade dos homens de letras do Rio. A ordenação final da redação da tese acabou por refletir este caminho da pesquisa.

Ao apresentar a trajetória da pesquisa até o momento, já o fiz introduzindo uma série de categorias de análise e conceitos que me são úteis para abordar o tema, como: campo intelectual; espaços de sociabilidade intelectual; gerações; boemia literária, entre outros. O primeiro capítulo da tese trata justamente destes referenciais teórico-conceituais, partindo de uma definição ampliada da categoria intelectual e de uma discussão dos condicionantes histórico-sociais internos e externos ao campo onde atuam, o que inclui uma análise dos espaços de sociabilidade e dos traços de uma geração intelectual. Tal quadro de referências teóricas ganha mais sentido quando aplicado ao Brasil dos anos 1930 e 1940, contexto em que se desenvolvem os processos que serão objeto de reflexão na tese.

Algumas reflexões de autores, como Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli, são discutidas de forma a resgatar

conceitos e referências que podem ser úteis ao trabalho. Da mesma forma, a ampla bibliografia sobre intelectuais brasileiros e sua produção no período em questão é tomada como base para uma síntese, necessária às reflexões posteriores.

Um segundo capítulo retoma o tema dos espaços de sociabilidade boêmia, com o qual já tive oportunidade de trabalhar, no que diz respeito ao recorte específico dos anos 1930 e 1940, na dissertação sobre a Lapa. A análise se conduz pelo recurso à literatura memorialística e às fontes periódicas e epistolares utilizadas nos demais capítulos. A vida noturna, as rodas intelectuais e os bairros boêmios do Rio daqueles anos são os espaços reconstituídos. Realiza-se aí uma discussão da matriz francesa de relação entre boemia e vida literária e de sua influência entre gerações sucessivas de intelectuais brasileiros, a começar pelos românticos e parnasianos do fim do século passado, passando pelas rodas dos cafés da Ouvidor, chegando aos *dancings* e cabarés da Lapa. O centro da análise se concentra na importância dos espaços e práticas boêmias para a socialização intelectual da geração literária dos anos 30 e 40.

No que se refere ao trabalho com a documentação, a primeira série de fontes com a qual me defrontei foi a coleção da *Revista*

Acadêmica, periódico publicado entre 1933 e 1948, dirigido por Murilo Miranda e Moacir Werneck de Castro, que contava com colaboradores do porte de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Drummond, Oswald, e toda a geração de autores associadas ao modernismo em sua fase posterior a 1930. Chegando à revista a partir de uma pesquisa em obras de referência sobre literatura e literatos - dicionários biográficos e bibliográficos, principalmente - e correspondências, em especial as de Mário de Andrade com a intelectualidade carioca, nela encontrei diversas possibilidades de trabalho.

As influências literárias nacionais e internacionais daquela geração intelectual, suas flutuações políticas num mundo marcado pela experiência da ascensão dos regimes e propostas fascistas e pela 2ª Grande Guerra, as redes de relacionamento que construía e os direcionamentos temáticos e formais de seus trabalhos, são alguns dos aspectos da análise da revista destacados no terceiro capítulo da tese.

Com o correr da pesquisa, dediquei-me a coletar dados em alguns suplementos e colunas literárias dos jornais de grande circulação na cidade. Uma seleção me conduziu aos suplementos de *A Manhã*, *Diário de Notícias* e *O Jornal* (ambos nos anos 40) e ao *Jornal de Letras* (cuja publicação inicia-se em 1949). Nestes e nas páginas de alguns outros

periódicos, chamaram-me a atenção, em especial, as colunas que tratavam da produção literária, do ambiente literário-cultural da cidade e da cidade propriamente dita, com destaque para os textos de João Condé, no suplemento literário *Letras e Artes* do jornal *A Manhã* e mais tarde no *Jornal de Letras*– os “Arquivos implacáveis”. Publicando inéditos, correspondências, perfis, mini-entrevistas, detalhes biográficos e curiosidades dos principais homens de letras do período, a coluna de Condé representa um manancial inesgotável de informações para quem se dispõe a analisar as trajetórias e redes de sociabilidade dos intelectuais em atividade nos anos 40. Sua análise, complementada pelo confronto com outras colunas de temática semelhante, abordadas de forma mais superficial, constitui o núcleo central do quarto capítulo da tese.

O quinto e último capítulo, aborda o processo de profissionalização dos escritores, com ênfase em suas relações com as editoras. Procura-se reconstituir as formas de sobrevivência dos homens de letras no Rio de Janeiro, buscando avaliar o mercado editorial brasileiro, particularmente no que tange à publicação das obras nacionais de ficção. As redes de relações acionadas para viabilizar a publicação de um livro; o peso do mercado nos critérios de consagração literária; o grau de profissionalismo envolvido nas

relações entre autor e editor; entre vários outros temas, são abordados neste capítulo. Para tanto, são analisadas também as outras formas de sobrevivência mais comuns entre os escritores, como o trabalho jornalístico e os cargos públicos. Esta discussão foi facilitada pela existência de uma razoável bibliografia específica e, em especial pela obra clássica de Hallewell, *O livro no Brasil*. Almanques literários e fontes oficiais complementaram as informações necessárias a este capítulo. Nele, como de forma menos significativa em outros capítulos, utilizei-me também de correspondências não editadas. Em especial, a correspondência passiva de Mário de Andrade, recolhida ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP.²

Através das páginas seguintes procurei atingir o objetivo central definido para esta tese, qual seja, o de realizar um mapeamento do campo literário carioca nos anos 1930 e 1940, avaliando o peso de fatores como a radicalização política da conjuntura, a presença ampliada do Estado, as transformações nos espaços de sociabilidade intelectual e as variadas formas de inserção profissional dos homens de letras no período. Trabalhou-se, ao longo do texto, com a hipótese de

² No IEB/USP, consultei as cartas a Mário de Carlos Drummond de Andrade e do grupo da *Revista Acadêmica* – Murilo Miranda, Carlos Lacerda e Moacir Wernwck de Castro. No caso das cartas de Drummond e Moacir Werneck, obtive autorização apenas para consulta, não podendo reproduzir trechos das cartas. De qualquer forma, agradeço aos familiares dos escritores e ao próprio Moacir Werneck pelas autorizações para consulta ao material, bem como a Telê Ancona Lopez, pela valiosa ajuda.

que naqueles anos viveu-se uma crescente abertura de espaços para a profissionalização do escritor, em paralelo à ampliação dos limites impostos pelas oscilações da vida política nacional, numa fase marcada, em grande parte, pelo autoritarismo e pela polarização político-ideológica.

CAPÍTULO I

Literatos e sociedade no Brasil dos anos 1930 e 1940: contextos e conceitos

“Se não podemos ser criadores, sejamos ao menos
observadores literários”

Antonio Cândido

Com essa observação, Antônio Cândido encerra, em 1959, o prefácio da primeira edição de *O observador literário*, coletânea de artigos de crítica literária de sua autoria, publicados nos suplementos de letras de dois jornais da grande imprensa, durante a década de 1940. Vivendo intensamente o contexto do mundo das letras desde sua juventude, Antônio Cândido revela uma preocupação permanente com a produção literária em sua relação com a vida social, propondo-se sempre a “cercar de muitos lados as faces da vida refletidas na literatura, que para alguns é o meio principal de enxergar mais claramente os homens.”³

Seguindo a preocupação de Cândido, procuro neste trabalho - deixando de lado qualquer pretensão com a crítica literária ou com a história das escolas literárias -

³ Cândido, Antônio. *Brigada Ligeira e outros escritos*. São Paulo, UNESP, 1992, p54.

entender as redes de relações e os padrões de comportamento dos homens de letras, bem como os espaços de veiculação da produção literária, tomando como foco a cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1930 e 1940. Um momento relevante pelo conjunto das transformações por que passava a sociedade brasileira, mas também pelas mudanças no campo literário, que envolviam desde a ascensão de uma nova geração de escritores, até a mudança nos padrões editoriais, passando por uma nova fase de relacionamento entre o Estado e os intelectuais.

É lugar comum afirmar a importância decisiva dos anos 30 e 40 deste século para algumas das mais rápidas e significativas mudanças pelas quais a sociedade brasileira passou. No que interessa mais diretamente a este trabalho, alguns aspectos daquele momento merecem ser lembrados. Para os contemporâneos, tratava-se de uma época marcada pela rapidez das mudanças associadas aos progressos da técnica e da industrialização, que alcançava então uma marcha acelerada em nosso país. Nas grandes cidades, o crescimento vertical, com o impacto da novidade da altura dos arranha-céus, associava-se à velocidade dos automóveis, que se generalizavam como meio de transporte dos mais abastados, indicando que a mudança deixava sinais muito visíveis.

Música, entretenimento e informação atingiam uma audiência multiplicada a cada instante, através da “revolução radiofônica”, que representava tanto a,

potencial, ampliação da chamada “opinião pública”, quanto a transformação da cultura popular, em direção à massificação.

Politicamente, as duas décadas foram um momento de polarização acentuada entre as alternativas de esquerda e de direita à crise do modelo liberal anteriormente experimentado. Um quadro de radicalização, agravado por não se tratar de uma questão apenas interna, pois que a virada dos anos 30 para os 40 assistiria à erupção do mais extenso e violento confronto armado que a humanidade conseguiu sustentar. Isto se refletia na formulação tanto de novas e instigantes reflexões sobre o passado brasileiro, quanto na elaboração de propostas de futuro que se pretendiam, nos casos mais extremos, rupturas radicais com aquele mesmo passado.

Idéias e projetos de transformação que conviveram com mudanças efetivas no quadro econômico-social brasileiro e com alternativas políticas conjunturais, mas também, com muitas continuidades. Continuidade do governante, nos quinze anos de governo Vargas. Continuidade das formas políticas tradicionais de acordo pelo alto e subordinação popular - não mais pela exclusão pura e simples, mas através da incorporação controlada da cidadania social - como regras de direção de um Estado, agora banhado pelas tintas autoritárias.

Em tal contexto, a cidade do Rio de Janeiro mantinha-se como Capital da República, carregando a tarefa de representar a unidade e a síntese de uma nação

que se pretendia nova, após a chamada Revolução de 1930. Uma cidade, portanto, de identidade política especial.⁴

Nos primeiros anos da década de 30, a cidade do Rio de Janeiro manteve e até ampliou sua autonomia político-administrativa, consagrada na Constituição de 1934. Pela primeira vez, a capital elegeu - no primeiro momento pela via indireta - um Prefeito para o Distrito Federal, cargo até então reservado à indicação presidencial. O Prefeito, eleito em 1935, foi justamente o líder do Partido Autonomista do Distrito Federal, Pedro Ernesto, que já ocupava o cargo por nomeação, mas foi reconduzido com a representatividade de uma votação avassaladora para o Legislativo municipal. Em 1936, no clima repressivo posterior ao levante da ANL, a cidade sofreu o golpe do afastamento e prisão de Pedro Ernesto. A partir de 1937, entretanto, com o Estado Novo, o caminho da centralização é retomado e aprofundado com a volta do vínculo completo da administração local ao governo federal, sendo nomeado prefeito Henrique Dodsworth, rival de Pedro Ernesto e do autonomismo.⁵ O Rio de Janeiro deveria ser a vitrine por excelência do projeto político de Vargas, o que significava:

⁴ Sobre a identidade política do Rio de Janeiro como cidade-capital, ver Motta, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo... De cidade-capital a Estado da Guanabara*. Niterói, UFF, 1997. (tese de doutorado).

⁵ Ver a esse respeito Sarmento, Carlos E. B. *Autonomia e participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996. (dissertação de mestrado) e Motta, Marly Silva da, op. cit.

“fazer da capital federal o laboratório de testes de um projeto político que poderia vir a servir de modelo para esse ‘novo’ país.(...) O Rio deveria ser o espaço por excelência onde o povo manifestava seu apoio ao governo em cerimônias cívicas diversas, das paradas de sete de setembro às comemorações do 1º de maio no estádio do Vasco da Gama. A cabeça do país cumpriria assim sua missão civilizatória dando o espetáculo da cidadania-social”⁶

Dos projetos para a cidade às imagens construídas sobre os seus habitantes, o passo é curto. Vale lembrar de Mário de Andrade, um “turista” bastante observador que, em 1928, já anunciava o papel do Rio de Janeiro e de seu povo na proposta de construção de uma nova nação. Ao comparar a mulher carioca com a paulistana, Mário amplia o raio de suas observações em direção a outras imagens:

“E toda essa maravilha semostradeira que é a mulher carioca reflete um país novo da América, uma civilização que andam chamando de bárbara porque contrasta com a civilização européia.

⁶ Motta, Marly S., op. cit., pp. 66-67.

Mas isso que chamam de barbárie os deserdados da nossa terra, não passa de uma reeducação. Sintoma capitoso do Brasil”⁷

Cidade e capital, o Rio era também identificado como o principal centro intelectual do país. Na capital morava a maior parte dos literatos consagrados, estava sediada a Academia Brasileira de Letras, tinham se estabelecido as principais livrarias e, até os anos 20, as principais casas editoras. Também os jornais cariocas, tomados como padrão para o resto do país e, principalmente, a presença do Estado e os cargos públicos daí decorrentes, acabavam por se somar explicando a força de atração que a cidade exercia sobre todos aqueles que sonhavam com a carreira das letras.

Voltando a Antônio Cândido e à preocupação com as relações entre literatura e vida social, é claro que aquele período marcou profundamente a produção literária e a postura dos literatos. As transformações econômico-sociais e a polarização político-ideológica daquelas décadas tiveram grande importância para a identidade da intelectualidade nacional. Entre o fascismo e o socialismo, havia pouca margem de escolha, pois “no meio ficava uma coisa mais ou menos incharacterística, a que o

⁷ Andrade, Mario de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades, 1983, p. 207

intelectual fugia, indo mais para a esquerda ou mais para a direita”.⁸ Tratava-se, portanto, de um momento em que, mais acentuadamente do que o usual, o pensamento intelectual foi “condicionado pela opção política”.

Seriam os intelectuais de 30 - em uma postura por eles definida como de “amadurecimento” das idéias modernistas - que iriam solidificar uma nova forma de pensar o Brasil, invertendo algumas das influências vindas desde fins do século XIX. Daí que, ainda seguindo Antonio Cândido, o ensaio fosse a marca maior daquela geração. “Desde a crônica polêmica (arma tática por excelência nas mãos de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda), até o longo ensaio histórico e sociológico (...) vemos agora que se tratava de redefinir a nossa cultura à luz de uma avaliação nova de seus fatores”.⁹

Essa idéia de um “aprofundamento” do modernismo nos anos 30 também está presente na análise de José Murilo de Carvalho, que destaca quatro grandes obras editadas no ano de 1930 para marcar tal presença: *Libertinagem*, de Manuel Bandeira; *Poemas*, de Murilo Mendes; *Pássaro Cego*, de Augusto Frederico Schmidt e a estréia de Carlos Drummond de Andrade com *Alguma Poesia*.¹⁰ “Afim, três deles pertenciam ao movimento modernista e o quarto, Bandeira, tinha as simpatias do modernismo. Ora, o modernismo foi sem dúvida uma tentativa de

⁸ Cândido, Antônio, op.cit., p. 56.

⁹ Cândido, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 7ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

¹⁰ Carvalho, José Murilo de. “1930: reedição (melhorada) da república”. In *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, dez. 1990.

busca das bases da nacionalidade, não importando que as respostas oferecidas tenham sido distintas (...)”¹¹

Em grandes linhas, a década de 30 foi, no campo das letras, o tempo do nacionalismo, do regionalismo e da crítica social. Os temas, ainda vinculados à pauta da década anterior, traduziam outras soluções para os impasses do modernismo, na pena de uma nova geração de literatos que contava com nomes como Graciliano Ramos, Raquel de Queiróz, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Érico Veríssimo, José Américo de Almeida, entre outros. No campo dos ensaios histórico-sociais, foi também nos anos 30 que surgiram obras fundadoras de novas maneiras de se pensar o Brasil, com a *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Jr. (1933), *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933) e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

A atividade editorial foi decisivamente marcada por tais obras e autores. Porém, não só nos livros podia-se encontrar o escritor. Os literatos e ensaístas que se propunham a “refazer” o Brasil, continuavam a ser encontrados diariamente nos periódicos de vanguarda e/ou na grande imprensa, segundo uma prática corrente de algumas décadas, que compunha uma paisagem intelectual de inserção ativa e cotidiana no debate nacional.

¹¹ Idem, p. 10.

Por isso mesmo, o meio intelectual sofreu grande impacto com a progressiva implantação de regras autoritárias de condução do jogo político. A polarização ideológica fervilhante em 1935 seria varrida à força pela ação estatal dos anos seguintes. A vida intelectual, a atividade editorial e a imprensa, durante o Estado Novo, foram diretamente atingidas pela (oni)presença da censura. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o governo atuou - suprimindo inconveniências e imprimindo a palavra oficial - em todos estes espaços.

Mas a presença estatal no campo intelectual não se deu apenas pela via repressiva. É natural que, justamente pela radicalidade da polarização dos anos 30, muitos intelectuais tivessem uma visão positiva do autoritarismo, que se ampliava a partir de 1935. Alguns se reconheciam naquela nova ordem que nascia e reconheciam como suas as receitas que se aplicavam ao Brasil. Por outro lado, é possível perceber uma certa aproximação com algumas vertentes do movimento modernista, já ensaiada e estimulada pelos novos dirigentes desde os primeiros anos do governo Vargas. Pode-se entender, portanto, que o poeta Manuel Bandeira tenha sido escolhido, em 1931, para a presidência do Salão Nacional de Belas Artes. Foi o primeiro empreendimento oficial do governo provisório que abriu suas portas aos modernistas. Em 1932, um decreto governamental criou o Conselho de Orientação Artística e já na formação do seu primeiro ministério, Vargas entregou a pasta da Viação e Obras Públicas a um escritor - José Américo de Almeida - que era nordestino, tenentista e um intelectual identificado com o movimento regionalista

modernista. Com a ascensão de Gustavo Capanema ao Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1934, o Governo passou a contar com um espaço que desenvolvia uma política mais sistemática de assimilação da “inteligência”. Os exemplos clássicos foram a iniciativa de Capanema trazendo Drummond para chefiar seu gabinete e o convite para Le Corbusier esboçar o prédio do Ministério, que seria desenvolvido por Lúcio Costa e Oscar Niemayer, com decoração de murais de Portinari.

Com o Estado Novo o processo prosseguiu. O poeta Augusto Meyer foi nomeado diretor do Instituto Nacional do Livro e Mário de Andrade deixou de chefiar o Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo, mas manteve-se colaborando com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para mais tarde ser nomeado para cargo no Instituto Nacional do Livro. O próprio DIP, criado em 1939, incluiu diversos intelectuais em seus quadros, como Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, e Cândido Mota Filho. Nos periódicos do governo, como o jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*, muitos deles escreviam, lado a lado com outros nomes, nem sempre tão identificados com o projeto no poder naquele momento. Os resultados de uma política desse tipo podem ser percebidos em diversas manifestações, como na carta de Portinari a Capanema, datada de novembro de 1940, quando o pintor, em viagem a Nova Iorque, relatava o teor de suas conversas no estrangeiro:

“É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota (...)Falo assim com o senhor, porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui.”¹²

Seria exagerado acreditar que a cooptação era uma arma tão eficiente a ponto de ganhar a todos. Havia também aqueles a quem a censura não daria margens de escolha. Outros preferiram o ostracismo. Para muitos, na verdade, trabalhar para o Estado era apenas uma forma de sobrevivência, sendo impossível cobrar fidelidade ideológica a Getúlio de todos os intelectuais mistos de “barnabés”. Até porque, garantidos os limites – não manifestar oposição franca ao regime – as manifestações de aderência não seriam obrigatórias.

Vale lembrar, porém, que a onipresença do controle sobre as idéias e sua circulação pode ser uma intenção real dos projetos totalitários – e o autoritarismo Estado-Novista dela se aproximou em vários aspectos – mas é também uma impossibilidade por princípio. Não foi diferente no Estado Novo, quando

¹² Carta datada de 29-11-1940, reproduzida em Schwartzman, Simon (e outros). *Tempos de Capanema*. São Paulo, Edusp/Paz e Terra, 1984, p. 347.

publicações, como a revista *Diretrizes* (surgida em 1938), dirigida por Samuel Wainer, Maurício Goulart e Otávio Malta e o jornal carioca *Diário de Notícias*, dirigido por Orlando Dantas, que mantinham posições críticas e, burlando de quando em vez os órgãos da censura, rompiam o monolitismo do setor. Nas artes cênicas, nas ondas radiofônicas, no mercado editorial, ou seja, nos espaços de produção cultural em geral, seriam muitos os exemplos semelhantes.

Nesse contexto uma nova mudança surgiu a partir do início dos anos 40, revertendo aquela tendência à politização dos intelectuais, visível em 30. Muitos dos que cedo manifestavam a vocação literária combinada ao engajamento, partiram diretamente para a militância, interrompendo uma possível trajetória no mundo das letras. Outros, acatando os limites impostos pelos instrumentos de força, como a censura ou mesmo concordando com as linhas gerais do processo em marcha, optaram pela aparência de apoliticismo em sua produção. Desenvolveu-se “a separação abrupta entre a preocupação político-social, cuja coexistência relativamente harmoniosa tinha assegurado o amplo movimento cultural do decênio de 30”.¹³ Mas, o momento efervescente da redemocratização de 1945, acabaria por recolocar em cena o binômio produção intelectual/engajamento político.

¹³ Cândido, Antonio, *Literatura e Sociedade*, op. cit., p.126-127.

Referências

Tratamos até aqui de compor um painel, reconhecidamente simplificado, do contexto intelectual dos anos 30 e 40. Isto nos pareceu essencial para introduzir uma proposta de análise sobre a ação e a produção dos intelectuais, que privilegie sua inserção social, evitando tanto a análise “interna” das obras literárias, quanto o viés de interpretação que deriva do indivíduo escritor e de sua trajetória pessoal uma chave de entendimento da natureza de seus escritos.

Para que nos capítulos seguintes possamos passar da descrição do contexto à análise é preciso, entretanto, problematizar algumas expressões que usamos até aqui livremente e ampliar nossa capacidade de interpretação dos homens de letras e de seu ambiente de trabalho, através do recurso a alguns conceitos básicos para uma reflexão mais profunda.

O primeiro desses conceitos só poderia ser o de intelectual. Impossível resumir em pequeno espaço a infinidade de discussões e matrizes de abordagens teóricas sobre o conceito de intelectual, bem como das análises sobre seu papel em processos históricos específicos. Pode-se dizer, entretanto, que boa parte das discussões gira em torno do papel social dos intelectuais, das diferenciações entre o trabalho intelectual e outras formas de trabalho humano e do grau de autonomia dos

que exercitam a atividade intelectual em relação aos diversos segmentos sociais e às formas de poder constituídas.

Uma abordagem clássica e ainda instigante é a de Antônio Gramsci. Em sua preocupação em desvendar os mecanismos da dominação social nas complexas sociedades capitalistas contemporâneas, Gramsci atenta para a importância decisiva dos mecanismos extra-coercitivos de dominação, que não se baseariam apenas no monopólio do uso da força, mas também na construção de consensos sociais em torno da visão de mundo das classes dominantes. O papel dos intelectuais, enquanto organizadores da “teia de crenças e relações institucionais e sociais” seria central nesse processo de construção da “hegemonia”.¹⁴

Gramsci apresenta seus argumentos a partir da pergunta clássica: “Os intelectuais constituem um grupo social autônomo, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?” Sua resposta rejeita a noção de autonomia dos intelectuais, mas destaca a impossibilidade de resumi-los a um único modelo, já que o processo histórico tratou de construir diferentes categorias de intelectuais. Se, por um lado, cada grupo social “cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no econômico, mas também no social e político”, por outro lado, é visível a subsistência de uma “utopia

¹⁴ Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d. .

social segundo a qual os intelectuais acreditam ser ‘independentes’, autônomos, revestidos de características próprias, etc.”¹⁵

Para orientar a reflexão sobre essa particular (auto)representação de autonomia dos intelectuais, considerando seu grau de relação com as sociedades estratificadas, Gramsci parte do quadro de seu tempo para propor uma diferenciação entre dois conjuntos de intelectuais: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Nas sociedades de desenvolvimento capitalista avançado, o autor enxerga a expansão de um novo tipo de intelectual, que tem por base a educação técnica e o trabalho industrial. Os novos intelectuais orgânicos da burguesia seriam projetistas e gerentes das transformações técnicas e políticas do capitalismo industrial. Já o tipo “tradicional e vulgarizado do intelectual” seria fornecido pelos literatos, filósofos e artistas, que “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’ [e] consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante”.¹⁶

Do ponto de vista deste trabalho, em que nos confrontamos com literatos que se identificam como independentes e autônomos, unidos por forte espírito de corpo, diante de um quadro em que vários dos espaços de exercício de suas atividades - como a administração pública, a imprensa, a política e as instituições de ensino

¹⁵ Ibidem, idem, p.9.

¹⁶ Ibidem, idem, p.9.

superior - passam a ser ocupados por novos profissionais, técnicos e especialistas, parece-nos pertinente a reflexão de Gramsci.

“O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional: distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas”¹⁷

Uma análise que tome em conta essa distinção só pode se dar no contexto de uma reflexão sobre as relações entre os intelectuais como grupo e entre eles e os grupos sociais fundamentais, nos termos em que Gramsci os descreve. Para tal esforço parecem-nos muito úteis as reflexões de um outro autor que também rejeita as análises que se reduzem à obra e ao autor “em si mesmos e por si mesmos”, tomando como objeto o artista individual - gênio criador - e a obra singular. Tratamos de Pierre Bourdieu, que em “Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe” se propõe a rever a história da literatura, partindo do pressuposto de que a correlação entre escritores e obras e suas condições sociais de produção é uma

¹⁷ Ibidem, idem, p.16.

necessidade para a “objetivação científica”.¹⁸ Recolocando a questão das relações entre produção intelectual e relações de dominação e poder, Bourdieu defende que:

“quando se trata de explicar as propriedades específicas de um grupo de obras a informação mais importante reside na forma particular da relação que se estabelece objetivamente entre a fração dos intelectuais e artistas em seu conjunto e as diferentes frações das classes dominantes.”¹⁹

Para superar tal abordagem tradicional dos fatos literários e artísticos, centrada no papel do gênio/criador, Bourdieu sustenta a necessidade do uso da categoria de “campo”, entendida como um sistema de relações - conflituosas, dinâmicas e concorrenciais - entre grupos que ocupam determinadas posições. Trata-se, no caso, de:

“construir o campo intelectual (por maior que seja sua autonomia, ele é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo do poder) como sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim como os postos de um

¹⁸ Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p.184.

¹⁹ *Ibidem*, *idem*, p.191.

mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado.”²⁰

O caminho metodológico para uma nova abordagem seria composto por três etapas. A primeira delas, uma análise dos intelectuais e artistas “na estrutura da classe dirigente”. A seguir, propõe o estudo da estrutura das relações objetivas entre as diferentes posições dos grupos no campo intelectual. Por fim, a terceira etapa corresponderia à “construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.”²¹

Da reflexão de Bourdieu é possível destacar um método de trabalho, que consiste na recuperação de grupos de biografias a partir das quais se procura reconstruir as características-chave do campo intelectual.²² Tal caminho metodológico pode ser útil. Porém, com o ponto de vista do historiador, interessamos mais diretamente estabelecer quais são os espaços de atuação do intelectual que definem, numa dada conjuntura, a configuração do próprio campo intelectual e o

²⁰ Ibidem, idem, p. 190.

²¹ Ibidem, idem, p. 191.

²² Uma importante ilustração das potencialidades desse tipo de abordagem metodológica, para o caso brasileiro, pode ser buscada em Miceli, Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*. São Paulo, Difel, 1979.

jogo do poder interno aos grupos de intelectuais, tendo como referência suas conexões com o jogo do poder na sociedade de uma forma mais geral. É possível assim traçar um quadro dos limites e possibilidades que tendem a objetiva e subjetivamente orientar as escolhas e práticas para as “carreiras” dos intelectuais, inseridas em um contexto social mais amplo.

Uma outra noção, que acreditamos auxilie nessa reconstituição de uma dada configuração do campo intelectual, é a de “lugares e redes de sociabilidade intelectual”. O conceito de sociabilidade tem longa tradição de debates, em especial na sociologia. Entre os historiadores, o uso hoje corrente do termo disseminou-se a partir das obras de Maurice Agulhon.²³ Comentando a noção de sociabilidade de Agulhon, Angela Gomes a situa em torno de dois sentidos principais:

“Um mais amplo, envolvendo formas mais gerais de relações sociais, e um mais restrito, referido a formas específicas de convivência com os pares. Para Agulhon, a ‘sociabilidade moderna’ data do século XIX e é um fenômeno político ligado às idéias de civilização e de democracia próprias do contexto da

²³ Agulhon, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l’ancienne Provence*. Paris, Fayard, 1968.

época. Sociabilidade é vida social organizada, e as associações as mais diversas são sua forma privilegiada.”²⁴

Quanto à sociabilidade intelectual, esta pode ser vista a partir tanto de uma caracterização “geográfica” do meio em que circulam e trocam idéias os literatos e artistas em geral, quanto das redes que estruturam, de forma informal ou institucional, as relações entre os intelectuais. Michel Trebisch, em interessante resenha do debate sobre o conceito, sugere uma distinção, dos lugares (ou meios) e redes de sociabilidade intelectual, a partir da natureza das práticas relacionais que elas geram, que poderia ser útil para nosso trabalho. De um lado, estariam as sociabilidades induzidas pelas instâncias de consagração e legitimação da vida intelectual, desde as de tipo institucional e profissional - como as academias, universidades e associações corporativas - até as mais comerciais, como as editoras e os concursos literários. De outro, estariam as “estruturas de sociabilidade ‘produtoras’”, como:

“escolas [no sentido de estilos], movimentos, revistas e mesmo os cafés e salões, onde a relação com os outros é organizada de uma

²⁴ Gomes, Angela de Castro. “Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo”. In *Estudos Históricos*, nº 11. Rio de Janeiro, jan/jun 1993, p. 75.

forma deliberada pela adesão partilhada aos valores, muitas vezes encarnados pelos indivíduos”²⁵

Nestes espaços de sociabilidade, a princípio menos formais, há, entretanto, uma dimensão “organizacional”. Nenhum deles pode prescindir de normas e regras de funcionamento. Da mesma forma que os espaços “formais”, em que tais regras são mais explícitas, não podem ser dissociados da dimensão afetiva, dos relacionamentos pessoais, a princípio mais evidente nas “estruturas produtoras” mais informais.

Retornando à síntese inicial sobre a vida intelectual brasileira na conjuntura dos anos 30 e 40, é possível considerar que os conceitos acima discutidos instrumentalizam um estudo das relações entre intelectuais e entre eles e a sociedade mais ampla que busque desvendar o “campo intelectual” da época, partindo das redes e dos lugares de sociabilidade - em especial aqueles a que Trebitsch se refere como “estruturas produtoras”, mais informais, menos visíveis, mas não menos importantes. Mas como toda experiência é datada e o campo intelectual é dinâmico, devemos introduzir, nesta discussão, um conceito que remeta a periodizações e

²⁵ Trebitsch, Michel. “Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme”. In *Cahiers de l'Institut D'Histoire du Temps Present*. N° 20. Paris, IHTP, mar. 1992.

temporalidades. No caso da intelectualidade, embora não só nele, uma categoria que é capaz de responder a essa necessidade é a de “geração”.

F. Sirinelli, ressalta os riscos da utilização do conceito “geração” que, à primeira vista, pode parecer excessivamente generalizante, pelo seu aspecto descritivo e não analítico.²⁶ Além disso, por tratar-se de uma expressão que também explica um fenômeno biológico - isto é, a própria sucessão das faixas etárias - é necessário manter a atenção naqueles aspectos da “geração” que produzem um elo de ligação mais forte com uma interpretação do fenômeno cultural, entendido como “o sentimento de pertencer - ou ter pertencido - a uma faixa etária com forte identidade diferencial”.²⁷ Reforça a necessidade desses cuidados, o fato de o conceito de “geração” ter sido recorrentemente associado ao tempo curto ou do acontecimento. Nesse sentido das periodizações, as diferentes gerações devem ser entendidas a partir de uma elasticidade própria, já que os fatos que as cercam são diferenciados. Nos termos do próprio Sirinelli a geração é também uma reconstrução do historiador em seu esforço de classificação.²⁸

Raul Girardet também aponta para os cuidados necessários para o emprego da noção de geração, partindo de uma definição que destaca o movimento “ondular”

²⁶ Sirinelli, J. F. “A geração”. In Ferreira, Marita de Moraes & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

²⁷ Ibidem, idem, p. 135

²⁸ Sirinelli, Jean-François. “Génération et histoire politique”. In *Vintième siècle. Revue d'histoire*. 22, abril, 1989, pp. 67-80.

das gerações, no sentido de estarem condicionadas à sucessão de idades da humanidade.²⁹ De tempos em tempos, a paisagem intelectual é renovada e novos pensamentos passam a compor um novo sistema de valores. Porém, para o autor, a identificação coletiva só faz sentido em grupos pequenos. Algumas datas tornam-se significativas apenas para alguns grupos e não para a totalidade de uma sociedade. Seguindo este raciocínio, o termo geração, segundo Girardet, está mais associado a movimentos de contraste e confronto. Ou seja, uma geração consolida-se a partir do rompimento de um grupo com os valores já estabelecidos por outro.

Destacamos aqui uma observação de Girardet, quanto a esta característica do sentido de geração como socialmente circunscrito a determinados grupos, que nos parece bastante oportuna:

“(…) é preciso constatar que existe no interior de todo grupo - e a observação é particularmente válida no plano do engajamento político e ideológico - o que se pode chamar de ‘gerações militantes’ que estão longe de coincidir obrigatoriamente com as comunidades de ‘faixa etária’. Ter entrado no mesmo momento e nas mesmas circunstâncias num partido ou num movimento, ter vivido aí juntos as mesmas aventuras, partilhado os

²⁹ Girardet, Raul. “Du concept de générations à la notion de contemporanéité”. In *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXX, abril-junho 1983, pp. 257-270.

mesmos temores e as mesmas esperanças apaga as disparidades de idade(...)".³⁰

Por isso mesmo, as gerações ideológicas, escapam de uma datação precisa, já que tem ritmo próprio. A afinidade ente o grupo que a forma não pode ser vista dentro de uma similaridade biológica de datas de nascimento. Os grupos etários devem estar submetidos às mesmas aspirações dentro de um movimento de continuidade e mudança. É por isso que apenas em certos momentos a idéia de "juventude" aparece com um estatuto autônomo de modo de vida de um grupo, constituindo-se em um forte fator integrador de uma geração. Realçando as imprecisões e maleabilidades da idéia de geração, Girardet chega a apresentar uma alternativa, através da introdução da "noção de contemporaneidade ou, do sentimento de contemporaneidade (...) Reconhecer-se, dizer-se contemporâneo(...), esse sentimento intenso de uma certa solidariedade ou de uma certa identidade(...)".³¹

Tais características e limites de uso do conceito só ganham sentido pleno quando de sua aplicação a situações sociais concretas historicamente delimitadas. Isso porque a riqueza da noção de geração reside justamente em suas qualidades periodizadoras flexíveis. Voltando a recorrer às reflexões de Sirinelli, esta

³⁰ Ibidem, idem, p. 260.

³¹ Ibidem, idem, p. 265.

característica flexível da noção pode ser melhor situada quando se delimitam os fatos inaugurais e identificadores de cada geração, dando ao objeto estudado um maior ou menor tempo de existência, o que significa que podem existir gerações mais “curtas” ou mais “longas”.³²

A noção de geração apresenta-se, portanto, tanto como instrumento de periodização, quanto como objeto de análise, e seu uso impõe ao historiador atenção e cuidados específicos. Ainda seguindo Sirinelli: “A geração existe, portanto, no território do historiador, ao mesmo tempo como objeto de história e como instrumento de análise. Pode ela então ser um instrumento de medida do tempo,(...) Por um lado, seguramente a geração-padrão não existe: em nenhum caso podemos distinguir nela uma estrutura cronologicamente invariável, que transcende as épocas e os países. Por outro, e sem que haja contradição com a primeira observação, a geração é seguramente uma peça essencial, da ‘engrenagem do tempo’, mas cuja importância pode variar conforme os setores estudados e os períodos abordados”.³³

Cruzando a noção de geração com a de espaços de sociabilidade intelectual, pretendemos estabelecer mais claramente a configuração do campo intelectual em que se inseriam os literatos cariocas e sua produção, que aqui tomamos como objeto

³² Sirinelli, J. F., “A geração”, op. Cit., p. 133.

³³ Ibidem, idem, p. 137.

de análise.³⁴ Por isso mesmo, no intuito de mapear o campo, desvendando as redes de sociabilidade internas àquela geração de literatos e buscando esclarecer seus vínculos sociais mais amplos, passaremos a apresentar, nos capítulos seguintes, alguns dos espaços de produção e veiculação significativos para os homens de letras do Rio, nos anos 30 e 40.

³⁴ O uso combinado dessas noções foi sugerido por Gomes, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, pp. 37 e ss.

CAPÍTULO II

Boemia e vida literária no Rio de Janeiro

Referências a Murger e suas *Cenas da vida boêmia* e a Paris boêmia como modelo e fonte de inspiração atravessaram ao menos três gerações de intelectuais cariocas, que circularam entre cafés, bares e cabarés. Apresentando sempre a boemia como uma fase transitória, associada à juventude, mas ao mesmo tempo como uma porta de entrada no meio literário, diversos escritores relataram, em suas memórias ou obras de ficção, a importância das rodas de boemia como lugares privilegiados de “sociabilidade intelectual”, para utilizar a conceituação trabalhada no primeiro capítulo.

Tal referência, condicionou a opção para, neste capítulo, acompanhar a evolução da vida boêmia da intelectualidade carioca, recuando a fins do século XIX, quando uma primeira geração se definiu como boêmia, em torno dos cafés da rua do Ouvidor e da militância política nas grandes causas da virada do século – a Abolição e a República –, até os anos 1930 e 1940, quando em torno dos cabarés da Lapa reúne-se boa parte dos homens de letras que povoarão os outros capítulos deste trabalho.

Como, ao longo deste período, os escritores do Rio assumem explicitamente o modelo boêmio da Paris de Murger, optou-se por apresentar nesta seção, também, uma breve discussão sobre as práticas e representações da boemia francesa do século XIX.

I.1- Literatura e Boemia na Virada do Século

O primeiro grupo de literatos brasileiros que se definiu como boêmio foi o dos escritores cariocas do final do século XIX, que os compêndios de história da literatura definem como romancistas naturalistas e poetas parnasianos. Sobre estes, já existe uma produção acadêmica capaz de dar conta da análise de suas obras e de sua postura de vida.³⁵ As análises têm destacado dois aspectos que se combinam na caracterização desta geração: o engajamento político-social e o estilo de vida boêmio.

Quanto ao engajamento nas questões da época, destaca-se, em geral, a condenação ao Império e à escravidão associada à busca de um

³⁵- São significativas as análises de Sevcenko, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983. Needell, Jeffrey. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo, Cia das Letras, 1993. Ventura, Roberto. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. Exemplo de pesquisa recente sobre o tema é o artigo de Pereira, Leonardo A. M. "Literatura e História Social: a 'geração boêmia' no Rio de Janeiro do fim do Império". In *História Social*. Nº 1. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1994.

modelo de Nação que concretizasse os ideais de progresso e modernização da época. Estes escritores faziam-se conhecer como verdadeiros "mosqueteiros intelectuais", na expressão de época resgatada por Nicolau Sevcenko:

*"Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos"*³⁶

Quanto à segunda característica - a boemia como estilo de vida - é possível perceber que, para a literatura especializada, a novidade desta geração residia em criar espaços "informais" de circulação de idéias e relacionamentos entre os literatos e aspirantes às letras. Geograficamente, esta boemia concentrava-se nos cafés, confeitarias, livrarias e jornais da Rua do Ouvidor. Jeffrey Needel define assim o ritmo das atividades dos boêmios na Ouvidor:

³⁶- Sevcenko, N., op. cit., p. 79.

*"Escreviam nos jornais, compareciam a comícios, bebiam e corriam atrás das cocottes e atrizes da Rua do Ouvidor e passavam longas horas em seus cafés e restaurantes, pulando de um para o outro do final da tarde até o início da manhã. Ali construíram suas reputações e reinaram, rimando, declamando, fofocando e debatendo seus ideais e sonhos."*³⁷

Estes literatos se viam, ainda segundo Needell, como "uma minoria combatente de rebeldes altruístas, lutando pela regeneração nacional através do ataque às instituições decadentes da Monarquia...".³⁸ Por isso mesmo, pela coincidência "dos grandes movimentos nacionais da época e as aspirações de uma geração literária",³⁹ o peso da decepção com a República, que não era a dos sonhos destes intelectuais, foi uma marca decisiva da produção do início do século.

³⁷- Needell, J., op. cit., p. 222.

³⁸- Idem, ibidem, pp. 221 e 222.

³⁹-Idem, ibidem, p. 222.

Mas, nem todos tomaram a República como um fracasso. Alguns dos que se formaram na geração boêmia do fim do século XIX tenderam a exaltar o progresso material da urbe como passo decisivo na direção do ideal europeu de civilidade tão cultivado. Para estes, despida de seu conteúdo contestatório, a boemia do início do século era principalmente urbanidade, bom humor e presença de espírito.⁴⁰

Não é pois novidade dizer que a intelectualidade brasileira tomou a produção literária e a vida urbana francesa como parâmetros de civilidade. Sobre este ponto já bastante explorado pelas análises é possível acrescentar algumas considerações. Em um primeiro momento, comentando algumas das manifestações mais explícitas de devoção ao exemplo francês de civilização e de adoção do modelo boêmio de vida intelectual por parte de alguns dos nossos literatos para, em seguida visitar, com base na bibliografia disponível, a boemia literária parisiense no século XIX.

Assim, tomando exemplos em relação aos grupos de intelectuais que militaram pela Abolição e pela República em torno dos jornais e das mesas de café, pode-se anotar algumas considerações dignas de análise sobre a atitude intelectual diante do modelo francês.

⁴⁰- Esta leitura da boemia de então pode ser vista em Lustosa, Isabel. *Brasil pelo Método Confuso: Humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1993, pp. 34-49.

Quando José do Patrocínio, então dono do jornal *Cidade do Rio* e patrono de toda uma geração literária, embolsou uma pequena fortuna com uma concessão à época do encilhamento, mandou Olavo Bilac para Paris como correspondente do jornal. A imprensa noticiou a viagem com um tom que misturava pesar e congratulação. A *Gazeta de Notícias* saldou assim a ida do poeta e jornalista:

*"Segue hoje para a Europa, onde vai ser correspondente da **Cidade do Rio**, Olavo Bilac. Não há no mundo das letras quem não conheça e não tenha apreciado o moço glorioso que, em diversos jornais e ainda ultimamente na **Gazeta de Notícias**, deu as mais brilhantes provas do seu talento e engenho literário. Vemo-lo partir com a mágoa de quem perde um vibrante colaborador, mas essa mágoa é em parte suavizada pela certeza que temos de que na sua nova posição, aquele espírito ainda mais se desenvolverá, pela convivência com o que as*

artes e letras tem de mais requintadamente apurado."⁴¹

Já a *Revista Ilustrada* noticiou a viagem congratulando-se com "o mais genuíno representante do talento brasileiro", por estar partindo para o "imenso foco universal, em Paris". O Próprio Bilac, escrevendo de Paris em 1890 para Max Fleiuss, comenta os custos de sua estada, chamando o amigo a também viajar e "banhar-se" de civilização:

*"Para que calcules a tua despesa de viagem, podes calculá-la pela minha: vivo, modestamente, mas com conforto - gastando 700 francos por mês - 280 a 300 mil réis. Com isso, meu caro Max, fica-se habilitado a tomar banho de civilização: não achas que é um banho pouco salgado?"*⁴²

O culto à França e aos franceses refletia-se, obviamente, nas influências literárias, mas não só. Imitavam-se os hábitos e os tipos da intelectualidade. No limite do ridículo, chegaram a ser copiados os duelos, como forma de homens de letras resolverem picuinhas e

⁴¹ Magalhães Júnior, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro, Ed. American, 1974. pp.136-137.

⁴² *Ibidem*, *idem*, p.138.

polêmicas literárias mais quentes travadas nos jornais. Naturalistas, românticos, simbolistas e parnasianos formavam suas rodas e reuniam-se nos cafés (cada grupo no seu é claro) no mais puro estilo parisiense. Mas, a mais sintomática adaptação ao modelo francês de intelectual dava-se pela adoção de um modo de vida boêmio. Pedro Calmon faz, com tom de reprovação, um retrato da boemia no contexto intelectual da época:

"A academia apareceu em 1896, fundada por um aristocrata, Joaquim Nabuco, um retraído, Machado de Assis: até então o café é o salão literário da cidade, onde surgem os poetas com seu ar sombrio, a gravata em borboleta e os cabelos compridos, é onde se aparam as farpas, escrevem-se artigos de imprensa, os escritores convivem - bebendo - o que é indispensável - e fazendo frases - o que é temível. A boemia esteriliza todos os gêneros de literatura, porque a Universidade, o parlamentarismo, o jornal conceituoso, a livraria, tudo isso é substituído pelo café. Como o álcool é inseparável do café, o bom gosto está em se embriagarem os rapazes de

*espírito: a la da "Conquista", os que aderem à república em 17 de novembro, como uma falange aguerrida - Bilac, Paula Nei, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pardal Mallet, é composta de boêmios de talento, que dissipam a saúde por preceito, por 'escola', por moda intelectual, alguns numa agitação transitória que abandonam mais tarde, outros perdidamente, ruinosamente."*⁴³

Mais adiante, conclui sobre aquela geração intelectual, destacando a origem francesa das modas que seguia:

"A mediocridade é séria; a inteligência é rebelde, escandalosa: e zomba do burguês, com os ademanos que usam os poetas. A gravata e o colete vermelho dos republicanos, a cabeleira, o ar de fadiga, a bengala, o bigode de pontas levantadas, o 'tipo simbolista', da época de Baudelaire e Rimbaud, que

⁴³ Menezes, Raimundo. *A vida boêmia de Paula Nei*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1944. pp 60-61.

*não é mais o elegante exótico, da geração de Musset, de Fagundes Varela e Castro Alves."*⁴⁴

João do Rio, mais aberto às influências européias e divulgador de O. Wilde e Jean de Lorrain (tomado como típico escritor boêmio), descreveu a boemia em outros tons. Por um lado, destacou a marginalidade da literatura e do escritor. Por outro, embora reforçando a idéia de boemia como excesso e desperdício, acrescenta um ponto positivo na avaliação da atividade intelectual do período romântico, em que o meio boêmio é o palco da fase inaugural da literatura nacional.

"A boemia! A boemia é uma feição transitória da mocidade que deve ser brevíssima. Nela desperdiçamos energias e criamos a hostilidade ao ambiente real. La Bruyère se a conhecesse havia de considerá-la um vício. Na literatura, ela foi bem sempre um vício intermitente que chegou ao apogeu da moda no período romântico. A nossa arte, propriamente nacional, começou neste período, de

⁴⁴ Ibidem, idem, p.61.

*maneira que tomou o vício como qualidade fundamental. Durante muito tempo o escritor não passava no Brasil de um curioso anormal, desprendido das coisas terrenas, sem roupa, sem conforto, sem dinheiro, sem pouso certo, lacrimosamente dentro de seu sonho, a escrever sobre mesas de duvidoso asseio os poemas inspirados por uma bela hipotética. Não era conveniente, para estes, pensar no dia de amanhã, beber com medida vinhos bons e julgar-se normalmente feliz. A literatura era desgraçada."*⁴⁵

Caberia então, tomar em consideração o caso francês, eleito pelos nossos boêmios como modelo. Sobre a boemia e a intelectualidade boêmia na França existe uma produção acadêmica vasta, da qual podemos nos servir para estabelecer tipologias dos boêmios e discutir as razões da aproximação entre os literatos e a vida boêmia.

I.2- Boemia e literatura na França

⁴⁵ idem,ibdem, p.62.

O fim do século XVIII parece ter sido uma primeira conjuntura francesa em que o aumento de demanda pela palavra impressa gerou a possibilidade, para alguns, e a expectativa, para muitos, de viver-se de letras. Robert Darnton analisou o surgimento e o papel político da extensa camada de escritores e aspirantes às letras que invadiram Paris no ocaso do Antigo Regime, caracterizando-os como jovens, vindos em geral do interior e nutrindo a ambição de penetrar a estreita porta do *Le Monde* literário.⁴⁶ Tomaram-se de decepções com a "República das Letras". A vida no submundo - intelectual e urbano - carregaria de radicalismo e ódio contra o *stablishment* os escritos dos que vinham da boemia literária. Fechados os Salões para os "sub-literatos", restavam-lhes os cafés, mais próximos da rua e, portanto, daquilo que se convencionaria chamar de "opinião pública", cujo papel seria decisivo no período revolucionário.⁴⁷

Foi, porém, no século XIX, na mesma Paris, que a boemia ganhou ares de estilo de vida, incluindo-se como boêmios não apenas

46- Darnton, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, em especial Capítulo 1, pp. 13 a 49.

47- Sobre o surgimento da opinião pública no século XVIII, ver também Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

os literatos e aspirantes às letras, mas vários outros grupos sociais a quem Murger dedicou suas *Cenas da Vida Boêmia*.⁴⁸

As análises históricas recentes sobre a boemia parisiense do século XX, conduzem-se, em geral, justamente pelos relatos que dela deixaram alguns de seus protagonistas: os literatos que viveram a boemia.⁴⁹ Dois deles podem ser tomados como paradigmáticos: o próprio Murger e Baudelaire. Uma leitura das visões de boemia desses autores, guiada pelos analistas de suas obras, pode ser uma boa entrada para o estudo das relações entre produção literária e vida boêmia.

Murger é o memorialista por excelência da Paris Boêmia.⁵⁰ Dele são as descrições mais detalhadas dos ambientes e hábitos da boemia. Também deve-se a Murger uma tipologia da boemia que serve até hoje como classificação básica para os que se dedicam ao tema.

Murger estava interessado na boemia literária. Embora pudesse reconhecer que as visões dominantes sobre a boemia tendiam a enfatizar os habitantes marginais do submundo parisiense, não se detinha em esmiuçar estes tipos. Sua classificação da boemia parte de

⁴⁸- Murger, Henry. *Scènes de la Vie de Bohème*. Paris, Garnier, s.d. (1ª ed. 1851)

⁴⁹ Ver por exemplo, Seigel, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa. 1830/1930*. Porto Alegre, L&PM, 1992 Perrot, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

⁵⁰- Trabalhamos aqui com uma edição portuguesa de *Scenas da Vida Bohemia*. Lisboa, Empreza, s.d.

dois tipos básicos. O primeiro é a boemia ignorada, dos que acreditam que a aura encantada da poesia lhes basta e passam a vida a esperar o reconhecimento que nunca vem, e que incluiria ainda o boêmio amador (que passa pela boemia, acreditando-se literato, mas logo às primeiras provações dela se desvincula) e os iludidos (que pensam ter alcançado a glória literária após um ou dois elogios de nomes célebres).

O segundo tipo de boemia é o que Murger chamará de boemia oficial - a "verdadeira" boemia. Fase transitória necessária aos que pretendem viver das letras, esta boemia caracteriza-se tanto pelos excessos cometidos pelos que nela vivem, quanto pela sua utilização como caminho para a saída do submundo literário em direção ao reconhecimento intelectual e ao conforto material. Espremido entre "a miséria e a dúvida"⁵¹, o boêmio sabe aproveitar e adaptar-se a todas as oportunidades e ambientes, comportando-se conforme as regras no salão ou no café, e conformando-se às privações temporárias para afogar-se mais tarde no fausto dos grandes desperdícios.

De Murger deduz-se que a boemia era para o jovem literato um caminho. Caminho ao qual fora empurrado pela miséria. Mas, também caminho a que se agarrava como única chance de se chegar ao

⁵¹- Idem, ibidem, p. XXI.

reconhecimento artístico fora dos círculos fechados do *le monde* literário, o que representava inclusive a possibilidade de mais tarde vir a ingressar nesse círculo.

Baudelaire tinha com a boemia uma relação mais complexa. Seigel assinala a dualidade deste envolvimento. Odiava-a em tudo que representava de desleixo e sujeira, identificando-se muito mais com o dandismo, que ele mesmo definiu como "O homem rico e ocioso que apesar do tédio que sente, nada tem de melhor a fazer do que entrar na corrida da felicidade; o homem educado no luxo e habituado desde a juventude a que lhe obedecem ou aquele cuja única ocupação consiste em cuidar de sua elegância."⁵² E embora tivesse conhecido a privação e a miséria, não residia aí seu vínculo com a boemia. Sua atração pela vida boêmia poderia ser melhor explicada, segundo Seigel, "pela intuição de que ela continha um aspecto indiscutível das relações entre a arte e a realidade sob as condições modernas".⁵³

O dândi, pela freqüência a certos ambientes, ou pela decadência a que se via às vezes submetido, aproximava-se muitas vezes dos boêmios. Seigel assinala, entretanto, que o culto aristocrático à beleza e a ostentação do ócio como luxo, são uma forma de resistência à

⁵²- Baudelaire, Charles. *Escritos Íntimos*. Lisboa, estampa, 1982, p. 149.

⁵³- Seigel, J., op. cit., p. 103.

usurpação que a nova ordem burguesa lhes impunha. Pela aparência da superioridade, tentavam escarnecer dos burgueses, a quem se submetiam pelas regras usuais do crédito e do débito. Dândis, como os boêmios, deram por isso mesmo, elementos para a composição de alguns dos mais ricos personagens dos romances da época, em especial os que povoaram as obras de Balzac.⁵⁴

Foi Walter Benjamin quem melhor interpretou Baudelaire, tomando-o - em suas obras, dilemas e contexto - como ponte para a interpretação da Paris do Segundo Império e da modernidade capitalista do século XIX.⁵⁵ É justamente da boemia que parte o autor alemão para analisar a Paris do tempo de Baudelaire.

Benjamin, ao tratar da boemia em Baudelaire, aproxima-a das caracterizações feitas por Marx, onde a boemia surge inserida em um contexto político. Para Benjamin, Baudelaire tem semelhança com o tipo político dos "conspiradores profissionais" apresentados por Marx, em texto publicado em 1850 na *Nova Gazeta Renana*, como aqueles:

⁵⁴- Idem, ibidem, pp. 107 a 109.

⁵⁵- Embora Baudelaire apareça impregnando de alguma forma quase toda a obra de Benjamin (a idéia da perda da "aura" na obra de arte e no artista modernos e a crítica ao progresso das teses sobre a história, são dois bons exemplos), tomamos como chave o livro *Charles Baudelaire. Um Lírico no Auge do Capitalismo*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.

"(...) que dedicavam todo o seu serviço à conspiração, vivendo dela... As condições de vida desta classe condicionam de antemão todo o seu caráter... Sua existência oscilante e, nos pormenores, mais dependente do acaso que da própria atividade, sua vida desregrada, cujas únicas estações fixas são as tavernas dos negociantes de vinho - os locais de encontro dos conspiradores - suas relações instáveis com toda a sorte de gente equívoca, colocam-nos naquela esfera de vida que, em Paris, é chamada a boemia."⁵⁶

Boa parte da boemia de Baudelaire estaria então forjada em sua passagem pelas jornadas revolucionárias. Porém, a dualidade vivida por Baudelaire permitirá, segundo Benjamin, passagens "ora de porta voz dos burgueses, ora traços de boêmio raivoso." Isto porque, nos limites, o pensamento político daqueles conspiradores profissionais, tanto quando o de Baudelaire se "dirige suas simpatias ao reacionarismo clerical, ou se as oferece à insurreição de 1848, sua

⁵⁶- Benjamin, W., op. cit., pp. 9-10.

expressão desconhece mediações, e seu fundamento permanece frágil."⁵⁷

Estas aparentes contradições de Baudelaire, ou as limitações de sua visão da política, explicam-se, segundo Benjamin, por sua "metafísica do provocador". Para explicar esta atitude de revolta como único objetivo político, Benjamin recorre a um trecho dos esboços de livro sobre a Bélgica, onde Baudelaire declara:

*"Digo 'viva a revolução!' como diria 'viva a destruição! viva a expiação! viva o castigo! viva a morte!'. Seria feliz não só como vítima; tampouco me desagradaria representar o carrasco, a fim de sentir a revolução pelos dois lados! Todos temos no sangue o espírito republicano assim como a sífilis nos ossos; estamos infectados de democracia e de sífilis."*⁵⁸

Benjamin não limita sua análise da relação de Baudelaire com a boemia ao dado político da vocação para a revolta do poeta. Atenta

⁵⁷- Idem, ibidem, p. 11.

⁵⁸- Idem, ibidem, p.11.

também para a rápida transformação no mercado literário francês com o rápido crescimento da circulação dos jornais diários, em meados do século XIX. A redução no preço das assinaturas (não se vendia jornal avulso), a introdução dos anúncios e o romance/folhetim seriam as grandes inovações da época na imprensa. Entre esta época e o momento em que o telégrafo possibilita o fluxo rápido de notícias de todo o mundo (por volta do fim do Segundo Império), o jornal diário exibia as novidades principalmente através das informações quotidianamente renovadas. "Mexericos urbanos, intrigas do meio teatral e mesmo 'curiosidades' constituíam suas fontes prediletas".⁵⁹

Valendo-se da leitura de outros cronistas da boemia parisiense, como Gabriël Guillemot, destaca a importância dos cafés, como fonte das informações que circulariam nos jornais, na qual os futuros redatores da imprensa já se vinham treinando desde muito antes. Por este viés, a boemia passa a ser o foco da visibilidade social do literato, que se exhibe nos cafés, transformando seu ócio inclusive em forma de sustento.

"Assim, a assimilação do literato à sociedade em que se encontrava se consumou no boulevard. Era no

⁵⁹- Idem, ibidem, p. 24.

*bulevar que ele tinha à disposição o primeiro incidente, chiste ou boato. No bulevar, desdobrava os ornamentos de suas relações com colegas e boas-vidas; e estava tão dependente de seus efeitos quanto as coquetes de sua arte de se travestir. No bulevar, passava suas horas ociosas, exibindo-as às pessoas como parcela de seu horário de trabalho."*⁶⁰

Daí que freqüentar as rodas boêmias dos cafés não era mais apenas uma imposição das necessidades materiais que circunscreviam os círculos de relacionamento dos jovens literatos, como também (ao menos nas melhores rodas boêmias) a forma de alcançar, pela visibilidade, o quanto de reconhecimento social que um escritor podia almejar e o novo filão de rendimentos (mesmo que pequeno) que a imprensa diária possibilitava.

Esta mercantilização acelerada da atividade literária, a qual Baudelaire esforçou-se por aproveitar, embora consciente das limitações financeiras desta modalidade de rendimento, levou-o a comparar constantemente o escritor à puta.

⁶⁰- Idem, *ibidem*, p. 25.

*"Para ter sapatos, ela vendeu sua alma;
Mas o bom Deus riria se, perto dessa infame,
Eu bancasse o Tartufo e fingisse altivez,
Eu, que vendo meu pensamento e quero ser autor."*⁶¹

Sobre este ponto, Benjamin conclui:

*"A última estrofe - "Essa boemia - ela é tudo para mim" - inclui despreocupadamente essa criatura na irmandade da boemia. Baudelaire sabia como se situava, em verdade, o literato; como flâneur ele se dirige à feira; pensa que é para olhar, mas na verdade, já é para procurar um comprador."*⁶²

Voltemos aos boêmios da rua do Ouvidor. Após uma breve investida sobre a boemia parisiense, é possível compreender melhor sua admiração pelo modelo francês de intelectual urbano e de vida

⁶¹- Idem, ibidem, p.30.

⁶²- Idem, ibidem, p. 30.

boêmia. Tratava-se não apenas de uma imitação periférica dos hábitos europeus idealizados (embora tivesse muito disso), mas consistia mesmo em uma adaptação plenamente compatível com a realidade com a qual se defrontavam. Jovens, muitos saídos do interior, e privados de recursos (por origem, distância, ou rompimento com a família), ambicionando a carreira das letras, os escritores da geração boêmia tem muito das condições materiais a que alude Murger para caracterizar a cena boêmia parisiense.

Até por isso, aquela geração literária transformaria a miséria e a boemia em tema de suas obras, não só inspirando-se em personagens reais para povoar as cenas da ficção, como também para compor relatos quase memorialísticos de sua trajetória pessoal.⁶³

A pregação pela Abolição e pela República, e sua atribulada circulação entre as diversas correntes políticas na instabilidade dos primeiros anos do regime republicano, aproxima-os do modelo da boemia como núcleo da conspiração e agitação políticas, descrito por Benjamin a partir da leitura de Marx inspirada em Baudelaire.

O Rio de então era também o palco do surgimento de um mercado de trabalho novo (ainda que limitado quantitativamente) para os

⁶³- O melhor exemplo é o livro de Coelho Neto. *A Conquista*. 5ª ed., Porto, Lello e irmãos, s.d.

escritores: a imprensa. Aqui, como na Paris de Baudelaire resgatada por Benjamin, as confeitarias e cafés seriam o centro tanto da produção de "notícias", como da exibição social da nova intelectualidade, ansiosa por reconhecimento e pela possibilidade de "viver das letras".

I.3- Literatura e boemia nos anos 1930 e 1940

Foi, porém, nos anos 20 que a boemia passou a ser associada à cidade e sua população como um todo e não mais apenas aos literatos. Os literatos, no entanto, tiveram papel decisivo na formulação desta idéia de um Rio boêmio. Murguer e a Paris boêmia do século XIX continuavam a ser a referência básica, mas a palavra, agora, não estava apenas na voz e na pena dos intelectuais cariocas. É no debate com os paulistas, quando da erupção do movimento modernista, que se constroem as principais referências para uma adjetivação da boemia carioca.⁶⁴

Isto porque tratava-se de rever, do ponto de vista de determinadas vertentes modernistas, os parâmetros e modelos de

⁶⁴- O debate entre os modernistas cariocas e paulistas, pensado como parte de um circuito intelectual caracterizado por amizades e disputas é tema do artigo de Gomes, Angela de Castro. "Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo." In *Estudos Históricas*. N. 11. Rio de Janeiro, CPDOC, jan/jun 1993.

definição da nacionalidade. O Rio de Janeiro, cidade e capital, até então predominantemente representado como vitrine e espelho da nação, começa a ser identificado por tais vertentes como o avesso da nação que se queria construir. O contraste com o São Paulo, identificada com o trabalho, o progresso material e o espírito empreendedor dos verdadeiros brasileiros, é construído de forma a realçar negativamente certas características da capital. Ócio, licenciosidade, estrangeirismo desligado dos valores pátrios, entre muitas outras pechas passam a ser associadas ao Rio de Janeiro, num esforço associado por Mônica Velloso à tentativa de "desqualificar e deslegitimar o Rio de Janeiro como centro político da Nação."⁶⁵

Para este discurso paulista, o Rio de Janeiro é a cidade dos excessos. Excesso de natureza, de política, de cor, de calor, de negritude, de alegria, de revolta, de sexo, de prazer... E o excesso é visto como antítese da disciplina, do trabalho e do empreendimento. Do ponto de vista da caracterização negativa do modo de vida carioca que então se construía, nenhum comportamento poderia ser mais paradigmático que a vida boêmia.

⁶⁵- Velloso, Mônica Pimenta. "A 'cidade-voyer': o Rio de Janeiro visto pelos paulistas." In *Revista Rio de Janeiro*. No. 4. Niterói, UFF, dezembro de 1986. Da mesma autora, ver também "A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo político". In *Estudos Históricos*. N. 11. Rio de Janeiro, FGV, jan./jun. 1993.

Mas, se as imagens se fixaram, elas foram incorporadas porque foram relidas pelo outro lado da moeda. Para os cariocas, a cidade do ócio é na verdade a cidade do prazer, que relaxa e contagia. Ao invés de suja, negra e quente, a cidade é acolhedora, onde a mistura das cores é transformada em gingado e o sol em alegria. Adjetivações extremamente positivas. A força da cidade estaria provada pelo fato de que ninguém resistia a seus encantos (ou males). A boemia era, portanto, positiva.

Uma positividade que se associava, segundo alguns dos literatos que resgataram sua vivência boêmia no Rio dos anos 30 e 40, aos arroubos da juventude. Para os intelectuais que viviam o ambiente boêmio, a vida desregrada das aventuras noturnas era naturalizada como um comportamento típico da juventude. Como tal, seus excessos eram legitimados como etapa passageira na formação de futuros cidadãos íntegros e integrados. É assim que define Luís Martins, um dos escritores que esforçou-se por fixar uma memória da vida boêmia do Rio:

“É importante assinalar-se uma coisa: daquele grupo de rapazes boêmios que nós fomos, passando muitas noites nos botequins e cabarés da Lapa,

nenhum se perdeu. Quase todos nos casamos, constituímos família, ficamos homens sérios e compenetrados das responsabilidades da vida. Muitos tornaram-se nomes ilustres, respeitáveis e consagrados na literatura, no jornalismo, na política, na diplomacia, na magistratura, na cátedra universitária. Repito: nenhum se perdeu.”⁶⁶

De que boemia estamos falando? Progressivamente, ao longo das décadas de 20 e 30, a boemia deslocou-se do coração para a periferia da área central da cidade. Também os cafés e confeitarias foram sendo substituídos por outros estabelecimentos pelos boêmios, que agora preferiam os *dancings* e cabarés. O bairro que encarnaria melhor esta nova fase boêmia seria a Lapa. Se a rua do Ouvidor deu lugar à Lapa no roteiro da boemia literária carioca, o referencial parisiense de vida boêmia ainda não tinha encontrado substituto:

“Para muitos, o enredo de Murger, musicado por Verdi, ‘A boemia’, era quase um módulo para

⁶⁶ Martins, Luís. *Noturno da Lapa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 74. Análise com maior atenção a produção memorialística sobre a Lapa e a boemia carioca nos anos 1930 e 1940 no artigo "Lembranças da Montmartre dos Trópicos". *Revista Vária História*. Nº 15, Belo Horizonte, março de 1996 e na dissertação de mestrado *A Lapa boêmia um estudo da identidade carioca*. Niterói, UFF, 1994.

*reviver na alma aventureira e idealista de nossa mocidade.”*⁶⁷

Na Lapa, porém, diferentemente da Rua do Ouvidor, experimentar-se-ia uma sensação mais próxima a da Paris boêmia do século XIX, quando o grupo intelectual convivia com boêmios menos recomendados, artistas em geral e marginais. Naquele bairro, a geração de literatos dos anos 20 e 30 esbarrará com os sambistas que desciam o morro e os malandros que faziam da Lapa seu principal ponto de atuação, transformando estes atores em personagens de suas obras.⁶⁸

Mas, é apenas e tão somente como personagens pitorescos que os literatos lembrarão dos habitantes deste lado “sombrio” da Lapa. Luís Martins, em suas memórias sobre o bairro procurava deixar bem claro que havia duas Lapas e duas boemias:

“O melhor seria dizer que havia duas Lapas: a pública, a evidente, a urbana, com seu comércio, as suas lojas, os seus restaurantes, os seus bares, os seus cabarés, intensamente iluminada e com um grande

⁶⁷ Irajá, Hernani. *Adeus Lapa*. Rio de Janeiro, Record, 1967, p.7.

⁶⁸ Um bom exemplo seria o romance *Lapa*, de autoria de Luís Martins, publicado em 1936 por Schmidt-Editor, e mandado recolher pela censura pouco tempo depois.

trânsito de veículos; e a outra, secreta, escondida, suburbana, insinuando-se pelas ruelas escuras na encosta do morro de Santa Tereza(...) Não terei a hipocrisia de dizer que esta Lapa não frequentávamos; mas, para os propósitos, fins e caráter deste livro, ela pouco ou nada interessa; nela jamais se firmou e caracterizou aquele espírito de grupo, de sociabilidade, de boêmia coletiva, que definia a nossa convivência nos bares. A eventual excursão por essas paragens sombrias era um ato individual, que em geral, até mesmo devido a um instinto de pudor, se procurava disfarçar ou ocultar dos companheiros. É verdade que uma ou outra rara vez íamos em grupo; mas como Simão, diletantes de ambientes, à cata do pitoresco... Em geral, nada mais inocente do que essas excursões; a presença de cada um, por uma questão de respeito humano, inibia os demais. Sentávamos a uma das mesas, bebíamos cerveja, brincávamos com as raparigas e ficávamos nisso, como se fôssemos (em verdade não éramos) austeros observadores do vício, apenas interessados em sua contemplação (...) O que quero acentuar e deixar claro é

*que este aspecto pecaminoso da Lapa, que a muitos parece predominante, na realidade era secundário e acessório.”*⁶⁹

Esta diferença entre as Lapas era, como fica claro, uma diferença entre freqüentadores do bairro e entre sentidos diferenciados de boemia. Para aqueles rapazes interessados nas letras, a fase boêmia era associada à juventude e, como era passageira, não corrompia ou deformava. Era esse o sentido de um outro comentário de Luís Martins:

*“Fomos boêmios sim, mas por sermos jovens. Muitos excessos praticávamos, algumas loucuras fizemos. Mas as nossas almas e nossos caracteres não se contaminaram, não se deformaram. Permaneceremos íntegros e intactos. Continuamos, pela existência fora, homens de bem, como éramos antes.”*⁷⁰

No que interessa mais de perto à análise aqui empreendida, é possível identificar na vida boêmia dos jovens aspirantes à carreira das letras um espaço de sociabilidade intelectual que, pela informalidade do meio, acabava por tornar-se uma oportunidade única de ingresso nas

⁶⁹ Martins, Luís, *Noturno da Lapa*, p. 141.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 171.

rodas intelectuais que reuniam os nomes consagrados aos novatos, assim como o fizeram seus predecessores de fins do século XIX.

Luís Martins, por exemplo, recorda-se dos primeiros anos da década de 1930 como aqueles em que mais ardorosamente se dedicou aos extremos da vida boêmia, trocando as noites pelos dias, sem emprego fixo e entregue constantemente à embriagues. Na mesma época, porém, na vida noturna, conheceu a maior parte do círculo de jornalistas e literatos que passaria a definir como de sua relação. A do intelectual mais velho, “padrinho” de novos talentos, seria ocupada, em suas memórias, por Álvaro Moreyra que, segundo Martins, “amava a mocidade e acolhia-a com solícita hospitalidade”.⁷¹ Mas a roda de amigos e companheiros de noitada de Luís Martins incluía mais de uma dezena de nomes, alguns dos quais são personagens dos capítulos seguintes deste trabalho, em especial pela participação na *Revista Acadêmica* (com a qual também Luís Martins iria colaborar): Odylo Costa Filho, R. Magalhães Júnior, Dante Costa, Carlos Lacerda, Jorge Amado, Henrique Pongetti, Valdemar Cavalcanti, Rubem Braga,

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 36.

Newton Freitas, Francisco de Assis Barbosa, Moacir Werneck de Castro, Genolino Amado, Lúcio Rangel, Dante Milano, entre outros.⁷²

O tempo passou, os roteiros boêmios mudaram, mas a associação entre boemia e vida intelectual não teria fim abrupto. Nos anos 50, falar do Rio boêmio era falar de Copacabana. Entretanto, a boemia de Copacabana já não possuía mais o mesmo parentesco com as referências da Paris do século XIX. Nem mesmo a permanência da centralidade dos cafés parisienses, no pós-guerra, re-valorizados pela intelectualidade da geração de Sartre, podia agora ser tomada como o paradigma.

A vida noturna, nos *night-clubs* da zona sul do Rio, aproximava-se muito mais do modelo norte-americano, como ocorreria em diversas outras áreas onde a influência cultural norte-americana avançava no pós-guerra. As rodas intelectuais não tinham ali o mesmo vigor, destacando-se como novos boêmios, os músicos.⁷³ São eles, e os jornalistas profissionais, que se encarregarão de divulgar o espírito boêmio da Copacabana dos "anos dourados". O que não quer dizer que os literatos tivessem abandonado de vez os ares boêmios. Antonio

⁷² Idem, ibidem, p. 35.

⁷³ Também aí o paradigma norte-americano é visível e paralelos com as boates movidas a jazz podem ser desenhados. Ver, sobre os músicos de jazz e o espaço dos clubes noturnos, Hobsbawm, Eric. *História social do Jazz*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Maria - repórter policial, cronista e músico, que difundiu a nova meca boêmia - ao registrar em crônica a comemoração da Copa do Mundo de 1958, em Copacabana, lista seus companheiros de bebida e comida, nomeando alguns nomes que também estão presentes na seqüência deste trabalho:

“Então, cuidou-se de beber e comer o mais possível. Era uma bonança ver ou imaginar pessoas de caixas altas e baixas com um motivo só de alegria. Exemplo: Walter Moreira Salles, Emiliano di Cavalcanti, Jarbas Alves Barbosa, Augusto Frederico Schmidt, o cronista Braga, Joel Paiva Cortes, João Condé - todos e eu, eu e Daniel Tolipan, numa tarde de patriotismo acima do amor!” ⁷⁴

Podemos tomar, entre as várias características dos relatos sobre a boemia, produzidos em momentos diferentes e sobre fases distintas, uma certa invariância na importância que todos os jornalistas e cronistas das vidas boêmias dos literatos cariocas atribuíam a esse ato de

⁷⁴- Antônio Maria. *Com Vocês Antônio Maria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, pp. 103 e 104.

listar companheiros, com um certo tom envaidecido de ter convivido com nomes já consagrados no mundo das letras ou com talentos jovens, que mais tarde iriam se revelar. Esse talvez seja um indicador preciso daquilo que procuramos discutir nas páginas anteriores. Mais que um momento de lazer ou fuga da rotina do trabalho, a boemia era parte integrante do modo de vida de boa parte dos literatos. E isto não apenas por compartilharem gostos noturnos semelhantes, mas por que as rodas boêmias constituíam redes de sociabilidade intelectual tão sólidas quanto as das revistas, cadernos literários ou atividades editoriais, analisadas em outras etapas deste trabalho. Pode-se dizer que a boemia representava, para várias gerações, um papel integrador, em especial para os mais jovens, pois das conversas de bares surgiam muitas das oportunidades para a participação naqueles outros espaços de produção e divulgação de produção literária.

CAPÍTULO III

Revistas Literárias:a Revista Acadêmica

As rodas boêmias da geração de literatos de fins do século XIX tiveram nas revistas de humor das primeiras décadas do século XX – como *O Malho*; *Careta*; *Fon-Fon*; *O Filhote* e *Don Quixote* – o espaço por excelência do exercício de cosmopolitismo e irreverência que seus textos satíricos e suas caricaturas representavam exemplarmente.⁷⁵ A formação intelectual daquele grupo, entretanto, iniciara-se na fase das campanhas abolicionista e republicana e as revistas, mesmo as ilustradas, eram então porta-vozes do engajamento político daqueles homens de letras. A *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini representou de forma paradigmática este papel. É com base na análise destas publicações que Monica Velloso considera como “uma tradição na vida cultural carioca” o papel das revistas, “enquanto veículos de informação, atualização e intervenção no cotidiano da cidade”.⁷⁶

Se as revistas ditas mundanas, como os cafés e as livrarias do centro do Rio, foram espaços de sociabilidade intelectual marcantes para a geração boêmia da virada do século, na década de 1920 outras revistas ocupariam papel de destaque na “República das Letras”. Para os modernistas, as revistas literárias iriam se constituir nos veículos privilegiados de difusão, não apenas de suas novas propostas estéticas, mas também de todo um conjunto de idéias sobre o Brasil e, em especial, sobre o

⁷⁵ Lustosa, Isabel, op. cit., p.40.

⁷⁶ Velloso, Monica, op. cit., p. 76.

papel dos intelectuais no país, que as transformaria, em certos momentos, em verdadeiras plataformas artístico/políticas daquela nova geração de literatos.

De tal forma que é possível traçar a própria história do movimento modernista tomando suas principais revistas como marcos. Assim o faz Angela Gomes, em artigo sobre o modernismo carioca, assinalando as mudanças no tempo e a ampliação no espaço da influência modernista, através de revistas como a paulista *Klaxon*, em 1922, a carioca *Estética*, em 1924, a mineira *A Revista*, em 1925, *Terra Roxa e outras terras*, publicada em São Paulo em 1926 e, em 1927, *Verde*, de Cataguases e *Festa*, do Rio, seguidas na década seguinte por uma série de novos periódicos.⁷⁷

Nos anos 1930 e 1940, fase de aguda polarização política e momento de renovação do campo artístico/literário, mas ainda sob os parâmetros modernistas, diversas revistas acabaram por representar a socialização intelectual e política de uma nova geração de literatos. De um lado, um certo nível de institucionalização modernista era visível em publicações como *Lanterna Verde* ou, na nova fase, a *Revista do Brasil*.⁷⁸ Em paralelo, mas não sem muitos pontos de contato com a geração modernista anterior, iniciativas de jovens escritores, como a *Revista Acadêmica*, alvo central deste capítulo. A eleição para a Academia Brasileira de Letras de vários modernistas destacados e as características dos periódicos de então

⁷⁷ Gomes, Angela de Castro. “Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo”, op. cit.

⁷⁸ Sobre *Lanterna Verde*, ver, Gomes, A. C., “Essa gente do Rio...”, op. cit, pp.73-74.

gera comparações curiosas, como a de Wilson Martins, para quem “uma revista chamada ‘acadêmica’ militava na vanguarda política e artística, enquanto a outra [refere-se à *Revista do Brasil*], tacitamente aceita como órgão por excelência da literatura moderna, parecia assumir cada vez mais uma atitude... acadêmica”.⁷⁹

De coloração política mais nítida, a revista *Diretrizes* representou o espaço de manifestação da oposição de esquerda ao regime varguista. Por outro lado, já na fase do Estado Novo e em meio ao esforço de propaganda do regime empreendido através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o próprio governo publicará a sua revista – *Cultura Política* – que circulou entre 1941 e 1945, sob a direção de Almir de Andrade.⁸⁰

Na ótica que aqui as encaramos – como espaços fundamentais de sociabilidade intelectual – as revistas, em especial as literárias, tinham, portanto, uma tradição significativa no campo intelectual carioca das primeiras décadas do século. Destacando uma das mais significativas dentre elas – a *Revista Acadêmica* – é possível evidenciar de que forma tais redes de sociabilidade se constituíam.

⁷⁹ Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira*, Vol.VII (1933-1960).2ª ed., São Paulo, T A Queiroz, 1996, p. 149.

⁸⁰ Sobre *Cultura Política*, ver Antelo , Raul, *Literatura em Revista*. São Paulo, Ed. Ática, 1984, em especial Capítulo 1. Ver também Gomes, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, em particular capítulo 4.

III-1 A *Revista Acadêmica*

Surgindo em 1933, a *Revista Acadêmica* reuniu, em um primeiro momento, um núcleo central identificado pelas figuras de Murilo Miranda, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda e Lúcio Rangel. Um grupo de jovens que, durante o curso superior na Faculdade de Direito, reuniu-se para produzir uma revista. A peculiaridade do grupo não pode ser encontrada apenas na enumeração das figuras que o compunham (e que mais tarde tornar-se-iam personalidades conhecidas no meio jornalístico, político e cultural), mas sim na experiência de realização de um veículo de idéias que durante boa parte de sua existência congregou os maiores nomes de nossa produção literária.

Experiência esta, que se concretizou numa forma de construção cotidiana do corpo da revista marcada por laços bastante informais. Ultrapassando o espaço acadêmico, a revista surgiu também dos encontros nos bares e da troca de idéias em recantos boêmios da cidade do Rio de Janeiro. As afinidades intelectuais solidificaram-se através de uma perspectiva política compartilhada, de matriz antifascista e antiautoritária, que paulatinamente foi sendo assumida pela linha editorial da *Revista Acadêmica*.

Neste contexto os realizadores da *Revista Acadêmica*, durante alguns anos, tiveram ainda uma outra qualidade bastante especial. Compartilharam a companhia de Mário de Andrade nos anos em que este residiu na cidade do Rio de Janeiro.⁸¹ Foram estes “moços” que apresentaram a boemia carioca ao então já consagrado literato paulista, o que fez de Mário uma figura central na vida e na produção do grupo. Logo, transformar os espaços boêmios de descontração e liberdade, em espaços de troca de idéias para a produção de um periódico, tendo ainda como mentor Mário de Andrade, um intelectual particularmente influente durante os anos 30 e 40, constituem-se em aspectos centrais para a compreensão da revista, extremamente significativa para a produção literária carioca do período.

Procuramos resgatar, “o espaço e o clima em que se envolviam os intelectuais do Rio”⁸², precisando melhor o momento e a forma de inserção dos literatos cariocas no itinerário modernista. Entendemos, assim, a *Revista Acadêmica*, não só como produtora de idéias - que foram impressas e veiculadas - mas também como produtora de sociabilidade. Era como parecia percebê-la Mário de Andrade (de volta a São Paulo em 1935), em carta a Murilo Miranda, ao lembrar de um dos espaços de produção da revista e de seus fortes laços de amizade: “ (...) é neste momento que

⁸¹Ver a esse respeito, especialmente, Castro, Werneck de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

⁸² Aqui seguimos a sugestões de Gomes, Angela de Castro, “Essa gente do Rio...”, op. cit.

sinto mais desejo de conviver com vocês aí, você, o Álvaro, o Carlos Lacerda, e a saleta inspiradora da *Revista Acadêmica*".⁸³

Nesta perspectiva, a idéia de “estruturas de sociabilidade ‘produtoras’”, de Michael Trebish, comentada no 1º Capítulo, parece-nos abrigar o sentido atribuído à *Revista Acadêmica* pelos que nela produziam.

II-2- A Acadêmica em balanço

Na Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira, de Otto Maria Carpeaux, cuja primeira edição data de 1949,⁸⁴ a *Revista Acadêmica* encontra-se citada no item “Revistas Literárias”, com a seguinte definição: “Periodicidade irregular - Órgão modernista.” No entanto, nenhum dos seus organizadores ou editores estão presentes na obra de Carpeaux.

Durante a década de 70, Antônio Carlos Villaça, publicou uma série de artigos, realizando um balanço do jornalismo literário no Brasil. Como o próprio autor declarou, neste balanço deixou de fora a *Revista Acadêmica*. Após receber uma carta de Yedda Braga Miranda (esposa de Murilo Miranda), tentou consertar o “erro” e escreveu o artigo “*Revista Acadêmica* de Murilo Miranda. A última arena do modernismo”: “Em 1945, há 30 anos, deixava de circular uma revista literária

⁸³ Andrade, Mário. *Cartas a Murilo Miranda: 1934/1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.p15.

⁸⁴Carpeaux, Otto Maria. *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro, MEC/DIN,1955.

que por 12 anos fora instrumento do modernismo (...). A revista era a mais antiacadêmica das revistas (...)”. Seguiu-se um pequeno balanço de algumas das matérias publicadas pela *Revista Acadêmica*.⁸⁵

Segundo a avaliação do autor, publicada no *Jornal do Brasil*, a marca maior da revista fora sua longevidade, realçada pela condição de periódico boêmio revista e por ser uma revista de jovens:

“(...)Revista Acadêmica, de Murilo Miranda, que durante 15 anos, aos trancos e barrancos, com maior ou menor gama, refletiu o que a inteligência brasileira tinha de mais vivo, na criação literária e artística, e na crítica social. Convém que a moçada de hoje tome conhecimento desse prodígio de publicação boêmia , ou pelo menos desorganizada , que resistiu tanto tempo e deixou uma coleção volumosa e prestimosa para a história de nossa literatura. Revista de jovens não vai além de três números? Esta chegou a 70”.⁸⁶

Talvez a melhor definição da *Revista Acadêmica*, seja a de Moacir Werneck de Castro que, entre os anos de 1937 a 1942, foi ao lado de Murilo Miranda, editor da revista:

⁸⁵Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1975.

⁸⁶Idem.

“Prodígio de improvisação, irregular na periodicidade, modestíssima na tiragem, precário nas fontes de receita, sobrevivia quase por milagre. Ganhou, contudo, projeção como veículo de idéias novas, como órgão de vanguarda numa época de intensa busca de identidade nacional brasileira.”⁸⁷

“Órgão Modernista”, “instrumento do modernismo”, com certeza cabem à *Revista Acadêmica*, estas adjetivações. Em suas páginas figurou praticamente toda a vanguarda literária do movimento modernista no Brasil. Foi uma revista que, durante quase quinze anos - um tempo de vida bastante longo para um periódico literário -, buscou publicar o “novo” no pensamento intelectual brasileiro. Apesar de contar com colaboradores de expressão nacional, foi uma revista carioca. Além disso, esteve marcada, ao menos nos seus primeiros seis anos de existência - atravessando até mesmo os primeiros momentos do Estado Novo - por uma linha de intervenção no debate político marcadamente antifascista e de esquerda.

Supõe-se que seja difícil esquecer uma revista publicada durante uma década e meia e que contava com nomes como os de Mário de Andrade, Anibal Machado, Portinari, José Lins do Rego, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Sérgio Milliet, figurando em suas capas como membros de um

⁸⁷Castro, Moacir Werneck de, op.cit. p.69.

“Conselho Diretor” e freqüentemente listados em seus índices como colaboradores.⁸⁸ Porém, a *Revista Acadêmica* e seus organizadores não são, como vimos, freqüentemente lembrados por dicionários e antologias literárias. Isto talvez se deva ao fato de ter sido produzida por estes “moços” do Rio de Janeiro, que na periodização tradicional de nossa história literária não possuíam a mesma importância que outros nomes do pós-22. Também pelo fato de não ter surgido de nenhum destes intelectuais do núcleo central de produção da revista, uma obra literária considerada “de peso” na literatura brasileira. Todos acabaram por envolver-se com a carreira jornalística, com a política ou na burocracia estatal, como funcionários públicos. Cabe, portanto, conhecê-los um pouco melhor.

III-3- Moços do Rio

“Era um grupo diversificado em matéria de tendências políticas e inclinações literárias, mas unidos pela amizade e por uma comum repulsa ao fascismo”

Moacir Werneck de Castro

Faz-se necessária uma breve incursão na trajetória de vida de alguns dos principais articuladores da *Revista Acadêmica*. A seleção dos literatos aqui

⁸⁸ Para uma lista dos colaboradores mais assíduos e das alterações no expediente da revista, ver anexos a este capítulo.

apresentados seguiu os seguintes critérios: em primeiro lugar, os quatro nomes listados a seguir participaram ativamente na revista, tanto colaborando com artigos, quanto na organização propriamente dita do periódico.⁸⁹ Em segundo lugar, este é o grupo a que Mário de Andrade se refere como “os amigos do Rio”. Finalmente, Moacir Werneck de Castro, um dos membros do grupo, que escreve sobre Mário em terras cariocas, reafirma estes mesmos nomes.

Murilo Miranda (1912-1971) - diretor e articulador mais importante da revista ao longo de toda a sua trajetória - nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro em 1932, onde se formou em 1936. Com o término da publicação da *Revista Acadêmica*, em fins da década de 1940, através dos contatos surgidos no período de existência da revista, ingressou no funcionalismo público. Tornou-se diretor de publicidade do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), lançando a revista *Cultura e Alimentação*, periódico responsável pela divulgação do SAPS. Durante sua gestão, procurou ainda divulgar através de exposições alguns trabalhos de artistas nacionais modernos. Em 1956 foi nomeado diretor do Serviço de Recreação Operária, cargo que ocupou até o ano de 1957, promovendo espetáculos culturais. De 1957 a 1959 dirigiu o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, promovendo intensa programação cultural. No período de 1960 a 1962 foi vereador pela União Democrática Nacional (UDN). De 1961 a 1964, foi

⁸⁹Na elaboração das notas biográficas utilizou-se, além dos trabalhos já citados de Moacir W. de Castro e Menezes, Raimundo de, o livro de Ribeiro Filho, J.S. *Dicionário Bibliográfico de Escritores Cariocas(1565-1965)*. Rio de Janeiro, Brasiliana,1966.

diretor da Rádio do Ministério da Educação, a Rádio Roquete Pinto. Em 1965 voltou a exercer o cargo de diretor do Teatro Municipal e alguns anos depois, foi nomeado secretário geral do Conselho Nacional de Cultura, órgão do ministério da Educação e Cultura. Foi crítico de arte do jornal *Tribuna da Imprensa*. Entre os anos de 1968 e 1971 foi diretor do Serviço de Documentação do Ministério de Transportes. Foi ainda presidente da Orquestra Sinfônica Brasileira, sendo pioneiro na organização de apresentações de bale, ópera e sinfônicas para grandes platéias no Maracanãzinho.

Segundo seu companheiro na produção da revista, Moacir Werneck de Castro:

“Sua politização não era profunda nem radical; comprava literatura marxista em traduções francesas, mas a consumia com moderação. Seus escritores estrangeiros prediletos eram franceses: Romain Rolland, André Gide, André Malraux (...)Vivia a volta com problemas financeiros, mas tratava os credores com tranqüila sobranceira. Foi quem mais constantemente ajudou Mário [de Andrade] no corpo-a-corpo com a

vida carioca, nas redações dos jornais, recados, providências práticas, gestões.”⁹⁰

Na revista, Murilo Miranda fazia de tudo um pouco. Cuidava criteriosamente da seleção e dos contatos com os colaboradores, mas também era o responsável pelo trabalho pesado de acompanhamento da produção da revista nas tipografias. Também era ele quem batalhava por anúncios que viabilizassem economicamente a publicação. Pelo trabalho na *Acadêmica* e por sua atuação posterior em diversas áreas da produção cultural foi lembrado positivamente por artistas e intelectuais de diferentes matrizes, como no elogio de Drummond, na ocasião da morte de Miranda:

“(...)Murilo foi um pouco de tudo, na sua inquietação de criar, menos individualmente do que em reflexo, na criação incentivada dos outros. Inventou meios e modos de estimular as artes, como ninguém mais o faria durante tanto tempo e sob formas tão diversas.”⁹¹

Lúcio do Nascimento Rangel (RJ, 1914-), secretário da revista em seus primeiros números, tornar-se-ia mais tarde redator dos jornais *A Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de São Paulo*, *Estado de Minas*, e das revistas *Manchete*, *Senhor*, *A*

⁹⁰Castro, M. W., op. cit., p.72.

⁹¹ Artigo de Carlos Drummond publicado no *Jornal do Brasil* de 6-5-71, citado por Ribeiro, Laura Maria. In *Revista Acadêmica (1933-1948) e a Arte Moderna Brasileira nas Décadas de 1930-1940*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, 1989.

Cigarra, Sombra e Lady. Carioca “legítimo”, leitor constante de livros franceses, tornou-se um especialista em música popular brasileira, publicando *Sambistas e Chorões* e *Discografia Crítica da Música Popular Brasileira*. Era, ainda segundo Werneck de Castro, o “menos ostensivamente político”.

Carlos Frederico Werneck Lacerda (RJ- 1914-1977), teve uma trajetória política tão conhecida quanto conturbada. Na época de publicação da revista era jornalista (atividade na qual se iniciou aos 16 anos no *Diário de Notícias*). Líder estudantil na Faculdade de Direito, era considerado, em 35, o principal orador jovem da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi editor da revista *Rumo*, órgão divulgador da Casa do Estudante do Brasil.

Em 1935, passou a ser perseguido pela polícia, após o levante da ANL de 27 de novembro. Escondendo-se em um sítio no município de Vassouras, estado do Rio, passou a escrever para o clandestino órgão do Partido Comunista *Classe Operária*. Continuou a enviar artigos para a *Acadêmica*, inclusive uma peça teatral - *O Rio* - encenada em 37 e um estudo sobre Manuel Congo e seu quilombo, publicados sob vários pseudônimos. Ainda em 1937 participou da campanha eleitoral de José Américo de Almeida. Com o golpe do Estado Novo voltou a ser perseguido pela polícia. Raul Antelo enfatizou sua importante participação na revista: “Pode-se ver em Carlos Lacerda um dos porta-vozes da *Revista Acadêmica*

ou quiçá a sua inteligência brilhante e aglutinadora até meados da guerra”.⁹² Moacir W. de Castro ressalta a forte ambição política de Lacerda já na juventude e suas confusas relações com o PC.⁹³

Presente na revista desde seus primeiros números, Carlos Lacerda manteve-se algumas vezes sob o anonimato através dos pseudônimos: Caio Júlio, César Tavares, Júlio Tavares, Nicolau Montezuma e Marco Aurélio Jr.

Moacir Werneck de Castro (RJ, 1915), primo de Lacerda, definiu-se como “o vermelho”, já que militava desde os 17 anos (quando ingressou na Faculdade de Direito) em uma organização radical ligada à Juventude Comunista.

“Minha presença na Acadêmica está muito relacionada com a história política do país. Eu participava de uma corrente avançada do movimento estudantil: em 1932/34 fui membro de uma entidade chamada, assustadoramente, Federação Vermelha de Estudantes (...). Em 1935 estive na Europa e voltei ao Brasil Poucos dias antes de irromper o movimento de novembro. Devido à repressão que se seguiu, embora

⁹² Antelo, Raul, op. cit. p.124.

⁹³ Castro, M. W., op. Cit., p. 73.

nada tivesse a ver com a “intentona”, fui forçado a me esconder. (...)”⁹⁴.

Iniciou a carreira de jornalista em 1934, no *Jornal do Povo*. No ano seguinte viajou para a Europa, retornando em novembro, quando foi obrigado a refugiar-se clandestino no interior, perseguido pela acusação de ligações com o movimento comunista internacional. Voltou à vida legal no Rio no começo de 37, aos 22 anos, figurando como redator da *Revista Acadêmica* (ao lado de Murilo Miranda), entre junho de 37 e maio de 43. Na revista acadêmica utilizou o pseudônimo de João Silva ou João Silva Mello. Também foi colaborador do *Diário Carioca*, *Imprensa Popular*, *Última Hora*. É ainda hoje articulista do *Jornal do Brasil*.

Na redação da revista ainda passaram Aníbal Machado, Otto Barroso, Themistocles Cunha e Álvaro Albuquerque. A partir de novembro de 1936, criou-se um “conselho diretor”, onde nomes como Mário de Andrade, Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Cândido Portinari, Artur Ramos, José Lins do Rego, Santa Rosa, Rubem Braga e Jorge Amado estavam presentes. Com o tempo outros nomes foram ingressando no Conselho Editorial: Sérgio Milliet, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Érico Veríssimo e A. D. Tavares Bastos, a partir de junho de 1937. Moacir Werneck de Castro passou a ser um dos redatores ao lado de Murilo Miranda, também a partir de junho de 1937. Naquele mesmo ano, a gerência passou a cargo

⁹⁴ Entrevista de M. W. Castro à Antelo, Raul, op. Cit., p.295

de L. S. Machado. Hermes Lima entrou para o Conselho Diretor a partir de julho de 1940 e Carlos Lacerda, numa fase em que a clandestinidade já não era mais necessária, em novembro do mesmo ano. Este conselho diretor permanece com a mesma composição até meados de 1944. A partir de junho de 1944 seu quadro administrativo apresenta Murilo Miranda como diretor e L.S. Machado como gerente da revista.

Pela composição de seus conselhos, é possível perceber que entre os colaboradores da *Acadêmica* estavam todos os grandes nomes da produção literária brasileira, dos autores consagrados da geração modernista dos anos 20 aos novos talentos que dominariam a vida literária nacional a partir dos anos 30 e 40. Uma lista não muito extensa encontra-se em anexo ao fim do capítulo.

Não era apenas no plano literário que a revista mobilizava toda a vanguarda da produção artística nacional. A revista passou a contar com a colaboração de ilustradores a partir de seu segundo número, entre eles estavam Tomás Santa Rosa, que estaria sempre presente, Paulo Werneck (também presença constante) e ainda Augusto Rodrigues, Cândido Portinari, Hugo Adami e Di Cavalcanti e mais tarde as colaborações de Lucy Citty Ferreira, Bruno Giorgi, Hilda Campofiorino, Flávio de Carvalho, Alfredo Ceschiatti, Cícero Dias, Clóvis Graciano, Oswaldo Goeldi, Noêmia Mourão, Axel Leskoschek, Alberto da Veiga Guinard, Lasar Segall, Carlos

Scliar, Hilde Weber, Maria Helena Vieira da Silva , Arpad Szenes e Tarsila do Amaral.

Segundo D. Yeda Braga Miranda, viúva de Murilo Miranda, as colaborações não eram pagas. “O nível de amizade entre eles fazia com que se ajudassem entre si e levassem a revista adiante”.⁹⁵

III-4- A *Revista Acadêmica*: uma periodização

A *Revista Acadêmica* surgiu em setembro de 1933, dentro da Faculdade Nacional de Direito, como órgão de estudantes, tendo a frente Murilo Miranda, aluno do segundo ano da faculdade, como diretor, e Lúcio Rangel, na função de secretário. Foi editada até o ano de 1948, sem manter uma periodicidade regular. Nasceu como um órgão de estudantes, mas quando seus editores formaram-se bacharéis, a revista transpôs os muros universitários, consolidando-se, com o passar dos anos, como uma revista literária e de ensaios.

Para os jovens que cursavam a faculdade de direito, o meio acadêmico era então o espaço por excelência de sociabilidade. Ter a vocação literária ou jornalística, esbarrava durante os anos 20 e 30, nas duas possíveis opções de formação superior: o curso de direito ou o de medicina. Carreiras substituídas, em

⁹⁵ Ribeiro, Laura op.cit.p142

muitos casos, pelas redações dos jornais e revistas da época, como opção de trabalho dos recém formados.

A Revista fechava seu primeiro número com as seguintes informações: “Revista Acadêmica aceita colaboração escrita ou desenhada de estudantes”. Esta origem estudantil somava-se a um padrão boêmio no convívio dos produtores da revista, que era denunciado pelo anúncio dos locais de venda dos primeiros números da *Acadêmica*, como o Café Alencar, à rua Marquês de Abrantes, 4-A e a Galeria Santa Terezinha, rua Mariz e Barrros 164, próximo ao Instituto de Educação.

O preço de venda estampado variava muito, o que se explica pelas dificuldades de sustentação do periódico. A periodicidade não era definida. O ano em que se publicou o maior número de exemplares foi o de 1936, quando se editaram nove números da revista. Já em 1944, 1946 e 1948 apenas um número foi publicado.

A redação e a administração da revista funcionaram em diversos endereços, alguns no Centro e outros em áreas residenciais da zona sul, como no período em que o endereço estampado na acadêmica era o do apartamento da Rua Barata Ribeiro, 147/7, em que morava o próprio Murilo Miranda. Foram muitos também os locais de impressão da revista, que passou por grandes e pequenas gráficas, de serviços gerais ou de jornais da grande imprensa. Não há, entretanto, dados sobre a tiragem da *Acadêmica*.

Fora do Rio, a distribuição da revista era ainda mais precária. Durante algum tempo, contou-se com um representante em São Paulo, mas já na fase final da publicação, a partir de 1941. Cumpriram este papel Paulo Zingg e, mais tarde, Arnaldo Pedroso d’Horta.

Todas essas características de irregularidade na produção da *Revista Acadêmica* somam-se na definição de um perfil amadorístico, que marcou toda sua trajetória. É possível, no entanto, estabelecer uma periodização da *Acadêmica* que atente também para o conteúdo do que publicava, estabelecendo traços diferenciadores de fases específicas da publicação. Constata-se que alguns dos traços mais evidentes do tipo de intervenção que os artigos da revista produziam derivava de sua efetiva opção pelo engajamento político.

Laura Ribeiro, em seu trabalho sobre a revista, propõe uma periodização que estabeleça uma distinção entre o período que vai dos primeiros números da revista ao ano de 1938 - por ela tratados como “anos de luta” - e a fase posterior da revista, de perfil menos militante. Os “anos de luta” se caracterizavam, segundo a autora “pelo engajamento do periódico às forças que combatiam a expansão do nazifascismo em países europeus, bem como suas repercussões no Brasil, manifestando-se, também, contra as forças do Gal. Franco na Guerra Civil Espanhola e contra a ação do Japão na China”.⁹⁶

⁹⁶ Ribeiro, Laura Maria op.cit. pp.240-241.

Para Raúl Antelo, outro autor que tomou a *Revista Acadêmica* como objeto de análise, o tom politizado da publicação era fruto de uma conjuntura marcada pela polarização política, a qual os intelectuais responderam, segundo ele, com posturas utópicas, oposicionistas, mas fracassadas no intuito de formular alternativas. Em tom crítico, considera que os intelectuais nucleados na *Acadêmica*:

“Impossibilitados de darem uma resposta presente e tendendo sempre à utopia (...) não raro, definem-se por oposição, sem poderem cristalizar uma proposta afirmativa que ultrapasse o marco individual. Esse pormenor, explicado pelo clima ideológico que se vive no Brasil dos anos 30, registra-se na definição inaugural da Revista Acadêmica.”⁹⁷

A marca maior da perspectiva política dos autores da revista, segundo o mesmo autor, viria da fascinação exagerada e mutável pelas matrizes estrangeiras. A opção à esquerda, por exemplo, viria da virada da orientação francesa para a comunista: “Na época do lançamento da *Acadêmica*, em 1933, Tarsila estava entusiasmadíssima com a Rússia, exposição de cartazes no CAM, conferência e até projeto de livro. É a época da confiança comunista de Mário (‘O Comunismo há de

⁹⁷ Antelo, Raul.op. cit. p. 119.

vir’).”⁹⁸ Com a guerra, o francesismo cederia espaço a uma opção preferencial pela matriz norte-americana, para retornar, já com ares de nostalgia, no pós-guerra.

O balanço de Antello é, a nosso juízo, exagerado. Em primeiro lugar porque o engajamento intelectual daquela geração era, como procuramos mostrar no primeiro capítulo, profundamente marcado pelas questões nacionais, embora as matrizes externas pudessem de fato prevalecer como bússola em muitos momentos. Quanto às oscilações, elas têm explicações conjunturais fortes. A adesão às propostas de esquerda no clima da polarização política dos anos 30, por exemplo, era fenômeno internacional. Da mesma forma, o resgate do modelo americano se daria, no início dos anos 40, em meio à guerra, no clima da luta antifascista e da defesa da adesão brasileira ao campo dos aliados. Moacir Werneck de Castro explica esta situação em uma entrevista ao próprio Antello. Sobre a matriz política antifascista da *Acadêmica*, Werneck de Castro explica, em trecho que pela sua clareza justifica a longa citação:

“A repressão de pós-35 prenunciava o Estado Novo e recrudescia com ele. Em 1936 começa a guerra civil na Espanha, que vai durar três anos, até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. O fascismo estava em ascensão no mundo. Em resposta, as forças antifascistas

⁹⁸ Idem, ibidem. P.122.

se mobilizavam para a resistência, acumulando os fatores que culminariam na vitória de 45. A revista refletiu este clima, embora com as peculiaridades e limitações que a situação do Brasil impunha. Foi sumamente importante a solidariedade à República Espanhola, que fazíamos através da difusão de textos de Antônio Machado, e pela divulgação do nome e da obra de Lorca. Outras matérias que caracterizaram essa posição da revista foram os artigos de Jacques Maritain, a encíclica de Pio XI contra o nazismo (Mit brennender Sorge), numerosos textos contra o racismo, etc. O grupo de escritores e artistas que se reuniu em torno da RA, muitos deles fazendo parte do Conselho Diretor (Mário de Andrade, Hermes de Lima e outros) eram antifascistas. Quando o Brasil, sob o Estado Novo, se inclinava para o Eixo, nós fazíamos da revista um instrumento de resistência, na medida do possível. Reagíamos às campanhas de grupos fascizantes, de que participavam pessoas como Carlos Maul, Heitor Moniz e outros, que atacavam, por exemplo, a “arte

*degenerada” e “comunizante” de Portinari, Segall, Niemeyer.”*⁹⁹

Para Werneck de Castro, a revista era ideologicamente de esquerda, mas não partidária, e neste momento as forças políticas de esquerda estavam desmanteladas. Segundo ele a maior fonte de inspiração eram as publicações de esquerda na França “como *Monde* de Henri Barbusse; *Commune*, dirigida por Araagon; *Clarté* de Romain Rolland, e *Europe*, fundada também por Rolland”.¹⁰⁰ Quanto à experiência da URSS, eram influenciados por depoimentos como o Livro *Missão em Moscou*, do embaixador norte-americano Joseph Davies “que parecia bastar como testemunho de que o processo de 1938, por exemplo, seria o processo da quinta-coluna nazista na Rússia (...) Era a essa corrente , que menosprezava o terror na Rússia, que nós dávamos crédito. Durante a guerra, a coisa não nos parecia se prestar a maiores sutilezas de interpretação.”¹⁰¹

Em seu primeiro número a *Revista Acadêmica* já demonstrava claramente essa sua postura diante dos acontecimentos da época e sua opção política. Comentando o episódio do empastelamento de periódico com o mesmo nome, editado por estudantes de Direito do Recife, Murilo Miranda escreve um editorial em tom provocativo:

⁹⁹ Entrevista de M. W. de Castro a Antelo, R., op. cit., p. 295.

¹⁰⁰ Idem, p. 296.

¹⁰¹ Idem, p. 296.

"(...) Revista Acadêmica nasceu de um pulo do gato e vai pular sobre assuntos políticos. Na política, as lebres também são gatos: um carnaval que é um suco.

Mas Revista Acadêmica vai pular sobre assuntos políticos. O caso do inditoso jornal nordestino foi citado apenas por questão de despeito, de inveja. Francamente, a glória maior da Revista Acadêmica seria a sua morte por empastelamento. Só assim teríamos uma nova redação, dentro de uma nova faculdade...

Ah! se a polícia deixasse empastelar a nossa redação... Antigamente ela deixava, como aconteceu com o Diário Carioca, mas agora existe a Polícia Especial..."¹⁰²

O editorial segue, atacando ainda os militares e o aumento de seus soldos, renunciando o espírito de "combate" que animaria a revista em muitas ocasiões. Este engajamento explícito será a marca de uma primeira fase da revista, cuja trajetória pode ser dividida em dois momentos bastante distintos. Constatamos, porém, na leitura dos artigos da revista, que este primeiro momento em que, embora nunca deixando de lado as letras e artes, o tom é antifascista, com freqüentes artigos

¹⁰² *Revista Acadêmica*. (doravante RA)Nº1. Rio de Janeiro, setembro de 1933.

contra o anti-semitismo e o racismo e discussões sobre o pacifismo, perdurará até aproximadamente o ano de 1942.

A linha política antifascista e de esquerda era entremeada de algumas concessões, como a do artigo, em tom de editorial, assinado por Murilo Miranda, no segundo número da revista: “Para nós, Revista Acadêmica é infinito... Portanto, não importa se rumamos pela direita, ou pela esquerda. Vamos á frente e o nosso objetivo maior será estabelecer a mais perfeita harmonia na classe acadêmica, afim de substituir coesão, capaz de realizar as aspirações da mocidade estudiosa...”¹⁰³

A imagem de uma postura não sectária era passada também pela publicação de alguns artigos de autores considerados matrizes da direita autoritária da época, como quando foi publicado um artigo de Alberto Torres, intitulado “Nacionalismo”, em dezembro de 1936. Naquele caso, uma nota esclarecia que a *Acadêmica* publicava o artigo “sem endossar as conclusões de Alberto Torres”, mas reconhecendo a importância de sua contribuição para a discussão da questão nacional.¹⁰⁴

Em novembro de 1935, a revista para de publicar artigos de protestos e interrompe também a publicação da enquete sobre os livros para a formação da

¹⁰³ RA, nº 2. Rio de Janeiro, outubro de 1933.

¹⁰⁴ Antelo, Raul, op. cit., p. 300.

cultura socialista.¹⁰⁵ A partir deste momento, flutua entre alguns períodos em que só trata de assuntos literários, e outros momentos em que retoma a crítica social e política. O peso da Lei de Segurança Nacional e do fechamento do regime sobre o pretexto de combate à ameaça comunista, que se seguiu ao levante da ANL, faziam-se então sentir.

As fases menos políticas podem ser explicadas pela ação dos mecanismos de censura e controle sobre a imprensa do Estado Novo.¹⁰⁶ Não se pode falar de censura direta, problema que a revista parece não ter sofrido, mas como esclarece mais uma vez Werneck de Castro, esta não era a única forma de controle:

“Quanto à questão da censura, não se pode dizer que ela afetasse diretamente a RA, que se mantinha num plano de pouco acesso por parte do grande público. A censura que a afetava era a geral, difusa, que pairava no ar e não raro ameaçava levar as pessoas físicas à cadeia...”¹⁰⁷

¹⁰⁵ Ver entrevista de M. W. de Castro no livro de Antelo, op. cit. pp.294- 295.

¹⁰⁶ Sobre o DIP e a censura no Estado Novo ver Paulo, Heloisa Helena. *O D.I.P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): Análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal*. Niterói, UFF, 1987. (Dissertação de Mestrado)

¹⁰⁷ Entrevista a Antelo, p. 297.

Assim, descontadas as eventuais flutuações de momento, a trilha política da revista seguiu pela via esquerda, com alguns momentos de agudo engajamento antifascista. Como em fins de 1938, por exemplo, quando a *Revista Acadêmica* denunciava a existência cruel dos Campos de Concentração alemães. Segundo Werneck de Castro, talvez esta tenha sido a primeira “referência em letra de forma no Brasil, ao termo campo de concentração”.¹⁰⁸

Mesmo a predominância do campo literário no perfil dos artigos da revista não escondia esta opção política. Ainda em 1936, para resgatar outro exemplo, a revista publicou um número especial sobre Romain Rolland, referência fundamental do pensamento antifascista da época e figura particularmente simpática a Murilo Miranda. As conotações políticas daquela homenagem eram explícitas, como podemos deduzir da postura de Mário de Andrade. Mário repudia fortemente a proposta e, em carta a Murilo Miranda adverte o diretor da revista:

“(...) Ora decididamente não escreverei nada. Digo mais: acho que vocês errarão muito em fazer no momento uma homenagem a ele. Porque diante da censura, do perigo duma apreensão da revista, da possibilidade duma prisão e suas conseqüências terríveis agora : vocês vão fazer uma homenagem fugidia, vão ser

¹⁰⁸Castro, M. W., op. cit., p. 71. O número da revista que traz este artigo é o 41, de dezembro de 1938.

*hipócritas, vão mentir, não falando naquilo que vocês querem falar, no Romain Rolland Comunista. E é nisso que eu queria falar também. E como não posso me calar.”*¹⁰⁹

Apesar da recusa de Mário, o número saiu, e teve a colaboração de Aníbal Machado, Manuel Bandeira, Afonso Reyes, Carlos Lacerda (sob o pseudônimo de Júlio Tavares), José Lins do Rego, Portinari, entre outros.

Em outras ocasiões, a intervenção na conjuntura era mais explícita e ligava-se às questões nacionais. Em março de 1937, por exemplo, a revista publicou um discurso, de Júlio Novaes na Câmara dos Deputados, que defendia o ex-Prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto (preso em abril de 1936, acusado de ter apoiado a Intentona Comunista). Em junho do mesmo ano, um número da revista publicou um artigo anônimo sobre a guerra civil espanhola e outro, escrito por Moacir Werneck de Castro sob pseudônimo, de crítica à atuação da censura. Nos dois números seguintes, os últimos antes do golpe do Estado Novo, o tom politicamente crítico se acentuou.¹¹⁰

Já no segundo momento (a partir de 42), a *Revista Acadêmica* abandona seu lado mais contestatório e inicia-se uma fase que é marcada pelas homenagens a

¹⁰⁹Andrade, Mario. *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 35 (carta datada de 11-11-36).

¹¹⁰Ver Ribeiro, L. M., op. cit., pp. 164 e 165.

personalidades da literatura e das artes plásticas. O primeiro número da nova etapa traz uma homenagem a Cândido Portinari. Essa virada não se faz sem diversas queixas de seus colaboradores assíduos. E é mais uma vez Mário de Andrade quem chama a atenção para este novo perfil da revista. Tendo em suas mãos um número “normal” da revista escreve:

“A acadêmica tem um espírito e tem uma função. Justo agora que você tem um emprego por detrás, agüentando a mão, a Acadêmica podia dar uns números “normais” que a limpassem de certas passagens recentes meio paus pra tradição dela. Nada de homenagens, números como este, vivos e funcionais.”¹¹¹

Talvez o excesso de números da revista voltados para homenagens possa ser explicado, como Mário chega a sugerir, por motivos financeiros, já que o apelo dos grandes nomes certamente ampliava a vendagem.¹¹² As dificuldades financeiras encontradas por Murilo Miranda para dar continuidade à publicação eram muitas.

¹¹¹Idem, ibidem, p. 104 (carta datada de 4-11-42).

¹¹²Foram homenageados Portinari, Tarsila do Amaral, Augusto Frederico Schmidt, Carlos Drummond de Andrade, Lasar Segall, Bruno Giorgi, entre outras personagens e países.

Para financiar-se, contava com os mais variados anúncios.¹¹³ No período da guerra, comerciantes judeus eram os seus principais anunciantes.

Havia, com certeza, uma relação estreita entre as dificuldades financeiras da revista e sua estratégia de publicar números especiais, marcadamente no período dos anos 40. Os números temáticos dedicados à França, Itália e Estados Unidos, por exemplo, foram objeto de intensa correspondência de Murilo Miranda com amigos no exterior, com o objetivo de obter financiamentos externos.¹¹⁴ Tratava-se de uma dificuldade financeira correlata às peripécias feitas pelo próprio Murilo para sobreviver. Cartas e farpas trocadas com Mário, Lacerda e Werneck de Castro revelam, no início dos anos 1940, que o principal responsável pela *Acadêmica*, vivia naufragado em dívidas e desdobrava-se para ora culpar um amigo pela não indicação para um cargo público, ora afogar outro com pedidos de empréstimo.¹¹⁵

Nunca houve dificuldades, entretanto, de colaboradores. Segundo Werneck de Castro, muitos procuravam espontaneamente a redação. O Conselho Diretor, era

¹¹³ Anunciavam, por exemplo, Casa Neiva (instrumentos cirúrgicos), Cerveja Caracu, Papelaria Brasil, Livraria Educadora, Casa Pacheco (roupas), United Artists, Banco do Brasil-Rio e A Colegial (uniformes escolares).

¹¹⁴ Ver, por exemplo, as cartas enviadas a Murilo por Tavares Bastos, da França, em 1947 e a correspondência do Encarregado de Negócios da Embaixada Norte-Americana, em 1944, encontradas no Arquivo do Museu de Literatura Brasileira/Casa de Rui Barbosa, Arquivo Murilo Miranda. Arquivo Mário de Andrade – Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Série correspondência de Mário de Andrade. Sub-série correspondência passiva.

¹¹⁵ São exemplares, neste sentido, as cartas enviadas a Mário de Andrade pelo próprio Murilo, em março de 1940 (quando este afirma encerrar a amizade pelas desconfianças de Mário em relação a dívidas pendentes); por Lacerda, em abril de 1941, reclamando por Murilo o estar culpando pela não indicação para um cargo e de Moacir Werneck em setembro do mesmo ano, tratando também dos apertos financeiros do amigo. Todas no Arquivo Mário de Andrade – Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Série correspondência de Mário de Andrade. Sub-série correspondência passiva.

formado por escritores de prestígio, que nutriam verdadeira simpatia pela revista, o que os levava a, mesmo que esporadicamente, também enviar colaborações.

III-5- Promovendo a literatura

Tratamos acima de traçar uma periodização da *Revista Acadêmica* centrada no perfil político de sua produção. Há, entretanto, uma invariável opção literária ao longo de toda a trajetória do periódico: a de sua opção literária, que o definiu nas antologias como “periódico modernista”.

Ao longo de sua existência, a revista acadêmica tinha como prática a publicação de contos, crônicas e poemas inéditos, além de traduções dos mais variados autores, em geral privilegiando os identificados com uma literatura de temática social, como Máximo Gorki; Tolstoi, Neruda, Bernard Shaw, Romain Rolland, Andre Gide, Huxley, Thomas Mann, etc. Promovia ainda, com regularidade, os chamados “inquéritos literários”, não se afastando do seu perfil, com questões do tipo: “quais os livros necessários à formação de uma cultura socialista?”. Os primeiros a responder foram Caio Prado Jr. e Oswald de Andrade.

Revista essencialmente literária, logo as seções: “Novidades literárias”, “Livros”, “Notícias de Livros”, “Publicações”. A partir de seu sétimo número, em janeiro de 1934, a revista abandona quase que totalmente os temas estudantis, dedicando-se ainda mais à literatura. Todas as colaborações nacionais eram

inéditas.¹¹⁶ Eram publicados, também, trechos de obras ainda no prelo. Trechos inéditos de Sérgio Milliet, José Lins do Rego e Jorge Amado, por exemplo, foram assim divulgados pela revista.¹¹⁷ O impulso à produção literária nacional ia além, com a instituição de prêmios e a criação de uma editora.

Em 36, a revista promoveu o concurso literário “Prêmio Lima Barreto”, oferecendo dois contos de réis para o melhor romance. A comissão julgadora foi formada por Mário de Andrade, Álvaro Moreira e Aníbal Machado. Graciliano Ramos, com o romance *Angústia*, foi o vencedor do concurso. Como editora, a revista publicou *O Quilombo de Manuel Congo*, de Carlos Lacerda e os ensaios *O Aleijadinho* e *Álvares de Azevedo*, de Mário de Andrade.

Em 1939, em seu número de abril, era noticiado o surgimento do “Club do Livro” que daria impulso à editora RA, ampliando seus objetivos:

“Acaba de ser lançado o Club do Livro, que se propõe a publicar mensalmente um livro em edição de luxo, fora do comércio e limitada. As obras serão escolhidas por uma comissão composta de escritores. Anibal Machado, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Álvaro Moreira, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Circularão somente

¹¹⁶ RA, nº 40. Rio de Janeiro, outubro de 1938.

¹¹⁷ Ribeiro, L. M., op. cit., p. 121

entre os seus duzentos e cinqüenta assinantes. Para iniciar já foram aprovados os 'Poemas em Prosa' de Murilo Mendes e um livro de poesia de Mário de Andrade. O Sr. Prudente de Moraes Neto prometeu os contos que formarão o 'Chuveiro de Prata' e é de esperar que o Sr. Anibal Machado compareça com um volume de novelas. A estréia em volumes destes dois escritores valeria como uma consagração para o Club. Assinatura 20\$000.(...)"¹¹⁸

Na verdade a editora não conseguiu lançar os livros mensalmente, nem tampouco cumprir suas ambiciosas pretensões. Sua distribuição era restrita e só tinham acesso às obras publicadas aqueles que possuíam uma assinatura do Club do Livro.

A mais famosa e conhecida edição da RA foi o álbum *Mangue*, com textos de Jorge de Lima, Mário de Andrade e Manuel Bandeira e com ilustrações de Lasar Segall, feitas especialmente para aquela edição. Outras obras editadas foram: *Poemas traduzidos*, de Manuel Bandeira, em 1945, com comentário de Mário de Andrade e Pablo Neruda e ilustrações de Alberto de Veiga Guignard - 350 exemplares; *Dois Dedos*, contos de Graciliano Ramos, publicados também em 1945,

¹¹⁸ RA, nº 43. Rio de Janeiro, abril de 1939.

com comentário de Geraldo Ferraz e ilustração de Alex Leskoschek - 280 exemplares; em 1946, *Mensagem Etérea*, de Manuel Bandeira, ilustrado por Cândido Portinari- 480 exemplares; *Poemas Negros*, de Jorge de Lima, em 1947, com prefácio de Gilberto Freyre, ilustrado por Lasar Segal -300 exemplares; *Canção de Amor e Morte da Porta Estandarte*, de Rainer Maria Rilke, publicado em 1947, com tradução de Cecília Meireles, ilustrações de Arpad Szenes; e *Uma Luz Pequenina*, de Carlos Lacerda, ilustrado por Axel Leskoschek, publicado em 1948 - 380 exemplares.¹¹⁹

III-6- Uma revista boêmia e modernista de 2ª geração

A revista publicava permanentemente uma enquete intitulada “Eis o que dizem os nossos intelectuais desta revista”. Desta coluna e de alguns dos artigos publicados, percebe-se que o que marcava a Revista Acadêmica, no sentido de adjetivá-la e distinguí-la das demais publicações literárias, como uma revista “de moços”. “Moços do Brasil, salvai o Brasil”, dizia Humberto de Campos no 2º número. Definiram-na “Como um jornal de sangue novo”, segundo José Lins do Rego ou como “forte expressão de mocidade e inteligência”, segundo Gilberto Freyre. E ainda como Rubem Braga, com ironia nada fina a definiu:

¹¹⁹Ribeiro, L. M., op. cit., p. 136.

“É um bom sinal. É um sinal de que os acadêmicos e a gente que gosta de ler revistas em geral, gostam de ler uma revista que não é cretina, que não é lambe-saco, uma revista que desacata esse povo borolento, como o Tristão de Ataíde e outros chatos.”¹²⁰

Interessante que o próprio Alceu Amoroso Lima, alguns anos mais tarde, ao fazer uma síntese sobre este período literário, não deixou de enfatizar a questão da emergência de uma geração, nova e fecunda:

“O modernismo, depois de 1930, deixara de lado o seu propósito estético revolucionário e entrara em cheio no terreno da criação romanesca ou poética, sem preocupação de escola mas já liberto dos preconceitos acadêmicos o modernismo varrera da nossa literatura. Essa geração do âmago do modernismo foi, porventura, a mais fecunda de toda a nossa história literária (...).”¹²¹

¹²⁰No artigo “Moços corajosos e livres”. *RA*, nº 27, Rio de Janeiro, maio de 1937.

¹²¹Lima, Alceu Amoroso (apresentação). *Quem é quem nas artes e nas letras do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores/Departamento Cultural e de Informação, 1966.

O primeiro número da Acadêmica, em artigo intitulado “A nova Geração”, de Osmundo Bessa, já anunciava o seu papel renovador, citando Alfredo Palacios “Na América Latina são os jovens que orientam o pensamento e dirigem a ação”:

“Com o advento da Revolução de 30, feita para implantar entre nós um novo estado de coisas - segundo trombetaram aos quatro ventos os seus pregadores verbalistas - voltou-se a falar demasiado em nossa mocidade e da missão superior, que lhe cumpre, de dirigir a ação construtiva do nosso Brasil, no terreno preparado pelo movimento outubrista. Era natural que no Brasil ocorresse o mesmo fato, que se observa nesta fase tragica da vida dos outros povos, de voltarem, hoje, mais do que ontem, suas esperanças para as gerações em formação. Isso acontece, certamente, por que na quase totalidade das nações do mundo impera o regime do arbítrio e da opressão - o mesmo punho ditatorial que, nos governa. Mas, não sabemos ao certo qual seja, entre nós, essa mocidade em que se entezouram tantas esperanças (...)Ela sabe que as gerações humanas legam ás que lhe sucedem, missões elavadas; e reconhece o papel que lhe compete, com inidade histórica, de orientar o

pensamento da nação, dinamizar as suas forças criadoras e desenvolver a consciência social das massas.(...)”¹²²

Os moços eram, como “nova geração”, contrapostos aos velhos nomes da inteligência brasileira e a revista, aos velhos periódicos, anacrônicos e bajuladores. O contraste é tão forte que o próprio nome da revista chegou a ser alvo de críticas, como a de Luís Martins:

“Pena é o nome da Revista Acadêmica dá um pouco idéia de alunos de universidade e - o que é muito pior - de Academia de Letras. Entretanto é a melhor e a mais bela obra de moços no Brasil, índice de inteligência e de cultura. Perdoa o pequeno defeito de um nome sem felicidade”¹²³

Alguns até se assumiam neste contraste. Como Monteiro Lobato, que em carta endereçada à revista responde ao convite de Murilo Miranda para enviar uma colaboração. Explicava que apesar de gostar muito da Acadêmica estava sobrecarregado de trabalho e, além do mais, ele, Monteiro Lobato, era velho e os velhos deveriam ficar de fora da revista. “Seja ela só de moços” e conclui “vocês são a manhã que nasce. Fuja dos velhos, meu caro Murilo. Tenha por eles o mesmo

¹²² RA, nº 1.

¹²³ RA, nº 16 de janeiro de 1936.

horror que tem este seu amigo cheio de inveja.”¹²⁴ Parece, entretanto, que Lobato não seguiu a risca suas próprias recomendações, pois chegou a colaborar com artigos em pelo menos outras duas ocasiões.

Mocidade rima com boemia. “Um prodígio de publicação boêmia (...), refletiu o que a inteligência brasileira tinha de mais vivo”, segundo Carlos Drummond de Andrade, em artigo já citado. As palavras de Drummond completam a caracterização do “motor” da Revista Acadêmica: jovens intelectuais cariocas, membros típicos da boemia literária, movimentando a produção cultural da cidade do Rio de Janeiro. Uma revista tão boêmia que seus primeiros números eram vendidos em um bar, o “Café Alencar”, no Flamengo.

Mas a “nova geração” não surgia do vácuo. Seus laços com certas vertentes já consagradas da literatura modernista dos anos 20 eram evidentes e o melhor terreno para constatá-lo é justamente o da sociabilidade boêmia que caracterizava a *Acadêmica*. Para uma análise introdutória da relação entre as práticas da boemia literária e o grupo que estruturou a *Revista Acadêmica*, realçando ainda o traço de continuidade com a influência modernista, optamos por trabalhar com a figura de Mário de Andrade, que no período em que morou no Rio de Janeiro experimentou a companhia do grupo. Através de suas cartas, temos pistas para entender um pouco melhor a atitude boêmia e a produção intelectual destes jovens. Mário reunia-se com

¹²⁴A carta foi publicada como “primeira colaboração” de Lobato para a revista, em seu nº 21 de agosto de 1936.

eles nos bares do Catete, Glória e Lapa, criando laços de afinidade e intelectual e amizade que se prolongariam após sua volta para São Paulo.

O grupo da Acadêmica, conhecia Mário desde 1934, através de pedido de colaboração para a revista, e de idas a São Paulo. Em 1935, a *Acadêmica* publicou seus ensaios sobre o Aleijadinho e Álvares de Azevedo. As colaborações de Mário eram reconhecidas pelos “moços” do Rio, que ainda nos primeiros anos da revista o premiaram na enquete “Melhor Conto Brasileiro”, com “Piá não sofre? Sofre”.¹²⁵ Moacir Werneck de Castro incorporou-se a revista a partir de 1937 e passou, no ano seguinte, a privar da companhia de Mário de Andrade pelas noites boêmias do Rio. Para Werneck de Castro, em seu livro sobre a fase carioca de Mário, a relação entre o literato paulista e a turma da *Acadêmica*:

“Era um jogo recíproco de influências, em que se expressava, da parte dele, a carência de certas experiências, entre as quais a da prática política, e, da parte dos moços, uma atitude de admiração respeitosa, porém não destituída de crítica, o desejo de assimilar seu caudal de conhecimentos de literatura, estética,

¹²⁵ Castro, M. W. de, op. cit., p. 71

*etnografia, música, enfim, as múltiplas vivências que o novo amigo lhes punha ao alcance”.*¹²⁶

Os anos de permanência de Mário no Rio, marcados por essa intensa convivência intelectual e boêmia marcam a passagem da fase mais politizada da publicação, à qual ele fizera algumas restrições (como quando da já citada recusa à colaboração no número dedicado a Romain Rolland) para os primeiros números da fase final, dedicada à homenagem dos nomes “ilustres”, fase à qual ele se opôs por completo. ver última carta de Mário para Murilo)

Ainda assim, Mário estava sempre pronto a colaborar com a revista. Em resposta a um pedido de Murilo Miranda, Mário definia assim sua disponibilidade:

*“vamos ver se logo nestes 15 primeiros dias de agosto mando o que você pede. A sua idéia das ilustrações soltas achei linda, mas não me mande perguntar o que acho, o que não acho. Faça como quiser e peça o que quiser”.*¹²⁷ *Tal colaboração era marcada pelo voluntariado e, ante a oferta de alguma remuneração, a recusa ofendida foi a resposta: “Acho desagradável eu ganhar dinheiro por escrever sobre Giorgi. Não quero e não devo. Não ganhei*

¹²⁶ Idem, p. 69.

¹²⁷ Andrade, Mário. *Cartas a Murilo Miranda*, op. cit., p. 170. Citado por Ribeiro, L. M., op. cit., p. 143, nota 16.

*nada pra escrever sobre Portinari, nem muito menos para escrever sobre Segall".*¹²⁸

Yeda Braga Miranda na apresentação das correspondências de Mário para Murilo, comenta os encontros do grupo (Mário, Murilo, Lúcio Rangel, Werneck de Castro e Lacerda, entre outros), praticamente todas as noites, na Taberna da Glória,

*“em veementes discussões que esgotavam os mais variados assuntos: literatura, guerra, comidas, música, Estado Novo, fofocas, nazismo, pintura, poesia, o futuro da França, carnaval (Mário me ensinou a letra da marchinha Aurora).”*¹²⁹

Moacir Werneck de Castro assim caracteriza aquele ponto de encontro de Mário de Andrade com os jovens da revista:

“A poucos passos da nova residência do escritor paulistano ficava a Taberna da Glória, que se tornaria o seu ponto de conversas noturnas - um bar - restaurante com cadeiras na calçada, de freguesia nada canônica, sobretudo de madrugada, quando recebia grupos de

¹²⁸ Andrade, M. *Cartas a Murilo Miranda*, op. cit., p. 171.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p. 6.

farristas e mariposas da noite, egressos dos cabarés e prostíbulos das cercanias”.¹³⁰

No Rio, o escritor paulista evitava a roda literária da livraria José Olympio na rua do Ouvidor, espaço privilegiado dos nomes consagrados e preferia os espaços alternativos dos jovens boêmios que despertavam para as letras, como a Taberna e os bares da Lapa.¹³¹ Essa opção boêmia de Mário incomodava a muitos de seus contemporâneos que julgavam-no fugindo de suas funções como “mestre” e do peso dos intelectuais mais velhos.

Em seus “discípulos adorantes”, Mário de Andrade encontrou no Rio de Janeiro tipos bastante diversos daqueles que conhecia de São Paulo - sérios, dedicados, destinados a seguir uma carreira decente. Aqui, segundo Wernwck de Castro:

“tomávamos liberdade com ele, não tínhamos plano de vida nem emprego que durasse, vivíamos de bico. Morávamos em pensões ou em pequenos apartamentos sem conforto, comíamos qualquer coisa, o chope era barato. Todos se formaram em Direito, naturalmente, mas a banca de advogado era vista com o máximo desprezo, coisa de carreirista pequeno burguês. Devorávamos atabalhoadamente

¹³⁰ Castro, M. W. de, op. cit., p. 22.

¹³¹ Andrade, Mário. *Cartas a Murilo Miranda*, op. cit., p. 51.

os livros que nos caíam nas mãos, sem qualquer método de estudo. A vida era provisória: logo mais viria a aurora dos ‘lendemains qui chanteul’’, a Revolução com R grande, para salvar a humanidade, o Brasil - e a nós, individualmente.”¹³²

O próprio Mário, segundo Antonio Cândido, sentia as grandes diferenças entre o seu relacionamento com os jovens paulistas da Revista Clima - uma troca de idéias cordial, mas cerimoniosa - e o clima mais pessoal e informal dos encontros com o grupo da Acadêmica. Os “moços” de São Paulo não desfrutavam da intimidade de Mário, e seus encontros davam-se principalmente em livrarias.¹³³ Já nos bares cariocas, o ambiente era de descontração e as conversas diversas e acaloradas:

“Era o disputado Mário que fugia das reuniões sociais para infíndáveis conversas de bar, num dom de si mesmo, numa despreocupação de brilhos e sabenças, gozando metodicamente a discussão, inventando argumentos loucos, quando se via acossado pelos adversários, que brandiam triunfalmente a verdade deles. As vezes, eram brigas sérias por causa de tudo, desde a cor das gravatas até a localização da capital da

¹³² Idem, ibidem, pp. 75-76.

¹³³ Segundo depoimento de Antônio Cândido à Castro.M.W.,op.cit.,p 80.

República (que ele sustentava devia ser São Paulo), desde a última letra de samba até a poesia em Cristo ou o destino da França...”¹³⁴

Esta distinção entre o clima do Rio e o de São Paulo não era vivida sem contradições pelo próprio Mário. Veio para o Rio, após a experiência como diretor do Departamento de Cultura da municipalidade de São Paulo, convidado a assumir a Cátedra de História e Filosofia da Arte e a direção do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, por Anísio Teixeira - diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal. Na sua inauguração, Anísio fizera um discurso que sem dúvida mereceria o apoio dos modernistas, de muitos dos quais se cercaria, inclusive, na qualidade de professores. Defendera a liberdade de cátedra e de pensamento, atacando os reacionários. Em 1935, entretanto, os ventos sopraram em direção inversa e o discurso dominante passou a ser o da segurança nacional. Os católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima, exigiram começaram de imediato a exigir o fechamento da UDF e foram bem sucedidos em seu pleito.

Em 1935, Pedro Ernesto foi afastado e Anísio Teixeira substituído por Francisco Campos. A Universidade continuaria a funcionar, entretanto, exercendo, no Rio de Janeiro, papel semelhante ao da USP, em São Paulo, no que toca à reunião dos principais intelectuais do estado. Nela eram professores, além de Mário, Jorge

¹³⁴Castro, M. W., op. cit., p. 148.

de Lima, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, Álvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Melo Franco, Lourenço Filho, Mário Casassanta, Heitor Villa-Lobos, Arnaldo Estrela e Cândido Portinari. Nunca funcionaria, entretanto, nos moldes propostos por seus criadores. Em 1939 foi extinta e em abril do mesmo ano foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.¹³⁵

Chegando aqui em 1938, Mário viu a Universidade fechar antes mesmo que pudesse iniciar qualquer trabalho. Além deste fracasso, Mário, que sempre se anunciava um provinciano, angustiava-se pela distância de seu “lar”. Em cartas, mencionava não suportar mais a vida no Rio, explicando os estragos que o álcool estaria lhe causando.¹³⁶

Para Murilo Miranda, entretanto, confessava, algum tempo depois, que, apesar de tudo, tinha muitos motivos para recordar com saudades do Rio:

“É o prestígio do Rio, a presença em corpo dentro da Capital, valorizando falsamente a gente pelos nacos de brilhos da Capital que a gente rouba sempre para si e se veste com. Mas quando penso forte, sei que não foi

¹³⁵ Sobre a Universidade do Brasil, ver Schwartzman, Simon (e outros). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Edusp, 1984, pp. 210-214. Sobre o mesmo assunto, ver também Pacheco, Tânia. *Poeta ariel e calibã burguês: Mário de Andrade*. Niterói, UFF, 1996, 2 vols. (Tese de Doutorado), pp. 259 e 260.

¹³⁶ Pacheco, T., op. cit., pp. 85 e 88 (citando carta a Paulo Duarte).

isso o que o Rio me deu de bom. (...) Você quer saber mesmo o que o Rio me deu de bom? - foram as companheiragens, as conversas de bar, as nossas conversas fiadas, o espetáculo humano estranhíssimo das vossas vidas. Pra mim as vossas vidas foram um mundo novo, um mundo quase incompreensível (...) O Rio foi e continuará sendo sempre o grande engano do meu procedimento vital, o único passo de que me arrependo(...)"¹³⁷

Em outra ocasião, relatou de forma ainda mais sensorial sua passagem pelo Rio, redimensionando suas saudades da cidade maravilhosa, com um tom que destacava um lado de culpa:

"(...) Mas serão sempre saudades imoralizadoras. A culpa não será do Rio, no meu caso, eu é que sou fraco, sensual, imoral - mas o Rio é humanamente muito culpado. Acho mesmo o Rio inaceitável como cabeça de uma civilização, e que ainda não tenhamos tido a coragem de mudar a nossa capital pra outro clima (principalmente outro clima, mas também outra

¹³⁷ Andrade, M. *Cartas a Murilo Miranda*, op. cit., pp. 67-68.

paisagem) me parece um péssimo sintoma de caráter para a nossa nacionalidade. E o caso me parece tanto mais impressionante que, em geral, o que têm mandado no Brasil são paulistas, são mineiros e gaúchos, são homens de climas mais possíveis para civilização européia e cristã que adotamos, são homens de terras menos sensualmente paisagística. O Rio deve ter grande parte da culpa desses homens...”.¹³⁸

Mário de Andrade, no relato de seus contatos com o grupo de jovens que editava a *Revista Acadêmica* revela de forma exemplar, pelo contraste com sua vida paulista, a especificidade da circulação de idéias entre os intelectuais cariocas. Não entre os grupos estabelecidos e institucionalizados, mas naquele segmento jovem e boêmio que parecia renovar e ampliar os horizontes da proposta cultural do “mestre” modernista.

“Como vocês são informados! Como vocês sabem coisas! Como vocês lêem livros que eu não leio! Como vocês descobrem, nos mesmos jornais que eu leio, artigos e notícias que eu não consigo descobrir!...Eu

¹³⁸ Mário de Andrade, citado por Pacheco, T., op. cit., p. 295.

venho de outros mundos, sou feito de outros provérbios”.¹³⁹

Uma relação marcada pela fertilidade da diferença - geracional e ecológica - que separava, ao mesmo tempo em que aproximava, Mário dos “moços” do Rio. O retorno de Mário a São Paulo coincidiu com a progressiva desativação da revista, que subsistiu mais alguns anos, com os números de homenagens, cada vez mais escassos. Tratava-se, na virada para os anos 50, de uma outra fase editorial, em que um periódico boêmio e artesanal como a *Acadêmica* não teria condições de sobreviver. Tratava-se também de uma etapa de institucionalização daquela geração literária que dera combustível à revista. Reconhecidos no meio literário, definitivamente engajados na imprensa, ou assentados na estabilidade dos cargos públicos, os editores e colaboradores da revista tomaram novos rumos.

¹³⁹ Castro, M. W. de, op. cit., p. 78.

Anexo ao Capítulo III

COLABORADORES MAIS FREQUENTES DA REVISTA ACADÊMICA

| Autores | Nº de artigos publicados |
|--------------------------|--------------------------|
| Murilo Miranda | 27 |
| Mário de Andrade | 24 |
| Carlos Lacerda | 23 |
| Rubem Braga | 18 |
| Sérgio Milliet | 17 |
| Murilo Mendes | 15 |
| Jorge de Lima | 12 |
| Moacir Werneck de Castro | 11 |
| Anibal Machado | 11 |
| Manuel Bandeira | 11 |

CONSELHO DIRETOR DA REVISTA ACADÊMICA(37-43)

Mário de Andrade, Álvaro Moreyra, Anibal Machado, Portinari, Artur Ramos, José Lins do Rego, Santa Rosa, Rubem Braga, Jorge Amado e mais, a partir do número 27, Sérgio Milliet, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, A. D. Tavares bastos, Érico Veríssimo, Hermes Lima (a partir do nº 50) e Carlos Lacerda (a partir do nº 53).

OUTROS COLABORADORES

Múcio Leão, Francisco de Assis Barbosa, Caio Prado Jr., Di Cavalcanti, Mário Quintana, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Astrogildo Pereira, Gustavo Capanema, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Raquel de Queiroz, Vinícius de Moraes, Evaristo de Moraes Filho, Afonso Arinos, Tristão de Ataíde, Pedro Nava.

CAPÍTULO IV

Suplementos e colunas literárias: os Arquivos Implacáveis

Pode ser difícil, para o leitor dos cadernos especializados em livros dos jornais de grande circulação atuais, dimensionar corretamente o que era um “suplemento literário” dos anos 30. Hoje, resenhas curtas, assinadas por jornalistas de outras seções e *releases* fornecidos pelas editoras preenchem a maior parte das mingoadas 4 ou 6 páginas dos cadernos semanais dedicados aos livros, isto quando os jornais não os englobam em “cadernos culturais”. Raros são os exemplos de críticas extensas e polêmicas, exceções feitas a algumas colaborações de acadêmicos e a uma ou duas colunas fixas no conjunto dos cadernos. Lá se encontram algumas entrevistas com os autores “do momento” ou extratos de livros que serão publicados em breve, mas não há, praticamente, artigos originais assinados.

É para o leitor atual uma surpresa abrir um “suplemento literário” que podia ter 16 páginas e reunir os mais importantes escritores brasileiros daquele momento. Alguns deles atuavam como colaboradores regulares e muitos possuíam colunas fixas, em que a crítica literária era o carro-chefe. Nas edições também não faltavam prosa e poesia originais, de autores consagrados ou promissores estreantes.

Não são poucas as justificativas para tomarmos os suplementos como uma fonte riquíssima para a reconstituição das redes de sociabilidade intelectual construídas naquela conjuntura. Isto se dá pela reunião de autores que neles

escreviam, como pela importância das suas críticas literárias (em especial a de alguns críticos) para a consagração ou o “rebaixamento” de um autor junto ao público-leitor. Além disso, também significavam a oportunidade de, no ambiente da redação, um “foca” conviver lado a lado com os consagrados nomes do *monde* literário brasileiro. A periodicidade regular e a quantidade razoável de suplementos de qualidade no período leva a uma feliz abundância de fontes, o que nos exige, por outro lado, o difícil exercício da seleção.

Assim, na perspectiva de entender os suplementos e jornais literários como fontes estratégicas na construção dos espaços de produção e sociabilidade da intelectualidade carioca, procuramos estudar alguns dos mais significativos e neles determinadas colunas.

Com esta perspectiva, é possível destacar um suplemento literário: o do jornal *A Manhã*, jornal que nasceu como porta-voz da ditadura do Estado Novo, sob a direção, de Cassiano Ricardo. *A Manhã* “(...) começa a circular em agosto [de 1941], firmando uma postura francamente doutrinária e assumindo caráter didático na exposição das idéias do presidente e dos feitos do regime (...)”¹⁴⁰. “Autores e Livros”, primeiro suplemento literário do jornal, foi publicado pela primeira vez

¹⁴⁰ Angela de Castro Gomes em *História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 16.

ainda em agosto de 1941.¹⁴¹ *A Manhã* objetivava neste seu suplemento dominical, dirigido por Múcio Leão, articular o conjunto da vida intelectual do país, na perspectiva da proposta cultural do Estado Novo. Dividido em duas partes, “Autores e Livros” abordava inicialmente um autor considerado importante para a trajetória intelectual brasileira e, na segunda parte, dividia-se entre a abertura de espaço aos “novos talentos” literários e autores contemporâneos – publicando textos de e sobre Lígia Fagundes Telles, Mário Quintana e Augusto Frederico Schmidt, por exemplo -, resenhas e noticiário cultural. A partir de 1943, na esteira das pressões democratizantes, diversos intelectuais que colaboravam com o jornal afastaram-se de suas páginas e, em fevereiro de 1945, o próprio Múcio Leão, discordando da convocação das eleições por Vargas, abandonou a direção do suplemento. Com o fim do Estado Novo, “Autores e Livros” abre espaço para um novo suplemento literário - “Letras e Artes” - que começa a circular em 1946.

Além dos suplementos de *A Manhã*, em especial “Letras e Artes”, consultamos também o “Suplemento Literário” do *Diário de Notícias*, dirigido durante o Estado Novo por Barreto Leite Filho e, a seguir, por Guilherme de Figueiredo, que acumularia, a partir de 1943, a responsabilidade pela coluna de crítica “Vida Literária”, até então redigida por Mário de Andrade, colaborador mais importante do suplemento. Em suas lembranças sobre o jornal e seu “Suplemento

¹⁴¹ Para o balanço de “Autores e Livros”, tomo por base Angela de Castro Gomes, *História e Historiadores*, op. cit., pp. 27 e ss.

Literário”, Guilherme Figueiredo destaca a postura política independente da publicação, definindo o periódico, não sem um certo e compreensível exagero, como “um dos raros, raríssimos jornais brasileiros que jamais se submeteram às exigências da censura”.¹⁴² Passaram pelas páginas do suplemento, colaboradores como Prudente de Moraes Neto, Pedro Dantas, Osório Borba, Barreto Leite Filho, Carlos Lacerda, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Miliet e Afonso Arinos de Melo Franco, entre muitos outros. Na fase em que se ampliaram as defecções intelectuais na rede de colaboradores do regime, a partir de 1942, o “Suplemento Literário” pode ser identificado como um espaço alternativo, dirigido por uma linha de crítica liberal ao Estado Novo. O próprio Guilherme de Figueiredo teria papel de destaque na organização do I Congresso Brasileiro de Escritores, momento de ápice das manifestações intelectuais contra o regime, dele saindo como presidente da Associação Brasileira de Escritores.

O Congresso, realizado em São Paulo, em janeiro de 1945, é tradicionalmente visto como um marco na cronologia política da crise do Estado Novo. A declaração final do Congresso pregava a volta às liberdades civis plenas e cobrava eleições através de “sufrágio universal, direto e secreto”. Propondo coerência entre o engajamento na guerra e a situação nacional, defendiam os escritores ali reunidos “a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui

¹⁴² Guilherme de Figueiredo. *Cobras & Lagartos*. Rio de Janeiro, Record, 1984, p. 9.

enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas”.¹⁴³

O I Congresso Brasileiro de Escritores pode, entretanto, ser também visto como marco em um outro sentido. Na discussão sobre o contexto político da atuação intelectual, em capítulos anteriores, a ênfase se deu na polarização fascismo X democracia (ou fascismo X comunismo), típica dos anos 1930 e do período da Guerra. O processo de redemocratização iniciado em 1945 (ao menos até 1947) significará, do ponto de vista do posicionamento político dos intelectuais, uma nova fase de engajamento, mas desta feita com a possibilidade – inexistente em 1935 e depois – de manifestar-se abertamente a opção comunista. Indo além, nos meios intelectuais existirá também a possibilidade de manifestações políticas de esquerda não-alinhadas ao PCB, como se dará com os socialistas – reunidos inicialmente em tendências como a “esquerda democrática” e, logo depois, no Partido Socialista Brasileiro. Foi justamente no Congresso que, pela primeira vez, comunistas, socialistas e liberais disputaram o espaço político da representação dos homens de letras.¹⁴⁴

¹⁴³ Citações em Junior, Antonio Mendes. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas”. In Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 3. 3ª ed, São Paulo, Difel, 1986, p233.

¹⁴⁴ Antonio Cândido faz referência a esta disputa e afirma a “vitória” dos socialistas no Congresso, na entrevista “Marxismo e militância”, publicada na revista *Praga*. Nº 1. São Paulo, set-dez 1996.

Novos ventos políticos que se refletiam em novos espaços de discussão da literatura. Além dos suplementos literários dos jornais tradicionais, abria-se espaço nas publicações comunistas para a crítica literária engajada, marcada na maior parte das vezes pelos pressupostos do “realismo socialista”, como se pode verificar nas páginas do suplemento “diretrizes” do jornal *Tribuna Popular* (Rio de Janeiro, 1945-1947) ou na revista *Literatura* (Rio de Janeiro, 1946-1948).¹⁴⁵ Nomes da crítica comunista, como Astrogildo Pereira, terão espaço destacado nestas publicações. Não faltava espaço para a literatura também na *Vanguarda Socialista*, periódico ligado ao grupo socialista e aos trotskistas, ou a *Folha Socialista*, mais identificada com o PSB. Mário Pedrosa no primeiro grupo e Antonio Cândido no segundo são apenas alguns exemplos de expressão entre os colaboradores destes periódicos.

A diversidade de espaços para a divulgação e a crítica de literatura era suficientemente grande, naquele momento, para que o suplemento “Letras e Artes” publicasse semanalmente a coluna “Suplementos do último domingo (revisão literária)”, assinada por Djalma Viana, em que o autor dedicava-se a comentar os suplementos literários publicados na semana anterior. Um trabalho assim definido pelo seu autor:

¹⁴⁵ Sobre a imprensa comunista e o realismo socialista, de uma perspectiva crítica, ver Moraes, Denis de. *O imaginário vigiado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. Um bom balanço encontra-se também em Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

“O trabalho sabíamos, seria antipático: comentar, artigo por artigo, toda a matéria dos suplementos. Dizer a verdade, doesse a quem doesse, sem pensar em amigos ou inimigos. (...) os desafios viriam em penca. Gritariam os violentos. Protestariam os infalíveis.”¹⁴⁶

Na coluna, Djalma Viana desfiava comentários rápidos – alguns elogiosos, a maioria desabonadores – sobre as várias colunas e artigos dos suplementos dos seguintes jornais: *Diário Carioca*; *O Jornal*; *Tribuna Popular*; *A Manhã*; *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*. A lista é longa o suficiente para dar dimensão da diversidade de veículos. O conteúdo das críticas de Djalma Viana interessa-nos pouco, até porque boa parte delas era marcada por um tom absolutamente pessoal e por juízos de valor sem fundamentação. Assim, criticava-se Manoel Bandeira por escrever sobre cinema, sem comentários sobre o conteúdo de sua coluna, ou adjetivava-se de “xaropada” uma determinada coluna, sem qualquer justificativa centrada no seu conteúdo.¹⁴⁷ Por outro lado, os textos em questão são bastante significativos ao se referirem à diversidade política das seções literárias dos periódicos daquele momento.

Assim, o suplemento do *Correio da Manhã* é de pronto desqualificado em termos de matriz de classe – burguesa – e opção política – conservadora:

¹⁴⁶ Viana, Djalma. “Suplementos do último domingo”, In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3/02/1946. (doravante apenas “suplementos”)

¹⁴⁷ Idem.

*“O Correio da Manhã, como sempre, cozinhou seu suplemento no tranqüilo caldo burguês. Ofereceu ao leitor conservador, como sempre, a curiosa seção de ‘bridge’. E às senhoras, como material de conversa para futuras recepções, ofereceu as pitorescas anedotas dos ‘cortes e recortes’.”*¹⁴⁸

Djalma Viana seria ainda mais duro ao tratar do jornal comunista *Tribuna Popular*. Com ironia, refere-se, de uma só penada, à origem de classe dos articulistas do jornal, ao passado integralista de Gondim da Fonseca, então diretor de seu suplemento “Diretrizes”, ao centralismo personificado na figura de Luís Carlos Prestes e às perseguições políticas aos escritores soviéticos no período stalinista. Embora longa, a citação seguinte justifica-se por sintetizar este tipo de crítica, não ao conteúdo em si, mas à linha política mesma da crítica literária dos comunistas:

“A Tribuna Popular, ocupada aliás por oradores que não pertencem ao povo, como este colecionador de livros raros que é o Sr. Álvaro Moreyra, esse filho de grande fazendeiro que é o Sr. Jorge Amado, e esse acionista das ‘Lojas Brasileiras’ e proprietário de grande cada editora que é o Sr. Basbaum, voltou a manter uma seção literária. Abriu a referida no suplemento do Sr. Gondim da Fonseca, ou seja, o jornal ‘Diretrizes’. Mas, como o senador Luís Carlos Prestes, em

¹⁴⁸ Idem

matéria de literatura, é realmente do contra, a seção confiada ao Sr. Valdemar Cavalcanti saiu ao lado da seção dedicada aos assuntos do carnaval.

Uma maneira cômoda, sem dúvida, de exhibir a conta em que os comunistas tem a literatura. Carnaval e literatura – duas coisas iguais. O Sr. Valdemar Cavalcanti e o rei Momo – dois chefes do mesmo cordão. Eu, que não sou assim tão ignorante como pensavam, não estranhei o objetivo que visavam com semelhante armação. Lembrei-me, ao ver a miséria do destino trágico de muitos escritores russos quando vitoriosa a ‘revolução’ que o ‘amado do povo’ – na verdade ‘amado do Sr. Jorge Amado’ – tenta prolongar aqui por estas bandas. Leonid Andrelev, Razanov, Sorokin, Radek, e – Santo Deus! – o velho Trotski...”¹⁴⁹

A coluna de Djalma Viana chama a atenção por seu caráter de balanço do conjunto dos suplementos daquela fase. Havia porém, um seu vizinho no “Letras e Artes”, que pareceu-me bem mais interessante. Trata-se de João Conde, autor dos “Arquivos Implacáveis”. Do ponto de vista da proposta de pesquisa que desenvolvi, os *Arquivos Implacáveis* de João Condé são uma fonte de inestimável valor. Informam sobre tudo e todos no meio intelectual e aproximam o historiador do dia a dia da produção literária e dos canais de comunicação entre os escritores. Seu valor,

¹⁴⁹ “Suplementos...”, 10/03/1946.

entretanto, é maior. Pelos suplementos literários, percebemos quais os autores e obras que se consagram, são “revelados”, ou se mantêm em evidência no meio. Através dos *Arquivos Implacáveis*, constatamos que as redes e espaços de sociabilidade que integram e sustentam este meio se constituem a partir de parâmetros muito mais amplos que simplesmente os ditados pelos atos de escrever e publicar.

3.1- “Arquivos Implacáveis”

*“se um dia rasgasse os meus versos por
desencanto ou nojo da poesia, não estaria
certo de sua extinção: restariam os Arquivos
Implacáveis de João Condé”.*

Grafada como epígrafe, logo abaixo do título dos *Arquivos Implacáveis*, desde o primeiro número, a proposta de Drumond para o destino de seus escritos era sem dúvida a melhor definição para o trabalho de Condé.

Em 1946, entrou em circulação o suplemento literário, intitulado “Letras e Artes”, do Jornal *A Manhã*. “Letras e Artes” foi publicado, semanalmente, até o ano de 1954. Em suas páginas escreviam autores como Guerreiro Ramos, Adonias Filho, Rosário Fusco, Lúcio Cardoso, Almeida Fisher, Tristão de Athayde, Paulo

Mendes Campos, Jorge de Lima, Cassiano Ricardo, Cecília Meireles, Manoel Bandeira, Mário Quintana, Marques Rebelo, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Djalma Viana, Adonias Filho. Ilustradores como a artista Fayga Ostrower, também colaboravam com o suplemento. Seus colaboradores representavam os mais diferentes matizes políticos e as mais variadas tendências literárias.

Em maio de 1946 iniciou-se uma nova seção no suplemento “Letras e Artes”, assinada por João Condé intitulada “Arquivos Implacáveis”, que possuía peculiaridades significativas em relação ao resto do jornal e a toda produção jornalística literária de então. Antes de iniciarmos os comentários sobre os *Arquivos Implacáveis*, será útil percorrer um pouco da trajetória biográfica de seu responsável.

João Condé nasceu em Caruaru, Pernambuco em 1912. Estudou em Recife e veio morar na cidade do Rio de Janeiro após completar os seus estudos. Foi fundador do Museu de Arte Popular, com sede própria em Caruaru. Ao lado dos irmãos, Elísio e José Condé, fundou o *Jornal das Letras*, publicado a partir de 1949 e que atravessou mais de vinte anos, sendo considerado a principal publicação do gênero no país. De maneira bastante diversa de grande parte dos escritores fixos ou colaboradores eventuais das seções regulares dos encartes literários, João Condé não

possuía nenhum passado jornalístico ou literário que merecesse destaque, ao contrário de seus irmãos que publicaram várias obras.¹⁵⁰

João Condé aventurou-se ainda pelo campo editorial, no ano de 1948. Suas edições tinham uma pequena tiragem - cerca de 200 exemplares - e apresentavam-se como edições de luxo. Pelas características de seu trabalho, foi alvo de críticas que o colocavam como um editor distante do grande público. Em entrevista concedida ao “Letras e Artes”, Condé afirmou que seus limites foram dados pelas dificuldades financeiras. Publicando apenas um livro por ano, explicava-se: “(...) Não é o objetivo financeiro o principal motivo de minhas edições. Em três gerações, os Condés, em matéria de dinheiro são uns trouxas.” E em seguida, comentava o conselho dado a ele por José Olympio, para que desistisse da atividade de editor para não se “desgraçar”.¹⁵¹

É o próprio João Condé, quem reforça, com ironia, sua imagem de “desconhecido” ao responder a uma carta repleta de elogios de um leitor assíduo de “sua” coluna no *Correio da Manhã*. Utilizando-se do espaço dos “Arquivos Implacáveis” escreve o artigo “Meu único fã” e esclarece com muito bom humor,

¹⁵⁰ Elísio Condé era o irmão mais velho entre os três escritores. Formou-se em medicina e exerceu, em paralelo, o jornalismo literário. Foi membro de diversas associações literárias e diretor da ABI. Em 1960, presidiu a Biblioteca Nacional. José Condé, o mais novo, era bacharel em direito, mas nunca exerceu a profissão, tendo ocupado cargos na Agência Nacional, na editora José Olympio e no IAPB. Manteve colunas sobre literatura em diversos jornais e publicou extensa obra, com predomínio de romances e novelas. Para a maior parte das biografias, utilizei a obra de Raimundo de Menezes, *Dicionário Literário Brasileiro*, 2 ed., Rio de Janeiro, LTC, 1978, além de obras auto-biográficas.

¹⁵¹ “Letras e Artes”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 18/1/48.

que o autor da referida carta na verdade era o seu irmão José Condé: “(...) Dado este esclarecimento, sinto uma certa melancolia. Uma tristeza sem consolo - porque o único fã que já me apareceu até hoje, não é meu fã, e sim o mano José.”¹⁵²

Entretanto a partir da produção dos *Arquivos Implacáveis*, João Condé, torna-se referência. Uma referência no que diz respeito ao espaço para publicação e divulgação dos trabalhos literários, fossem eles obras prontas ou em processamento, de autores consagrados ou principiantes. Mas referência, também e principalmente, como espaço de registro do comportamento pessoal, das idéias marcantes, das manias mais curiosas, enfim, do perfil intelectual dos literatos de então Ou seja, os “Arquivos Implacáveis” se constituíram, conscientemente, com um esforço de fabricação de uma memória literária nacional.

Esta referência pode ser atestada por carta de Luís Martins a Murilo Miranda, oferecendo um trabalho para publicação na *Revista Acadêmica*. Tratando-se de combinação de texto e caricatura, Martins pede a Murilo que o avise caso não aproveite o material, pois este teria então destino certo:

“Murilo

Fiz, especialmente para a Revista Acadêmica o meu maior trabalho de caricaturista-amador, que aí vai junto , ilustrando o meu melhor poema (na opinião de todos os que o leram).

¹⁵² “Arquivos Implacáveis”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 11/8/46. (doravante simplesmente *Arquivos*)

Se você quiser dar na revista, peço para dar com o devido destaque e no próximo número (pode ser mesmo no da homenagem ao Jorge, fora da parte homenageativa). Se não, peço-lhe o favor de encaminhar ao Condé.”¹⁵³

Realmente, o material apresentado por João Condé, era fruto de uma prática bastante interessante e original de lidar com as pessoas e coisas literárias. Condé era um misto de secretário, arquivista e memorialista que colecionava e organizava em sua própria casa os originais dos documentos que conseguia junto aos escritores e publicava em sua coluna. Por tratar-se de uma “coleção”, os documentos eram “propriedade privada” de Condé, mas seu esforço visava compartilhá-los com seu público. Uma tarefa cuja relevância era reconhecida principalmente pelo próprio João Condé que, ao comemorar o primeiro ano de sua participação no “Letras e Artes”, ressaltou sua intenção de revelar, através do jornal, todo o material literário que colecionara até então. A intenção de socializar aquele “material inédito, curioso e cheio da maior importância literária”, motivara-o a atender ao convite de Jorge Lacerda, o editor do suplemento.¹⁵⁴ Auto-denominado “gari” da literatura, Condé avaliava a natureza e o tipo de esforço que executava em prol do conhecimento

¹⁵³ Carta de Luís Martins a Murilo Miranda, sem data, Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Casa de Rui Barbosa, Arquivo Murilo Miranda, pasta 1.

¹⁵⁴ Jorge Lacerda (1914-1958) era paranaense, passou a infância em Santa Catarina e retornou ao Paraná para formar-se médico. Ao lado de Augusto Frederico Schmidt e San Thiago Dantas, iniciou-se na política e na literatura ainda no período universitário. No Rio de Janeiro exerceu a medicina e o jornalismo. Em fins da década de 1940 bacharelou-se em Direito. Nos anos 1950 foi deputado federal por duas legislaturas, até eleger-se, em 1956, governador do estado de Santa Catarina.

biográfico de nossos literatos, da divulgação de seus trabalhos menos conhecidos, ou ainda do lançamento de novos autores.

A metáfora do “gari” é bastante elucidativa do caráter atribuído por João Condé ao seu trabalho. Parte do seu humor residia justamente em diminuir-se frente ao leitor: era um catador de lixo. Mas, não se deve embarcar sem reservas no tom humilde de Condé que, pela inversão, buscava realmente valorizar sua atividade de resgatar as anedotas, as aventuras, as conquistas e o cotidiano, em suma, a vida privada dos literatos. Mais que um destino final, os arquivos de Condé eram um entreposto, pois a estação definitiva dos papéis que armazenava deveria ser um arquivo ou biblioteca públicos.

“(…)Cultivo qualquer literato! Nunca fui homem de grupos ou igrejinhas literárias. Não sou um literato, propriamente. As páginas dos arquivos tem revelado material não só de velhos como de moços. Acadêmicos e modernos, sobretudo sem cor política. Não faço comércio com meus papéis. Eles não me pertencem. Ficarão futuramente para o Estado. Para uma biblioteca, ou uma instituição qualquer. Afinal porque estou a me confessar, se poderia contar aqui uma anedota de José Lins do Rego, uma aventura de Luís

*Jardim, conquistas de Santa Rosa ou a última piada de Marques Rebelo? É que, ó meus raros leitores, chego a conclusão de que até eu mesmo preciso de um João Condé (...).”*¹⁵⁵

Arquivos Implacáveis ocupava as duas páginas centrais de “Letras e Artes”, um espaço bastante generoso para um só colaborador. Nele Condé aglutinava comentários e informações sobre os mais diversos escritores, publicando desde dados biográficos, curiosidades pessoais e entrevistas bem humoradas até trechos de manuscritos e poemas inéditos, de autores jovens ou consagrados. Exercia diligentemente um papel que pode ser definido como de guardião da memória da produção literária carioca, ou melhor, da produção literária nacional. Por isso passou a ser reconhecido como “O Sr. João Condé, que tem uma notoriedade firmada desde que, com os seus *Arquivos Implacáveis*, deu um novo sentido entre nós à arte de colecionar documentos e referências de nossa história literária(...)”¹⁵⁶, como registravam as palavras de abertura de uma entrevista com ele realizada, em 1948, sobre sua nova atividade editorial. A entrevista foi realizada um ano após seu afastamento do jornal, período em que retornou ao Nordeste para ocupar um cargo público e seu tom indicava que os *Arquivos* já deixavam saudades.

¹⁵⁵ *Arquivos* de 11/5/47.

¹⁵⁶ “Letras e Artes” nº 73. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 18/1/48.

Podemos encontrar algumas grandes marcas na seleção de textos e documentos expostos por Condé nos “Arquivos Implacáveis”. Em primeiro lugar, a grande variedade de autores apresentados sem demonstração de uma preocupação maior com algum tipo de seleção política na exposição de seu material. Em segundo, a construção de sua coluna é marcada como facilmente se poderá entender mais adiante pela forma bastante peculiar de constituição de seu acervo. Por fim, e talvez o seu grande apelo pessoal aí residisse, Condé constrói em sua coluna, um grande espaço de humor.

Nos *Arquivos Implacáveis* existiam diferentes seções, que somadas ao espaço ocupado no suplemento, davam-lhe a aparência de encarte dentro do encarte. A seção “diário” relatava as impressões de Condé sobre seus encontros com diferentes escritores no esforço para conseguir o vasto material utilizado na construção da coluna.

Um exemplo é a estratégia para obter originais, oferecendo-se para datilografar os manuscritos de diversos escritores. Condé cita trocas deste tipo com Augusto Frederico Schmidt e sua obra *Galo Branco*, com Luís Martins, quando este escreveu *As confissões de meu tio Souza* e com José Lins do Rego, de quem preparou os originais de *Cerca viva*. Além do trabalho datilográfico, Condé comprava o papel e fornecia material de escritório aos escritores.¹⁵⁷ Em se tratando

¹⁵⁷ *Arquivos* de 21/7/46.

de autores pouco afortunados, esta atividade teria características de mecenato, mas autores como Schmidt, que já possuía uma editora e era um empresário, com certeza não buscavam apoio material. Atender aos apelos de Condé poderia ser tanto uma forma de agradar a um amigo, quanto de livrar-se de uma parte desgastante do trabalho de preparação de um livro, mas era com certeza também uma garantia de publicidade para a obra na coluna de Condé. E ele sabia valorizar seu papel, principalmente quando trabalhava em uma obra de porte, como no caso de *Fogo morto* de José Lins do Rego, em que fica patente que seu esforço ia além da simples datilografia, incluindo funções de revisor/editor. Percebe-se também que Condé resgatava não só os originais de grandes autores, mas também a relação dos literatos com sua obra:

*“Há um mês que venho todas as noites passando a máquina os originais do novo livro de José Lins do Rego, **Fogo Morto** . Sua letra miúda e incompleta no final da palavra me deixa por muitos minutos em grande dificuldade. Letra capaz de deixar maluco qualquer paleógrafo. Quantas vezes, ao querer decifrar uma palavra, procuro o escritor e ele próprio fica sem saber que palavra escrevera. Outras ocasiões encontro palavra que nunca vi na língua portuguesa.(...)”*

Acontece, ainda que José Lins cisma de me telefonar quase de madrugada para me ler trechos de um novo capítulo que acaba de fazer. Ontem, por exemplo, sou chamado ao telefone de madrugada, para ouvir do escritor a surra que o mestre José Amaro dera na filha maluca (...)

*O mais curioso é que a impressão que se tem ao escutar o romancista falar do seu livro é de um leitor estranho que estivesse lendo o romance pela primeira vez, sem nem ao menos conhecer o autor.(...)”*158

O tom de Condé em relação a seu ofício poderia parecer, a primeira vista, lamurioso. Mas isto era parte de sua estratégia de, sempre com muito bom humor, ria de si próprio e de seu ideal como garimpeiro de preciosidades literárias:

“Daqui a meses, quando terminar o trabalho, e os originais estiverem encadernados, estou certo que aparecerá alguém e esse alguém me dirá:

Sim Senhor Condé você é um camarada sabido. Com isso aí você esta fazendo um grande pecúlio para o futuro. Não é nada não é nada, São daqui a cem anos, uma colossal fortuna guardada à custa dos escritores.

158 *Arquivos* 14/7/46.

Daqui a cem anos, fico eu pensando. E vejo-me riquíssimo com a venda de tantas preciosidades. Sim, mas enquanto os cem anos não chegam, vou tendo a minha boa dor de cabeça todas as vezes que passar os originais de José Lins, vou gastando meus poucos dinheiros com bom papel e cansando meus olhos. Mas se Deus quiser, daqui a cem anos, estarei cheio da Gaita (...)”.¹⁵⁹

Além do seu trabalho de colecionador da memória literária, Condé nos fornece todo um mapeamento da rede de relações dos literatos que produziam no Rio de Janeiro, caracterizando os locais de encontro e trocas literárias. O “mapa” dos locais de sociabilidade intelectual freqüentados por Condé inclui escritórios de literatos, livrarias e o ambiente doméstico de alguns escritores, que promoviam encontros regulares. Alguns exemplos são a recriação nos *Arquivos Implacáveis*, de seu encontro com Aurélio Buarque de Holanda, no escritório da livraria de *O Globo*, ou suas conversas diárias com Graciliano Ramos no banco ao fundo da livraria José Olympio, ou ainda o ambiente da casa de Álvaro Lins, onde se costumava reunir todos os sábados, para discutir e apreciar boa música, gente como Otto Maria

¹⁵⁹*Arquivos de 21/7/46*

Carpeaux, Maurício Rossemblatt, José César Borba, Arnon de Mello e Aurélio Buarque de Holanda.¹⁶⁰

É também através de seu encarte, que podemos dimensionar como os literatos das décadas de 30 e 40 se freqüentavam assiduamente. Um exemplo emblemático surge em longo texto, no qual Condé descreve sua antiga amizade com Augusto F. Schmidt. Aí figuram suas idas à casa do escritor e a seu escritório, e os encontros realizados na própria casa de Condé. Fazendo o trabalho costumeiro de “datilógrafo”, capturou para seu arquivo os poemas abandonados por Schmidt, em diferentes lugares, como capas de livros, margens de jornal e pedaços pequenos de blocos de papel. Como correspondente freqüente de Condé, Schmidt, quando viajava, tinha o costume de enviar-lhe cartas, com sua impressão do lugar, seus novos poemas e notícias várias. Comentando um afastamento momentâneo do amigo, Condé lamentava-se, mas advertia:

“(...) Mas sei que um dia vou voltar. Poemas rabiscados e perdidos cobrem novamente sua mesa e alguém precisa juntá-los outra vez. E se existe esse alguém - desculpem a modéstia - não pode ser outra pessoa. Esse alguém leitor amigo, sou eu...”¹⁶¹

¹⁶⁰ Arquivos de 6/6/48, 30/6/46

¹⁶¹ Arquivos de 17/10/48

O papel de Condé era assim, o de um “confidente”: “Fui seu confidente e testemunhei fatos pitorescos e de ternura humana que poderão destruir as lendas mais absurdas a seu respeito”. Mas um “confidente” todo especial, pois tornava públicas, através de sua coluna, todas as confissões, sem que com isso perdesse a confiança de seus interlocutores.

“Confissões”, aliás, era o título de uma das seções dos “Arquivos Implacáveis”, em que João Condé recebia a colaboração de diversos literatos que confienciavam como realizaram suas obras, por que as escreveram (encomendadas ou não), qual a intenção, etc. Assim, nas “Confissões” encontramos Guimarães Rosa falando de *Sagarana*, Érico Veríssimo tratando de *Caminhos Cruzados* ou Peregrino Júnior, falando de *Histórias da Amazônia*.¹⁶²

E mais uma vez, nos deparamos, através dos registros destas “confissões”, com a relação entre os literatos e as redes em que surgiam seus textos, com destaque muito especial para o papel dos editores. Peregrino Júnior, por exemplo, revela que a publicação de suas *Histórias da Amazônia*, foi realizada através de um pedido de Jorge Amado, que na época dirigia a publicidade da Livraria José Olympio. Amado sugeriu a publicação de um livro de contos e, como narra o autor, “atendendo a esse

¹⁶² Idem.

cardeal apelo do grande romancista de Jubiabá, fiz este livro expressamente para a livraria José Olympio”.¹⁶³

Já Guimarães Rosa, em suas “confissões” sobre *Sagarana*, deixa escapar uma das fórmulas usadas por Condé para arrancar os relatos dos escritores. Segundo ele, Condé exigiu que em seu exemplar de *Sagarana*, ficasse registrada a história da realização da obra, “(...) uma confissão, uma conversa, a mais extensa possível - o imposto João Condé para escritores, enfim(...)”.¹⁶⁴

Em uma outra seção, o leitor podia conhecer as diferentes aptidões dos ilustres escritores, ou seja, seus trabalhos não habituais. Ali estavam Gilberto Freyre como caricaturista e Marques Rebêlo como poeta. Havia até dobradinhas, como no poema do pintor Santa Rosa ilustrado pelo poeta Jorge de Lima, ou ainda Aurélio Buarque numa caricatura de José Lins do Rego e Geraldo Vieira desenhado por Carlos Drummond.¹⁶⁵

Outra das grandes marcas dos *Arquivos Implacáveis* era o humor com que o articulista registrava suas impressões. Uma graça que se prolongava em seções como “Galeria política”, “Álbum de família” e “Correspondência”. Na primeira, uma foto de luta de Judô podia vir acompanhada da legenda “O governador Ademar de Barros quando se preparava para a luta livre da política”. Em “Álbum de família” havia

¹⁶³ *Arquivos* 30/6/46

¹⁶⁴ *Arquivos* de 21/7/46

¹⁶⁵ *Arquivos* de 14/7/46; 28/8/48; 30/6/46

preciosidades como a foto de Oswald de Andrade, com a legenda: “aos onze meses de idade, quando só tinha sonhos inocentes e não sonhava ainda com a antropofagia e o Pau Brasil”. Na “Correspondência”, Condé publicava desde cartas inéditas trocadas entre escritores, até a “carta de Monteiro Lobato a sua genitora quando tinha 15 anos de idade”.¹⁶⁶

Em “Poetas vistos por poetas” Condé tenta tornar públicas as relações de amizade ou admiração mútua entre os literatos¹⁶⁷. Uma divertida crítica a esta proposta é feita por Carlos Drummond de Andrade:

“(...) Qual teria sido a intenção de João Condé: fazer-nos correr, a Schmidt e a mim, um páreo de gentilezas? Exigir de nós um julgamento crítico recíproco? Divertir-se, comprometer-nos? Chatear-nos? Quem sabe?

Na dúvida, limito-me a confessar o meu acabrunhamento diante das palavras generosas de Schmidt e da intenção secreta de Condé - ambos pessoas da minha admiração e do meu afeto(...)”¹⁶⁸

¹⁶⁶ *Arquivos* de 18/1/48.

¹⁶⁷ Devemos ressaltar aqui, que nem todas as seções dos *Arquivos*, tinham regularidade ou vida muito longa.

¹⁶⁸ *Arquivos* de 13/6/48.

A partir de 1948, uma nova seção surgiu nos “Arquivos”, com o nome “Flasch”. Publicava-se ali um “auto-retrato” de personalidades, em geral literárias. Passaram pelo perfil José Américo de Almeida, Jorge de Lima, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Carlos Lacerda, entre muitos outros. O questionário que gerava os perfis, trazia questões sobre data de nascimento, altura, peso, estado civil, colarinho, gostos, leitura, bebidas, referências literárias e impressões sobre as letras e artes no país. Como exemplo, o “flasch” de Graciliano Ramos, publicado em 1/08/48, quando o autor contava com 56 anos de idade:

“(...)Não gosta dos vizinhos./Detesta rádio telefone e campanha.(...)/Sua leitura predileta: A Bíblia.(...)/É ateu./(...)Odeia a burguesia./(...)Gosta de palavrões escritos e falados./(...)Apesar de o acharem pessimista, discorda disto./Só tem cinco ternos de roupa, estragados./Refaz seus romances várias vezes. Esteve preso duas vezes./ Gosta de excesso./ É lhe indiferente estar preso ou solto./ Seu maior desejo: a morte do capitalismo./ Seus maiores amigos: Capitão Lobo (um oficial conhecido na prisão em Pernambuco), Cubano (vagabundo encontrado na colônia correccional), José Lins do Rego e José Olympio./ Tem poucas dívidas./ Quando prefeito de uma cidade do interior soltava os presos para construir estradas;/ Espera morrer aos 57 anos.”

Para ficar apenas em mais um exemplo, entre os muitos interessantes, reproduzimos trechos do *Flasch* de Oswald de Andrade:

“ (...) *É antropófago./ (...) É péssimo correspondente epistolar/ (...) Acha a nova geração de poetas paulistas inferior a que feio de 1922/(...) Pessoalmente é pessimista./ (...) Não tem amigos./ (...) Considera o crítico Sergio Milliet responsável pelo fracasso da pintura moderna de São Paulo./ (...) Poetas de sua predileção: Cassiano Ricardo, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes e Murilo Mendes./ (...) Várias vezes foi homem rico, outras, homem pobre./ (...) Espera viver até aos 83 anos para desgosto de muita gente.*” 169

Os *Arquivos* eram ilustrados, muitas vezes com caricaturas originais, como as “auto-caricaturas” de Gilberto Freyre, Rubem Braga, Luís Martins e Drummond, que apareciam esporadicamente. Havia ainda, os números especiais, dedicados a homenagear autores, como se fez em relação a Lima Barreto, por exemplo.

O trabalho de João Condé nos “Arquivos Implacáveis”, segundo ele mesmo, deu-lhe uma notoriedade ora agradável, ora incômoda. Condé criou um personagem, na verdade um “duplo”: o “homem dos arquivos”. Sua sanha curiosa à cata dos mais diversos vestígios da produção intelectual podia inclusive espantar algumas de suas

169 *Arquivos* de 18/7/48

fontes potenciais. Dizia ele que “o homem dos arquivos já é, pois, uma personagem desligada do autor. E que por cometer algumas indiscrições, acabava por afugentar...”

Para o papel que exercia, de “guardião da memória literária” de sua época, realmente não poupava esforços. Foi o caso de sua “Missão em São Paulo ou o fracasso de uma expedição”, quando se envolveu em resgatar os arquivos de Monteiro Lobato, então sob a guarda de Edgard Cavalheiro. Por sua artilosa descrição, percebe-se que Condé não foi vitorioso e que realmente era dado a mais do que algumas indiscrições. Por isso, o próprio amigo Cavalheiro, recebeu-o com alguma desconfiança. Estava certo de que a ida de Condé tinha o propósito de transferir a guarda da coleção Lobatiana. Após conhecer os documentos, Condé confessa:

“(...) Todo aquele fabuloso material passou longamente, demoradamente, pelas minhas mãos sôfregas. (...) vinha colecionando mentalmente as palavras mais amáveis que sabia(...) Mas, amigos, nada surtia efeito. Alma dura e fria do meu caro Cavalheiro(...) Diante de tal situação, sabendo que dificilmente poderia trazer tão valioso material para o Rio. O meu outro eu, o meu eu sem escrúpulos que sempre me aparece nestas situações de dificuldade, começou a manifestar-se. Ouvia

a sua voz como a sussurrar aos meus ouvidos: - Seu trouxa, guarda essa carta; olha aí em cima da mesa que ele está distraído. Vamos, nada de escrúpulos(...)Agora que eu escrevo estas notas, sinto remorsos de minha honestidade.(...)”.¹⁷⁰

Sem sucesso em sua tão planejada missão em São Paulo, Condé concluiu o relato ameaçadoramente. Um dia, o seu outro eu, “o Condé sem remorsos e preconceitos - se vingaria do fracasso do Condé honesto”, deixando agir um Implacável Condé. As tentações, afinal, podiam ser muitas. Ainda em São Paulo, por exemplo, ele esteve no gabinete de Guilherme de Almeida e na Biblioteca Municipal, com um Sérgio Milliet, bastante atento para que Condé não levasse nada sem sua autorização. Sua fama já era grande e chegara ao conhecimento dos intelectuais de São Paulo, mas não à casa de Oswald de Andrade, onde, aproveitando-se da desordem do escritório, ele leva consigo alguns documentos. Entretanto, no dia seguinte, lá estava Oswald em seu hotel. sua mulher dera falta de alguns retratos e originais. Mas, Oswald acaba deixando-os com Condé...

Após um balanço de sua missão em São Paulo, Condé traduz de forma bastante clara o seu papel na literatura e no entendimento do clima intelectual de sua época:

¹⁷⁰ *Arquivos* de 8/9/46.

“(...) E agora termino estas crônicas com a revelação de todos os meus pecados cometidos. Mas estou com a consciência tranqüila. Porque para o futuro tudo isso constituirá um acervo poderoso para um melhor conhecimento dos homens de letras do meu país. Sou um cidadão à margem da literatura, mas luto, aborreço, sofro, sonho, e amo verdadeiramente as coisas dos espíritos, procurando contribuir para que as gerações vindouras, através de documentos, confissões, depoimentos, exigências, tenham um conhecimento mais seguro do clima em que viviam os homens de letras desse nosso tempo. Tempo tão tragicamente angustiado e tão tragicamente rico.”¹⁷¹

Na década de 50, os Arquivos Implacáveis passaram a ser publicados em *O Cruzeiro* e João Condé, ao lado de seus irmãos Elysio e José passou também a editar o *Jornal de Letras*, cujo Conselho Fiscal - Álvaro Lins, Afrânio Peixoto, Carlos Drummond de Andrade, Ledo Ivo, Mário Pedrosa e Orígenes Lessa - bem como sua extensa lista de colaboradores, indicavam que as relações dos Condé com o meio literário continuavam amplas. No caso de João, suas impertinências, que ele mesmo fazia questão de satirizar, não pareciam despertar mais que simpatia nos escritores que assediava constantemente.

¹⁷¹ Arquivos de 22/9/46.

CAPÍTULO 5

Escritores e editores: profissionalização?

No segundo capítulo, procurei mostrar a continuidade da importância da boemia como espaço de sociabilidade para os literatos cariocas. Se os espaços de boemia se transformaram, ao longo do tempo, a referência a Murger e Paris é mantida, entre a geração de 1870 e os homens de letras dos anos 1930 e 1940 que aqui analisamos. O fenômeno só perderia intensidade nas décadas de seguintes, quando além de um novo deslocamento espacial, a boemia deixaria de ter nos literatos os personagens centrais, invadida pelos jornalistas profissionais e pelos músicos, *habitués* dos inferninhos de Copacabana.

Tal recuo no ímpeto boêmio dos escritores nunca seria absoluto, mas como tema, a vida boêmia passaria a ser alvo principalmente de memórias ou biografias, destacando-se, portanto, como “coisa do passado”. Entre os vários fatores explicativos deste recuo, um nos interessará mais de perto neste capítulo: a crescente profissionalização da atividade literária, em especial na sua dimensão editorial. Ou seja, é nos anos 1930 e 1940 que escrever livros pode ser visto (para relativamente poucos, é verdade) como uma profissão ou como a principal fonte de rendas.

Para tratarmos de escritores e editores, começaremos retomando o processo em sua duração mais longa e abordando, ainda que de forma sintética, as formas predominantes de garantia da sobrevivência dos homens de letras no Rio de Janeiro, desde o fim do século XIX, quais sejam: os jornais e o emprego público, além de formas associativas que iam desde as que propunham a garantia profissional – na defesa dos direitos autorais – até as que podiam mesmo prover a subsistência – como a Academia Brasileira de Letras.

1- A impossibilidade de viver de livros

Quando pensamos em um espaço de sociabilidade mais propriamente profissional para os literatos, a primeira preocupação é com a remuneração pela atividade literária, o que nos remete à questão dos direitos autorais e da relação entre editores e escritores. Tomando esta questão de um ponto de vista temporal mais largo é possível constatar que os anos 1930-1940, recorte central deste estudo, marcaram uma mudança no sentido do crescimento das possibilidades de viver-se de letras. Isto porque, até então, dominava um padrão de remuneração por direitos autorais absolutamente insuficiente para manter um escritor.

Entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a produção editorial brasileira era dominada por poucas casas editoras – Garnier, Briguiet e Francisco Alves eram as mais conhecidas – que editavam normalmente apenas autores já consagrados. Para chegar a ser por elas editado, um iniciante teria que buscar antes o caminho das publicações em capítulos nos periódicos ou bancar por sua própria conta uma primeira obra. Esses editores imprimiam seus livros na Europa (Portugal e França) em tiragens muito pequenas – o padrão era mil exemplares para ficção e três mil para didáticos, nas primeiras edições.

Os contratos com os autores poderiam prever duas formas de remuneração. O editor comprometia-se a repassar até 20% do arrecadado com a obra a título de direitos autorais, o que era mais comum nos casos de autores de livros didáticos, cuja margem de lucro era maior; ou pagava-se uma quantia inicial fixa pela compra

dos direitos daquela obra, correspondente, normalmente, a algo em torno de 10% do valor total de venda de uma edição.

Exemplo paradigmático é o dos contratos de Machado de Assis com a editora Garnier. Por seu primeiro livro, *Crisálidas*, Machado recebeu de Garnier 150 réis por exemplar, em 1864. Mais de 10 anos depois, já consagrado como romancista, Machado de Assis receberia 600 mil réis por uma edição de 1.500 exemplares de *Helena*. Pelo conjunto das obras que Machado tinha editado até 1899, com liberdade para rodar quantas edições quisesse, a Casa Garnier pagou ao escritor oito contos de réis.¹⁷² Apenas para estabelecermos comparações de ordem de grandeza, para receber com livros o mesmo que um professor formado pela escola normal recebia (cerca de 3 contos anuais), Machado teria que publicar cinco romances por ano.

No limite, é preciso ter em conta que para publicar um livro de poesias, coisa que os iniciantes normalmente faziam as custas do próprio bolso, não se gastava menos de um conto de réis, em fins do século XIX. Ou seja, em certo sentido, um candidato a homem de letras gastava mais para se lançar do que um escritor consagrado ganhava em direitos por uma obra com aceitação junto ao público leitor.

Não era de se estranhar, portanto, que em fins do século passado houvesse uma certa movimentação de escritores em torno da questão da regulamentação dos direitos autorais. Em maio de 1890, Pardal Mallet publicou artigo propondo que os escritores se reunissem em sociedade e exigissem do novo governo um decreto estabelecendo como obrigatório o pagamento de direitos autorais.¹⁷³ A idéia tinha vários adeptos, pois naquele mesmo mês o *Correio do Povo* noticiou a criação da

¹⁷² Lajolo, Marisa e Zilberman, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1998, pp. 94-5. As cifras seguintes também foram coligidas nesta fonte. Hallowell, op. cit, p. 192. Apresenta outros dados sobre direitos autorais pagos por Garnier e mostra como no caso de Machado, o editor também usava sua propriedade dos direitos das obras para negocia-las com editores estrangeiros, chegando mesmo a impedir traduções de Machado para outras línguas, por discordar das ofertas pelos direitos, apesar do interesse pessoal do autor.

¹⁷³ Idem, ibidem, pp.100-101.

Sociedade dos Homens de Letras, dirigida pelo proprietário do jornal, mas contando com a adesão de Machado de Assis, José do Patrocínio e o próprio Mallet, entre outros. Os estatutos da entidade incluíam entre seus objetivos o socorro mútuo dos escritores (em um contexto de proliferação de Associações de cunho mutualista¹⁷⁴), influir para a publicação de obras dos sócios e, na linha defendida por Mallet, “conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos autorais”.¹⁷⁵ Reivindicações desta natureza alimentaram o surgimento de outras entidades similares e estavam ainda vivas quando, em 1896, Machado de Assis tomou a frente do projeto de fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL). A ABL, no entanto, logo se mostraria mais propensa a canonizar escritores consagrados, através de alianças as mais diversas com a classe dirigente, do que em profissionalizar os escritores ou organiza-los para fins reivindicativos.¹⁷⁶

Consolidada a ABL, esta não deixaria de ser vista como uma alternativa de garantia de ganhos para os escritores, mas por motivos bem diversos daqueles que motivaram o surgimento das primeiras entidades, organizadas para reivindicar direitos. Assim, era comum encontrarmos referências irônicas à vida fácil dos “imortais”, no período que interessa mais diretamente a este trabalho, como num artigo de Emil Faraht, publicado em 1939, com o objetivo de fornecer “Notícias dos escritores do Rio”¹⁷⁷:

“Como o título indica, esta reportagem tratou apenas dos escritores que residem no Rio. Há evidentemente outros nomes por aqui: os figurões da Academia. Mas essa gente já se acha nos cimos da glória. Não é preciso que os apontemos, eles aparecem por si, nos banquetes,

¹⁷⁴ Ver a esse respeito Lucca, Tânia de....

¹⁷⁵ Lajolo & Zilberman, op. cit., p.101.

¹⁷⁶ Idem, ibidem, p.102.

¹⁷⁷ In *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Pongueti, 1939.

nos telegramas aos grandes da política, nos ditirambos aos distribuidores de empregos, etc. Nunca fizeram e nunca farão nada pelo pensamento brasileiro. São homens felizmente aposentados, cansados, e têm tido o trabalho de assinar a ata de presença e receber 1:200\$000. A Academia tem essa vantagem: paga a seus membros, quase todos eles milionários ou com boas rendas, para que não escrevam”.¹⁷⁸

As atitudes dúbias dos escritores frente à Academia Brasileira de Letras em muito se alimentaram deste tipo de visão negativa da Academia, por sua proximidade com os detentores do poder político, conservada muitas vezes à custa da escolha de personagens sem qualquer passado intelectual relevante para ocuparem a maioria de suas cadeiras. Por outro lado, a possibilidade da ampliação de capital político do escritor consagrado pela Academia, bem como as nada desprezíveis vantagens simbólicas e materiais de ser um imortal, eram atrativos suficientemente fortes para a maioria. Assim, não era de se estranhar que, muitos desdenhassem da possibilidade de vir a ocupar uma vaga de “imortal”, mas poucos se recusassem quando a oferta aparecia.

É, neste sentido, bastante ilustrativa a perspectiva de Afonso Arinos, em entrevista concedida em 1950 a Homero Senna.¹⁷⁹ Tratando de suposições sobre uma candidatura à ABL, Arinos é categórico:

“Já tenho ouvido falar disso que chamam meu namoro com a Academia. A verdade, porém, é que não tenho, nem próxima nem remotamente a intenção de candidatar-me. Não por orgulho, que seria

¹⁷⁸ Idem, p. 25.

¹⁷⁹ Senna, Homero. *República das Letras*. 3ª ed., RJ, Civ. Brasileira, 1996

descabido, antes por timidez e também pelo desagrado que me causa a intriga eleitoral que precede as eleições acadêmicas. Além disso, a sala da Academia, cujo prestígio social e mundano é bem maior que a influência sobre a literatura e a língua, parece-me pequena demais para tanto papo dourado...” 180

Afonso Arinos ingressou na Academia em 1958.

Da mesma forma entendemos as manifestações de um conjunto de intelectuais, reunidos na Associação Brasileira dos Escritores, escreveram, meio que a crédito de piada, um “manifesto anti-acadêmico”, em 1943. Estavam presentes à reunião e assinaram o manifesto Otávio Tarquínio de Sousa, Astrogildo Pereira, José Lins do Rego, Diná Silveira de Queiroz, Álvaro Lins, Marques Rebelo, Francisco de Assis Barbosa e Carlos Drummond de Andrade. Mais tarde, Álvaro Lins, Diná Silveira, José Lins, Marques Rebelo e Francisco de Assis entrariam para a Academia em diferentes momentos e apenas Drummond manteria firmemente sua recusa a candidatar-se.¹⁸¹

Não sendo a ABL, portanto, espaço apropriado para a manifestação de reivindicações de natureza profissional, outras entidades deveriam ocupar este papel. Destas, a mais conhecida foi a Associação Brasileira de Escritores. O contraste fica evidente quando percebemos que o manifesto acima comentado surgiu em uma reunião da ABDE, em que se discutia a questão dos direitos autorais. A Associação surgira em São Paulo, em 1942, com o nome de Sociedade dos Escritores Brasileiros, para logo depois adotar a nova denominação e, em contato com escritores do Rio, transferir sua sede para a Capital Federal, transformando-se a

¹⁸⁰ Idem, p. 122.

¹⁸¹ Conforme relato de Drummond ao mesmo Homero Senna, in idem, p. 9.

agremiação paulista em seção da nova entidade nacional, em paralelo ao surgimento de outras seções nos estados. O papel deste tipo de reivindicação de profissionalização, em uma conjuntura já politicamente estimulante como a da redemocratização de 1945, será fundamental para uma nova frente de intervenção política dos homens de letras, como a aberta pelo I Congresso Nacional de Escritores, realizado em janeiro de 1945, em São Paulo, pelo esforço da ABDE.¹⁸²

Organizações da sociedade civil, produtoras de demandas e projetos de políticas públicas, costumam gerar respostas da sociedade política, conforme o grau de organização e o peso social dos envolvidos com tais demandas.¹⁸³ No caso dos escritores, o fracionamento de suas formas de organização – entre aquelas que se preocupavam com a remuneração pelo direito autoral e as que possibilitavam vantagens de outra ordem – teve como custo a fragilidade da legislação brasileira de proteção aos direitos autorais. A primeira menção legal a uma garantia de pagamento de direitos foi feita na Constituição 1891, mas o artigo referente a esse ponto só seria regulamentado em 1898, através da Lei nº 946. Porém, o modelo federalista era de fato aplicado neste caso, a favor dos editores e, em vários estados da federação, só eram protegidos por lei os escritores residentes naquela unidade.¹⁸⁴

As pressões diplomáticas fizeram com que o país, aos poucos, assinasse as convenções internacionais sobre o tema e estendesse as garantias de 1898 – restritas a brasileiros e estrangeiros residentes – a todos os autores estrangeiros aqui traduzidos. O Código Civil de 1916 prolongou para 60 anos, após a morte dos

¹⁸² Sobre a ABDE, ver Raimundo de Menezes. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 1978.

¹⁸³ Sobre este tipo de interpretação ampliada do Estado, pautada em Antonio Gramsci, ver Mendonça, Sonia. “Estado e sociedade”, In Mattos, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Niterói, LDH/UFF, 1998.

¹⁸⁴ Hallewell, op. cit, p. 171.

autores, a validade dos direitos autorais sobre sua obra. Nas décadas seguintes, o Brasil continuou a ratificar as convenções internacionais sobre o tema.¹⁸⁵ Nova proposta de Lei sobre os direitos autorais só viria a surgir em 1958 e, apenas em 1973, o assunto seria objeto de legislação mais extensa, através da Lei 5.988.¹⁸⁶

A escassez das garantias legais sobre os direitos autorais não significava, entretanto, ausência de intervenção do Estado na área da produção editorial. Em especial no período do pós-30, marcado por uma ampliação do papel do Estado em todas as esferas da vida social, a importância da produção editorial seria reconhecida pelos dirigentes, que produzem diversas agências públicas e leis voltadas para o livro. Assim, em 1937, através do decreto-lei nº 93, cria-se o Instituto Nacional do Livro, que tem, entre suas atribuições:

- “a) organizar e publicar a Enciclopédia brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;*
- b) editar toda a sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;*
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros estrangeiros;*
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.”¹⁸⁷*

É, pois, como editor, guiado pelos critérios políticos do interesse nacional em matérias culturais, além de estimulador da leitura, que o Estado se apresenta nesta

¹⁸⁵ Idem, p. 191.

¹⁸⁶ Idem, p.441.

¹⁸⁷ Decreto-Lei nº 93, de 21/12/1937.

arena. Para os escritores, acenava-se não com uma garantia mais sólida de pagamento de direitos, mas com prêmios, mecanismos de consagração e remuneração, como no caso do Prêmio Nacional de Literatura e do Prêmio Machado de Assis, instituídos por decreto em 1939 e que distribuíam quantias de até 50.000\$000. Atenção ainda maior seria dispensada aos livros-didáticos, estratégicos para o projeto de formação da nação, controlados, desde 1939, pela Comissão Nacional do Livro Didático.¹⁸⁸

Outras formas de relacionamento entre o Estado e os homens de letras seriam cultivadas nesta fase, mas sua análise será empreendida em outra seção deste capítulo.

2. Jornais e literatos

Vimos em outra parte da tese que os jornais cariocas dos anos 1930 e 1940 dedicavam espaço razoável, através principalmente de suplementos literários, ao movimento literário e ao mercado editorial. Tais espaços eram a principal entrada para a colaboração de escritores com os jornais. Mas estas relações eram mais amplas e muito mais antigas.

Sérgio Micelli já havia destacado, a partir de um perfil de alguns dos principais escritores de fins do século XIX e inícios dos anos 1930 que o trabalho sob contrato ou com colaborações eventuais na imprensa diária ou, a partir de um

¹⁸⁸ Decreto-Lei nº 1360-A, de 21/06/39 e Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, respectivamente.

certo momento, nas revistas “mundanas”, seria um traço comum na trajetória dos escritores brasileiros.¹⁸⁹

Para a geração dos anos 1870 o trabalho nos jornais estava inicialmente associado à militância política, como nos primeiros anos de Machado de Assis no jornalismo, ao lado de Quintino Bocaiúva no *Diário do Rio de Janeiro* ou mesmo para o conjunto dos escritores mais jovens – como Coelho Neto e Olavo Bilac - que se iniciou pelas mãos de José do Patrocínio na *Cidade do Rio*.

O correr dos anos, entretanto, transformaria o jornalismo em fonte principal da sobrevivência para a maior parte daqueles homens de letras, a ponto de alguns confundirem a remuneração pelo trabalho em jornais com a profissionalização do escritor, como faz Bilac, para quem:

“Há quarenta anos, não havia propriamente homens de letras no Brasil; havia estadistas, parlamentares, professores, diplomatas, homens de sociedade, ou homens ricos, que, de quando em quando, invadiam por momentos o bairro literário(...)

Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e da civilização da nossa terra; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores”.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Micelli, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo, Perspectiva,

¹⁹⁰ Bilac, Olavo. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916, pp. 75 e 78, citado por Lajolo, Marisa e Zilberman, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1998, p.87. As citações das três notas seguintes também foram extraídas deste texto, referência fundamental para todo o capítulo.

Com esta visão, que fazia do jornalismo profissão de escritor, Bilac apresentava uma imagem extremamente positiva do trabalho nas redações dos jornais “baía salvadora em que vêm ancorar os naufragos de todas as profissões”, não apenas pela questão da remuneração, mas também por considerar que nos periódicos residia a principal vitrine do trabalho do escritor, “único meio do escritor se fazer ler”.¹⁹¹

Mas nem todos os literatos da época compartilhavam da visão otimista de Bilac – neste e em outros sentidos. Coelho Neto, por exemplo, colocava na boca de um dos seus personagens uma crítica ácida ao trabalho em jornais, apontando para a distância fundamental entre literatura/arte e jornalismo/indústria:

“Eu? Não trabalho em jornais. Considero a imprensa uma indústria intelectual. Entra a gente para o jornalismo com um bando de idéias originais e retalha-as para o varejo do dia-a-dia.(...)”

O redator não quer saber se temos ideais ou não; quer espremer. Quanto mais suco melhor. O prelo é a moenda e lá se vai o cérebro, aos bocados, para repasto do burguês imbecil e, no dia em que o grande industrial compreende que nada mais pode extrair do desgraçado que lhe caiu nas mãos sonhando com a glória literária, despede-o e lá vai o infeliz bagaço acabar esquecidamente, minado pela tuberculose.”¹⁹²

¹⁹¹ Idem, Ibidem, pp. 183 e 9.

¹⁹² Coelho Neto. *A conquista*. 5ª ed., Porto, Lello & Irmãos, s.d., p. 217.

A metáfora da fruta espremida aparece aqui com um tom de denúncia pela exploração do trabalho do escritor/jornalista, da mesma forma que a idéia do jornal como indústria e do idealismo abandonado pela exigência do dia-a-dia da redação apresentam a dimensão destes escritos jornalísticos como despidos de valor maior. Representante de uma postura aristocrática em relação ao trabalho intelectual, Coelho Neto teria nesta crítica a companhia de alguém que, em outros campos, costumava posicionar-se em extremo oposto. Trata-se de Lima Barreto que dedicaria muitas passagens críticas aos jornais de sua época. Pobres em idéias e ideais, os periódicos do início do século seriam tudo, menos veículos de propostas, como teriam sido os jornais da fase áurea da militância da geração dos anos 1870. A avaliação da personagem Isaías Caminha é enfática:

“A gente dos jornais do Rio só tem idéias feitas e clichês de opiniões de toda natureza incrustados no cérebro.

*A não ser o **Jornal do Comércio**, pode-se dizer que os diários do Rio nada têm o que se leia e todos eles se parecem, pois todos têm a preocupação de noticiar crimes, escândalos domésticos e públicos, curiosidades banais”¹⁹³*

Na primeira década do século XX, um secretário de redação de jornal no Rio de Janeiro ganhava entre 600\$000 e 1:200\$000 de salário, já um redator recebia entre 250\$000 e 400\$000 e os colaboradores recebiam pró-labores de 50\$000 a 70\$000 (tomando como parâmetro o *Jornal do Comércio*).¹⁹⁴ Na comparação com a remuneração de direitos autorais, percebe-se que os ganhos em jornal eram

¹⁹³ Lima Barreto. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1968, p.179.

¹⁹⁴ Lajolo, M. & Zilberman, R., op. Cit., anexos.

pequenos, mas capazes de garantir um pouco mais de estabilidade ao escritor da virada do século. Ainda assim, diante da impossibilidade de viver de letras e do ritmo industrial do jornalismo, a forma de sustentação mais atraente era a nomeação para um cargo público.

3. A aspiração ao emprego público

No primeiro capítulo deste trabalho já foram comentadas as complexas relações entre intelectuais e Estado no período em questão. Centramos ali nossa preocupação na caracterização política das variadas formas de relacionamento, que iam da colaboração consciente à oposição hostil, passando por diversos modelos de inserção profissional nos cargos públicos.

No quadro que traça a carreira de 12 romancistas de destaque dos anos 30, Sérgio Micelli mostra que 7 foram funcionários públicos e 8 jornalistas (desses 3 eram as duas coisas). Para este autor, que considera o esforço do Estado naquela conjuntura como um projeto de cooptação dos intelectuais, pode-se avaliar:

“as maneiras pelas quais os encargos burocráticos pesam sobre o trabalho intelectual, condicionando o perfil dos investimentos propriamente intelectuais dos diversos tipos de escritores, definindo os conteúdos da condição intelectual e fixando as pretensões políticas e intelectuais dos letrados conforme a posição que ocupavam na hierarquia burocrática e o vulto da colaboração que prestavam. São essas algumas das condições que permitiram ao poder público arvorar-se em árbitro da concorrência intelectual, montando

*instâncias próprias de consagração de autores e obras e ampliando as garantias para a continuidade da atividade cultural.”*¹⁹⁵

Pode ser exagerada a ênfase exclusiva no aspecto de cooptação intelectual. Pensando em padrões de relacionamento entre escritores e Estado que têm entre as suas variáveis a questão do emprego, podemos ampliar a discussão para a questão das formas de sobrevivência material dos escritores em uma situação de escassez de regras que garantissem a profissionalização.

Os literatos cedo se apercebem disso e o refletem inclusive nas próprias obras. Lajolo e Zilberman resgatam o exemplo de Campos Lara, o poeta personagem de *O feijão e o sonho*, publicado por Orígenes Lessa, em 1938. Sua trajetória, de poeta endividado e sonhador, a romancista famoso, prático, “materialão”, passava pela ocupação de cargos públicos que lhe garantiram sobrevivência como poeta – como professor no interior – ou a estabilidade como romancista – amanuense de uma secretaria de estado.¹⁹⁶

As conclusões das autoras a respeito deste tipo de prática de emprego público dos escritores, como forma compensatória frente à reconhecida falta de garantia à profissionalização conduzem-nos a uma outra esfera de raciocínio. Enfatizam não a onipresença de um Estado cooptador, mas a incapacidade deste mesmo Estado em garantir a produção intelectual:

“Incapaz (ou incapacitado) de articular uma política cultural que ultrapasse as funções mecênicas do Estado, o governo acabou transformando o serviço público em instância supletiva de uma

¹⁹⁵ Micelli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP, Difel, 1979, p.193.

¹⁹⁶ Lajolo & Zilberman, op. Cit., pp. 69 a 71.

política cultural e educacional pouco eficiente, já que falhou sempre na construção da infra-estrutura essencial à modernização da produção literária.

Se o Estado não se responsabilizava pela alfabetização do público, nem preservava os interesses do país no mercado nacional, a nomeação de escritores para cargos públicos consistia, de um lado, na confissão de sua impotência institucional; de outro, na tentativa de remendar a impotência de forma canhestra, mutilando simultaneamente a instituição literária, por não reconhecê-la enquanto tal, e o serviço público, no qual postulava a existência do ócio necessário à criação.”¹⁹⁷

O fato de este tipo de prática, cuja origem é paralela à própria montagem de um aparato estatal no Brasil do século XIX, ter permanecido de forma ativa ao longo do período por nós abordado não deve ocultar as novidades do pós-30. Isto porque, do ponto de vista estreito da sobrevivência profissional do homem de letras, o apadrinhamento deixava de ser a única forma de acesso ao emprego público, embora possa ter continuado a ser a mais importante para certas esferas do poder. A abertura de novas carreiras no Estado, a realização de concursos públicos, o surgimento das Universidades, são alguns dos novos caminhos possíveis de serem trilhados, não apenas pelos que desejavam uma renda estável e nenhum trabalho, mas também pelos que acreditavam que o trabalho para órgãos do governo era uma forma de engajamento em um processo de mudança e modernização do país.

Caso emblemático é o de Mário de Andrade, que em sua passagem pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo impulsionou uma série de

¹⁹⁷ Idem, p. 71.

projetos inovadores na área cultural, objetivando diminuir as distâncias entre as esferas culturais “erudita” e “popular”, com um nível de dedicação integral ao cargo, que praticamente o afastou da literatura por alguns anos. No entanto, o mesmo Mário, também inserido no contexto do cargo público como âncora do escritor, cobrava de Murilo Miranda, em carta já citada, que após a nomeação para um emprego no governo, deveria dedicar maior atenção à *Revista Acadêmica*, pois que agora teria estabilidade material e tempo de sobra para isso.¹⁹⁸

Mesmo com o recurso ao apadrinhamento e com espaços, senão de autonomia, ao menos de menor pressão política – como o construído em algumas formas de colaboração com o Ministério da Educação na gestão Capanema, já comentados no primeiro capítulo –, era possível perceber que a sobrevivência do escritor no serviço público, em um período de radicalização política tão acentuada, nem sempre era tranqüila. Caso exemplar foi o de Luís Martins, autor de algumas das passagens mais interessantes da memorialística sobre a Lapa, comentada no capítulo anterior.

Martins ocupava um cargo de confiança no Ministério da Justiça, garantido por relações pessoais com o próprio Ministro. Em 1936, publicou *O Lapa*, romance sobre o bairro boêmio, que usava com liberdade o vocabulário próprio da vida noturna. Críticas negativas ao romance desaguaram em denúncias anônimas ao Ministro e, numa conjuntura de virada política, com o Estado Novo, *O Lapa* foi recolhido das livrarias sob o rótulo de pornográfico e Luís Martins exonerado ante a acusação de subversivo, chegando a ser preso. Restou ao escritor, mudar-se para São Paulo, onde se ancorou na colaboração em jornais e em um cargo de inspetor escolar.¹⁹⁹

¹⁹⁸ Ver a esse respeito a carta de Mário a Murilo Miranda, datada de 4/11/42, citada na p..., deste trabalho (nota 37 do capítulo 3).

¹⁹⁹ Martins, Luís,

Caso não usual, mas rico em significados o de Luís Martins. Não apenas, o cargo público não lhe conferiu estabilidade como escritor, como as intrigas políticas a ele inerentes atingiram sua obra literária. Por outro lado, a obra serviu de pretexto para a perda do cargo. A saída foi um cargo de menor prestígio, à maior distância do centro de poder.

Vê-se, portanto, que com todas as suas dubiedades, o cargo público poderia significar uma alternativa de sobrevivência para o homem de letras, assim como o jornalismo. Porém, em nenhum dos dois casos é possível falar de uma profissionalização do escritor. Esta só ocorreria com a possibilidade de viver dos ganhos advindos da publicação de suas obras. Esta é uma perspectiva que se abre, ainda que de forma restrita a alguns poucos, na década de 1930.

4- O Caminho da Profissionalização – O salto do mercado editorial

Há uma certa confluência na literatura especializada em marcar os anos 1930 como um momento de mudança ampla nas bases materiais da produção editorial brasileira. Maiores tiragens, novas estratégias de distribuição para ampliar o público-leitor potencial, edições mais bem acabadas, predomínio da indústria gráfica nacional e melhoria na remuneração dos autores através do pagamento de quantias maiores pelos direitos autorais dos livros de ficção.

Sérgio Micelli assim caracteriza o salto editorial daquela conjuntura:

“As décadas de 30 e 40 deitaram os alicerces da infra-estrutura necessária à produção de livros em escala industrial, sendo que os

padrões de legitimidade que norteavam o perfil de investimentos das editoras ainda influenciam os empresários atuais do setor.”²⁰⁰

O mesmo movimento foi percebido por Laurence Hallewell, que o atribui a diversos fatores, como a desvalorização da moeda nacional após a crise de 1929, tornando proibitivos os preços da importação de livros, o clima de intenso debate político que se seguiu à chamada Revolução de 1930 e a ação de editores dotados de um espírito inovador. Para Hallewell: “Ninguém, naquela época, punha em dúvida uma realidade: a de que a indústria editorial brasileira, viável, havia surgido praticamente do nada no período que se seguira à revolução.”²⁰¹

Hallewell reúne algumas afirmações entusiasmadas, da época, com o sucesso editorial recente. Como a do editor José Olympio que, em 1937, falava em edições de 5 mil a 10 mil exemplares, ou a do escritor Rosário Fusco, em 1940: “as casas editoras, estimuladas pela procura do livro e pela quantidade dos originais que lhes são oferecidos...disputam os autores, aumentam as suas tiragens, incrementam os concursos...e o movimento editorial prospera formidavelmente.”²⁰²

Nesta área, como em outras tantas, não faltariam os que associassem este crescimento editorial ao sucesso da ação revolucionária de 30. Ainda que a ênfase das considerações abaixo não estivesse nas políticas de Estado e sim na atuação de escritores e editores, é possível perceber no trecho a seguir de Almir de Andrade, publicado em 1942, a mesma ênfase no caráter instaurador de 1930, que em tantos outros discursos oficiais sobre a modernização do Brasil desde então:

²⁰⁰ Micelli, Sergio. *Intelectuais...*, op. cit., p. 193.

²⁰¹ Hallewell, L., op. cit., p. 337.

²⁰² Apud Hallowell, op. cit., p. 338.

“Tivemos antes da revolução de 1930 um longo período de estagnação em que pouco se fazia pela vida do livro brasileiro. Havia deficiência de produção intelectual pela falta de estímulo de meios eficazes de publicidade. Os editores se preocupavam mais com os livros de vendagem fácil, as novelas sensacionalistas, as obras colegiais de saída certa. Foi depois de 1930 que se operou o movimento renovador nessa esfera: devemos-lo aos intelectuais nossos que foram surgindo, mas também à nova mentalidade que se formou nos editores.”²⁰³

Não há dúvidas de que o salto operado nos anos 1930 e 1940 foi significativo. Os números assim o demonstram. Seguindo o levantamento de Hallewell, eram 146 as editoras brasileiras em 1936, em 1944 já somavam 214, para atingirem o total de 280 em 1948. Embora tais números possam conter gráficas de fato, em cuja razão social consta a palavra editora, o dado é revelador de um crescimento, confirmado pelo número de títulos, estimado em mil livros e folhetos publicados em 1938 e que saltaram para quase quatro mil em 1950 (na proporção de 3 títulos de livro para um de folheto). Os números de tiragens apresentam descontinuidades: “não há dados globais para nenhum dos anos entre 1929, quando se produziram 4.496.123 livros (e folhetos?) e 1950, quando este total sextuplicara, atingindo 19.583.000 livros e 8.433.000 folhetos.”²⁰⁴

Porém, a despeito de o marco de 1930 ser objetivamente importante deste ponto de vista, não podemos deixar de comentar a semelhança entre a ênfase instauradora de Almir de Andrade na citação acima e outros campos em que o discurso estado-novista apresentava a obra da revolução como inauguradora de uma

²⁰³ Apud idem, p. 338.

²⁰⁴ Todos os dados retirados de Hallewell, op. cit., pp. 406-407.

nova era das relações entre Estado e sociedade no Brasil.²⁰⁵ Para garantir tal mito de origem, era necessário apagar os traços de continuidade com um passado. Da mesma forma que, em relação à “voz operária” da República Velha, re-trabalhada e ocultada pelo discurso trabalhista, uma apresentação de 1930 como marco zero da renovação editorial brasileira tinha que ocultar o papel de um escritor/editor bastante incômodo para o regime: Monteiro Lobato.

A trajetória de Lobato como editor é conhecida.²⁰⁶ Desfazendo-se da fazenda que herdara e dedicando-se inteiramente ao jornalismo, Monteiro Lobato, ao longo dos anos 1910 cultivou uma série de projetos empresariais. Em 1918, comprou do grupo *Estado* a *Revista do Brasil* e tomando-a como base começou a editar obras a partir de seu próprio *Urupês*. Tamanho foi o sucesso editorial do livro que Lobato pode dimensionar o mercado potencial para um novo empreendimento e transformar, em 1919, a *Edições Revista do Brasil* em *Monteiro Lobato Editora*, tendo como sócio Octalles Marcondes Ferreira. Os métodos revolucionários de Lobato como editor começaram a ficar evidentes quando ele atacou a questão central da distribuição, escrevendo para milhares de lojistas em todo o país e garantindo a venda de seus livros em mais de 2.000 pontos de venda em todo o país, através de um sistema de consignações, que colocava o livro na vitrine de magazines, farmácias e quitandas.²⁰⁷

²⁰⁵ Referimo-nos aqui, por exemplo, ao discurso trabalhista, estudado por Gomes, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro IUPERJ/Vértice, 1988.

²⁰⁶ Uma boa síntese encontra-se em Azevedo, Carmen Lucia (e outros). *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2ª ed., São Paulo, Senac, 1998, pp. 119 e ss. A esse mesmo respeito, ver Luca, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, EdUnesp, 1999. Apoiei-me também em seus próprios relatos, a partir de Lobato, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1959. (obras completas de Monteiro Lobato, vol 13.)

²⁰⁷ Lobato, op. cit., pp. 157, 158 e 253.

Na produção gráfica, Lobato também inovou, investindo em ilustrações de capa, acabamento esmerado e num parque gráfico próprio que pudesse sustentar um salto nas tiragens. A compra de um equipamento de último tipo no exterior rendeu, aliás, a Lobato o fracasso deste seu primeiro empreendimento no setor, frente à crise de energia que abalou São Paulo em meados dos anos 20, impedindo-o de por as máquinas, alienadas, para rodar a todo o vapor, cobrindo os custos de seu alto investimento. Mas, da *Lobato* falida, para a *Cia Editora Nacional*, maior empresa do ramo nos anos seguintes, o salto foi imediato e a atividade editorial por ele iniciada seria seguida por Octalles, mesmo depois da saída de Lobato da firma.²⁰⁸

Monteiro Lobato inovou também nas estratégias de marketing agressivo, com a utilização de propagandas e campanhas publicitárias antecedendo o lançamento de seus títulos mais expressivos. Em entrevista a Oswald de Andrade, para a revista *Papel e tinta*, em 1920, definia-se não mais como escritor, mas como “comerciante” e assim respondeu a uma pergunta sobre se não estaria pensando em lançar novos contos:

*“Qual! Penso só em lançar gente, para que a minha empresa editora caminhe direito. Olhe, já organizei uma tabela, uma tabela de lançamentos. Há lançamentos de primeira classe, de segunda e de terceira. Os de primeira exigem retratos nas revistas. Por sinal, quanto vocês cobram em Papel e Tinta por um retrato de literato, decorativo, com cabeleira, numa livraria, e por baixo: - ‘O ilustre autor dos ‘Tomates Fritos’, verdadeira e última revelação da talentosa moderna geração paulista?’”*²⁰⁹

²⁰⁸ Idem, pp. 160 e 161.

²⁰⁹ Apud Azevedo (e outros), op. cit., p. 129.

Para o que nos interessa mais diretamente, entretanto, o salto mais importante dado por Lobato diz respeito ao relacionamento entre editores e escritores. A outra grande especificidade de seu projeto: não aos “medalhões” e toda a força aos novos nomes da literatura brasileira. Em suas palavras, assim resume a sua diferença para os editores tradicionais, em uma entrevista concedida nos anos 1940:

“- Como eram as edições naquele tempo?

- Havia umas tantas galinhas velhas – Alves, Garnier, Briguiet – que de vez em quando botavam um livro. Uma edição de mil exemplares durava a vida inteira. Tudo feito ao molde português, o qual português também copiava o francês. Nós mudamos tudo. Arranjamos desenhistas para substituir as monótonas ‘capas tipográficas’ pelas capas desenhadas – moda que pegou e ainda perdura. Os balcões das livrarias encheram-se de livros com capas berrantes, vivamente coloridas, em contraste com a monotonia das eternas capas amarelas das brochuras francesas.

- E os autores?

- Ah, fui um editor revolucionário. Abri as portas aos novos. Era uma grande recomendação a chegada dum autor totalmente desconhecido – Eu lhe examinava a obra com mais interesse. Nosso gosto era lançar nomes novos, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam os consagrados.

- E quando sua editora era procurada pelos consagrados, pelos medalhões?

- Ah, não entravam. ‘Tenha paciência, amigo. Você já está graúdo, já tem nome. Arrume-se lá com o Garnier ou o Alves. Nós aqui

somos para os que se iniciam.’ Só exigiamos uma credencial: talento”.²¹⁰

Um dos aspectos “revolucionários” desta atuação do Lobato editor, viria da forma como tratava com os autores a questão dos direitos autorais. Abertamente falando em um negócio, que deveria interessar a ambas as partes, Lobato mostrava aos autores as possibilidades e limites de vendagem de suas obras e, o principal, pagava aos jovens talentos que lançava, conforme tais critérios comerciais. A esse respeito é bastante ilustrativa sua carta, enviada em setembro de 1917, a Valdomiro da Silveira, velho conhecido de Lobato, pois dirigia um jornal com o qual este já havia colaborado. Trocando de papéis, Lobato explicita o conjunto das regras do jogo para o conhecido de longa data:

“Amigo Valdo:

Quando aí te propus editar os contos, conhecia pouco da tramóia do negócio. Julgava que estes 25 milhões de brasis lessem um pouco mais, e que a literatura tipo 1, 2 e 3 recebesse dos editores paga, se não digna do mérito, pelo menos decente. Verifiquei que a recebe indecente. O comum é darem eles – Alves e outros – 10% sobre o preço do livro `proporção da venda, caso não adquiram a propriedade por uns mil réis que raro chegam a conto (o Euclides recebeu 700\$000 pelos Sertões). De modo que, tudo ponderado, inclusive os 30% que levam os livreiros pela consignação, faço-te esta indecorosíssima proposta! ou 500\$ pela propriedade da 1ª ed., ou 10% sobre o preço do vol. À medida que forem vendidos, entendida

²¹⁰ Lobato, op.cit., p. 255.

uma tiragem de 2.000 exemplares a 3\$000 o volume. Que vergonha, hein? Acho que deves recusar com indignação. Todavia, se por mal entendida modéstia te degradares a ponto de aceites a irrisória proposta, o livro que tanta falta faz a nossa literatura virá iluminar as estantes de todas as criaturas de bem gosto. Responda com indignação”.²¹¹

Se do ponto de vista de valores, a proposta de Lobato apoiava-se nos números pagos pelas outras editoras, a diferença estava em que ele o fazia com autores desconhecidos do público, para os quais as editoras tradicionais não tinham espaço ou publicavam por encomenda paga pelo próprio autor, aceitando, no limite, imprimir a obra sem pagar direitos. Esta faceta de Lobato ficaria mais visível em uma outra correspondência, esta de 1918, a Lima Barreto, com uma oferta para publicar *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Lima, que assumidamente vendia pouco e tinha dificuldades para fazer imprimir suas obras (voltaremos a este ponto mais adiante), foi tratado por Lobato como um autor de primeiro nível, em carta desprovida da ironia da correspondência anteriormente mencionada:

“A Revista do Brasil tem muito gosto de editar essa obra e o faz nas seguintes condições: como é pequena, podendo dar um volume aí de 150 páginas, mais ou menos, convém fazer uma edição de 3.000 exemplares em papel jornal, que permita vender-se o livro a 2\$000 ou máximo 2\$500; nesse caso, proponho 50% dos lucros líquidos ao autor, pagáveis à medida que se forem realizando.

²¹¹ Apud, Lajolo e Zilberman, op. cit., p. 109.

Podemos fazer mais outra proposta: a Revista explorará a primeira edição tirada nas condições acima mediante o pagamento de 800\$000 no ato da entrega dos originais e a outra de 3 meses depois de saído o livro.”²¹²

Frente ao exposto sobre a trajetória de Lobato é possível concordar com a avaliação de Hallewell, para quem: “O que as editoras posteriores, como a José Olympio, realizaram, só foi possível porque puderam trilhar o caminho que Lobato já havia explorado. Durante os sete anos de sua primeira aventura editorial ele conseguiu revolucionar todos os aspectos da indústria.”²¹³

Retornando ao Rio de Janeiro e ao contexto dos anos 1930 e 1940, é possível perceber que a renovação editorial era empreendida também graças a jovens editores, dispostos a, nas trilhas de lobato, valorizar a produção ficcional nacional. Apenas para seguirmos um exemplo significativo, tomamos em questão para análise mais detida a “Livraria Schmidt Editora”.²¹⁴ Seu fundador, Afonso Frederico Schmidt, intelectual de origem católica, que se dividiria ao longo da vida entre a poesia e os negócios, lançou-se no mercado de livros com a fundação, justo em 1930, da “Livraria Católica”, no Rio de Janeiro.

Em torno da livraria passou a reunir-se o chamado “Círculo Católico”, composto por Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco e Alceu de Amoroso Lima. Engajados no “espírito da época” de militância intelectual, os literatos católicos ocupariam nos anos seguintes um lugar

²¹² Apud idem, p. 109.

²¹³ Hallewell, op. cit., p. 250.

²¹⁴ As informações a seguir foram retiradas de Hallewell, op. cit., pp. 338 e ss.

de destaque no debate político e social nacional. Mas Schmidt evitou uma associação mais estreita entre a produção de sua editora e o “Círculo”. Tal intenção materializou-se em uma mudança de nome da própria editora, que evitou chamar-se de livraria Católica, passando a usar a marca Schmidt.

Publicou autores de todos os credos políticos, adotando como regra o lançamento de jovens talentos até então desconhecidos. Seu primeiro lançamento, por exemplo, foi *Oscarina*, livro de contos de um autor que até então, com 24 anos, vivia como caixeiro-viajante, de nome Eddy Dias da Cruz, que assinava Marquês Rebelo. O romance, porém, era o carro-chefe da renovação literária daqueles anos. Nas palavras de Micelli:

“O aspecto decisivo residiu no êxito comercial da literatura de ficção, gênero através do qual sucedeu a transição dos padrões de dependência cultural e que, ao mesmo tempo, propiciou a gênese de um grupo restrito de escritores profissionais.” 215

E Schmidt se adiantaria a lançar vários talentos nesta área. Apenas para citar alguns exemplos, em 1931, a sua casa editora lançou o primeiro romance de um jovem escritor baiano, de apenas 19 anos, chamado Jorge Amado – trata-se de *O país do carnaval*. O livro vendeu duas edições, num total de 3.000 exemplares, em menos de um ano. Números modestos para as cifras posteriores de Jorge Amado, mas bastante significativos para um estreante na época.

Dois anos depois, Schmidt lançaria o primeiro romance de outro nordestino cujo talento logo seria reconhecido: Graciliano Ramos. O livro era *Caetés*, e o editor a ele chegara a partir de uma notícia publicada em um jornal de Alagoas e transcrita

²¹⁵ Micelli, *Intelectuais...*, op. cit., p. 192.

no *Jornal do Brasil*, sobre um prefeito do interior que havia publicado, no Diário Oficial do estado, em 1929, em estilo literário original que chamou a atenção de todos, um relatório oficial sobre sua gestão. Intuindo que autor de tão refinado estilo devia ter um romance na gaveta, Schmidt passou a assediá-lo, através de um emissário, até que Graciliano resolveu enviar-lhe o romance, de fato já escrito havia cerca de 5 anos.

A atividade editorial de Schmidt foi, também, fortemente marcada pela publicação de obras que repercutiam o calor do debate político, na primeira fase do governo Vargas. Na “Coleção Azul”, que destinava ao debate político, o editor publicou desde defesas do Estado corporativo, como as obras de Virgílio de Santa Rosa – entre as quais a primeira edição de *O sentido do tenentismo* – até críticas cétricas ao processo “revolucionário”, oscilante entre os tenentes e as oligarquias, como *Brasil errado*, de Martins de Almeida. Nesta mesma coleção apareceria, em 1933, *O que é o integralismo?*, de Plínio Salgado.

Após uma largada bastante satisfatória, os empreendimentos editoriais de Schmidt começaram a declinar em meados da década, com a migração de muitos dos autores que lançou para outras casas editoriais, como a “Ariel” e, mais tarde a “José Olympio”, que se transferiu de São Paulo para o Rio em 1934. Apesar disto, em 1937, a editora de Schmidt ainda lançou cerca de vinte novas edições e imprimiu em torno de 100.000 exemplares. Por fim, em 1939, o negócio foi passado para Zélio Valverde, embora Schmidt se mantivesse como sócio da firma.

5- Escritores e editores

Vimos que episódios como os das relações comerciais entre escritores e editores na virada do século, bem exemplificados pelos contratos de Machado de

Assis com Garnier – ressalvado o fato de que Machado nunca tenha se queixado de seu editor -, criaram em vários autores a sensação de que pouco se podia esperar da atuação desses representantes do negócio dos livros.

Os problemas com os editores podem ser bem exemplificados pela trajetória de Lima Barreto. Seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, uma sátira sobre o jornalismo carioca, foi publicado originalmente em capítulos na revista que dirigia, *Floreal*. Dado o seu próprio tom polêmico, a obra não interessou aos editores cariocas. Em livro, o romance só apareceria em 1909, editado por uma firma portuguesa – a Livraria Clássica Editora – ainda assim com um acordo em que o autor abria mão dos direitos autorais e o livro seria “editado”, para ficar mais em acordo com o uso português da língua. Como as livrarias brasileiras – as mesmas Garnier, Briguet e Alves, que não se interessaram em publicar o romance – importaram apenas algumas dezenas de exemplares, o livro logo estava esgotado na praça do Rio de Janeiro. Depreende-se daí que o salto da oferta de Lobato a Lima, acima comentada, foi significativo para o escritor carioca, embora seja indiscutível que Lobato, neste caso, mostrasse também grande discernimento como editor.²¹⁶

O período de maior profissionalização representou algumas mudanças, no sentido de uma maior atenção dos autores para com a questão dos direitos e, dado o crescimento do mercado e a concorrência, uma maior possibilidade de fazer negociações menos indignas com as editoras. Mesmo escritores que se auto-definiam como incapazes para as questões de dinheiro, como era o caso de Mário de Andrade, parecem ter se apercebido das novas possibilidades abertas nos anos 1930, ao menos para uma parcela dos homens de letras. Em carta a Álvaro Lins, assim se refere a negociações em torno dos direitos de uma nova obra:

²¹⁶ Seguimos aqui Hallewell, op. cit., p. 190.

“Como já lhe contei, creio, dos Aspectos, os meus direitos autorais que eram de um conto e oitocentos e poucos mil réis, foram reduzidos a um conto, a pedido do Fischer, que aplicou o resto em publicidade. Não tenho a menor queixa dele por isso, pois nada reguláramos preliminarmente.

Mas depois ele vem insistindo em editar outro livro meu e eu dizendo que sim, que sim, mas sempre esperando que ele entre em conversa franca, como ele mesmo propunha, para definir o contrato. Mas, como não entrava mesmo na conversa, lhe escrevi recentemente, pedindo as condições financeiras da edição...”²¹⁷

Se Mário, antes pouco afeito às negociações, agora tomava a iniciativa de publicar conforme a oferta, Graciliano manifestaria, ainda nos anos 30, uma reiterada desconfiança em relação aos editores, que o levava a ser ainda mais rígido que Mário. Em carta a esposa, assim se refere as negociações em torno de *Angústia*:

“O Angústia vai indo. Estão emendadas duzentas e quatro páginas. Dentro de um mês estará concluído e datilografado. Recebi novas cartas do Zelins e do Jorge pedindo-º Ainda não dei resposta, mas vou dizer que mandarei os originais quando o editor enviar os cobres. Não tenho confiança nos editores, uns ratos.”²¹⁸

²¹⁷ Apud, Lajolo e Zilberman, p. 113.

²¹⁸ Apud, idem, p. 114.

Anos mais tarde, em 1947, Graciliano consegue perceber sua produção no conjunto do mercado editorial, em condições de planejamento de ganhos que, nas décadas anteriores, seriam impensáveis. Em carta ao filho Júnior, relata que:

“Além da confusão política, dos avanços e recuos, o negócio de livros anda mal. Todos os negócios, naturalmente. Duas editoras rebentaram numa semana, as outras estão um pouco mais ou menos paralisadas. Se se publicassem hoje os meus romances, o desastre seria completo. À saída venderam-se quinhentas coleções para Lisboa, duzentas para o Instituto Nacional do Livro e só em São Paulo, na capital, 400 em oito dias. De repente cessaram os pedidos, ou vêm pingados. Esta encrenca política desarranjou-me: se não fosse ela, os vinte milheiros estariam a esgotar-se. Lá fora, um horror. A prestação inicial da edição de Infância na Argentina chegou-me com seis meses de atraso; a de Vidas Secas, publicado em março, ainda não veio. Tempo de vacas magras. Em desânimo, findei o primeiro volume da história que estou fazendo – 33 capítulos – e mergulhei no segundo. Suponho que terei as memórias prontas em três anos. Pedi este prazo ao editor, vou recebendo os direitos autorais mbes a mês, isto é, vivo comendo os miolos.”²¹⁹

A carta de Graciliano é extremamente pertinente para as considerações que podem ser feitas para a conclusão do capítulo. Nela, escrita já no fim do período estudado, transparecem elementos que fecham o ciclo de profissionalização ao qual nos referimos ao longo desta seção do trabalho. Graciliano menciona as vendas para o Brasil e o exterior, as compras do Estado, a possibilidade de planejar ganhos com

²¹⁹ Apud, idem, p. 114.

direitos autorais e contratos feitos em termos de adiantamentos de três anos. As tiragens são altas e, o mais importante, fica claro em seu registro, que alguns escritores viviam, de fato, de livros, no fim do período por nós abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação desta tese, iniciamos por uma descrição do percurso da pesquisa. Após a leitura do conjunto do trabalho, deve estar claro o tipo de deslocamento que a abordagem foi ganhando, a medida que o trabalho avançava em novas leituras e no contato com as fontes. Partindo da boemia, como referência de espaço de sociabilidade intelectual para uma geração com a qual já havia travado contato em pesquisa anterior, acreditava estar privilegiando o ponto de junção da intelectualidade carioca do período. Já havia estabelecido naquele estudo prévio a contextualização necessária da invenção da boemia e da malandragem como características identitárias fundamentais da cidade do Rio de Janeiro e do ser carioca. Porém, de certa forma, ainda estava limitada ao fascínio daquele espaço específico.

Nos diversos capítulos da tese espero ter estabelecido um mapeamento mais amplo do campo intelectual carioca nos anos 1930 e 1940. Se a boemia permaneceu importante, foi agora possível compreender por que, justamente naquela fase, dá-se a superação do padrão boêmio de socialização intelectual que havia dominado a cena carioca desde o século anterior. Aquelas décadas correspondem, justamente, a uma fase de crescimento dos espaços de profissionalização do escritor, agora, ao menos potencialmente, capaz de sobreviver de livros. O crescimento do mercado editorial (crescimento de tiragens, pontos de vendas e de público-leitor), além

regulamentação e o respeito – ainda que limitado – aos direitos autorais, podem ser tomados como indicadores desta virada.

É neste sentido que o trabalho dos homens de letras em outros espaços pode também ser repensado. A imprensa, cujo ritmo de profissionalização é também acelerado a partir de então, passa a reservar, de forma específica, um espaço para os escritores em suas páginas. O dos suplementos literários. Se antes dominavam os escritores/jornalistas, agora é possível escrever em jornais apenas sobre livros, em colunas ou resenhas, que alimentavam e se alimentavam desta fase de crescimento editorial. Um crescimento que justificava, inclusive, uma abordagem curiosa dos literatos como personagens, como o faz João Conde em seus *Arquivos Implacáveis*. Alimentava-se aí a curiosidade do leitor em relação às formas de produção e à vida privada dos autores mais conhecidos. Alimentou-se, também, diga-se de passagem, a curiosidade analítica da pesquisadora.

Por este caminho também foi possível rever as complexas relações entre os literatos, a política e o Estado naquele período. Tratada, em geral, pela literatura acadêmica, em termos de um processo de cooptação de boa parte dos intelectuais, indicado pela ocupação de cargos públicos pelos homens de letras, aquela relação apareceu aqui de forma mais ambígua. Não só na discussão sobre a ocupação de cargos públicos, nem sempre pensada como adesão, às vezes tomada pelos literatos como simples forma de sobrevivência, mas também encarada por alguns como ampliação dos espaços estratégicos na sociedade política para a efetivação de

propostas de políticas públicas gestadas em organizações da sociedade civil. Discutiu-se também a relação entre os intelectuais e a política a partir de projetos autônomos de intervenção na cena literária, como a *Revista Acadêmica*. Projeto de intervenção na vida literária efetivado em um contexto de radicalização da vida política, o que explica a necessária vinculação assumida pela maior parte daquela geração intelectual de colaboradores da *Acadêmica*, que trataram sua atividade como também marcada pela opção de engajamento político.

O objetivo de mapeamento do campo pode ter tido aqui um tratamento preliminar, pois de certo restam lacunas que um trabalho individual não poderia cobrir. Se as indicações e pistas aqui levantadas puderem servir de entrada para outras pesquisas, o trabalho já terá tido sucesso. Quanto à análise dos processos de produção e socialização do trabalho intelectual, a indicação de que neste campo, como em outros no período, a profissionalização em curso alterou padrões e inaugurou novas práticas, me parece suficiente para despertar novas perspectivas de trabalho.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Periódicos

Anuário Brasileiro de Literatura. Rio de Janeiro, Ponguetti, 1939.

“Letras e Artes”, suplemento de *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1946-1948.

Revista Acadêmica. Rio de Janeiro, 1933-1948.

Correspondência manuscrita

Arquivo Murilo Miranda. Arquivo do Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa.

Arquivo Mário de Andrade. Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo.

Biografias, memórias, entrevistas e literatura de época

ANDRADE, Mario de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.

----- . *Cartas a Murilo Miranda: 1934/1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

- AZEVEDO, Carmen Lucia (e outros). *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2ª ed., São Paulo, Senac, 1998.
- BAUDELAIRE, Charles. *Escritos Íntimos*. Lisboa, Estampa, 1982.
- BILAC, Olavo. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916.
- CASTRO, Werneck de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.
- COELHO NETO. *A conquista*. 5ª ed., Porto, Lello & Irmãos, s.d.
- FIGUEIREDO, Guilherme de. *Cobras & Lagartos*. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- IRAJÁ, Hernani. *Adeus Lapa*. Rio de Janeiro, Record, 1967.
- LIMA BARRETO, A. H. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1968.
- LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1959.(obras completas de Monteiro Lobato, vol 13.)
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro, Ed.americana,1974.
- MARIA, Antônio. *Com Vocês Antônio Maria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- MARTINS, Luís. *Noturno da Lapa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- MENESES, Raimundo. *A vida boêmia de Paula Nei*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1944.

MURGER, Henry. *Scenas da Vida Bohemia*. Lisboa, Empreza, s.d.

SENNA, Homero. *República das Letras*. 3ª ed., RJ, Civ. Brasileira, 1996.

Obras de Referência

CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. 2 ed.
Rio de Janeiro, MEC/DIN,1955.

LIMA, Alceu Amoroso (apresentação). *Quem é quem nas artes e nas letras do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores/Departamento Cultural e de Informação, 1966.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, Vol.VII (1933-1960).2ª ed.,
São Paulo, T A Queiroz, 1996.

MENESES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*, 2 ed., Rio de Janeiro, LTC,
1978.

RIBEIRO FILHO, J.S. *Dicionário Bibliográfico de Escritores Cariocas(1565-1965)*.
Rio de Janeiro, Brasiliana,1966.

Bibliografia Citada

AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*. Paris, Fayard, 1968.

ANTELO, Raul, *Literatura em Revista*. São Paulo, Ed. Ática, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um Lírico no Auge do Capitalismo*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

CANDIDO, Antônio. *Brigada Ligeira e outros escritos*. São Paulo, UNESP, 1992.

----- *Literatura e Sociedade*. 7ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. "1930: reedição (melhorada) da república". In *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, dez. 1990.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GIRARDET, Raul. "Du concept de générations à la notion de contemporanéité". In *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXX, abril-junho 1983.

GOMES, Angela de Castro. "Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo." In *Estudos Históricos*. N. 11. Rio de Janeiro, CPDOC, jan/jun 1993.

----- *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro IUPERJ/Vértice, 1988.

----- *História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, EdUnesp, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo Método Confuso: Humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1993.
- MENDES JUNIOR, Antonio. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas”. In Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 3. 3ª ed, São Paulo, Difel, 1986.
- MENDONÇA, Sonia. “Estado e sociedade”, In Mattos, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Niterói, LDH/UFF, 1998.
- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP, Difel, 1979.

- . *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo... De cidade-capital a Estado da Guanabara*. Niterói, UFF, 1997. (tese de doutorado).
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- PACHECO, Tânia. *Poeta ariel e calibã burguês: Mário de Andrade*. Niterói, UFF, 1996, 2 vols. (Tese de Doutorado).
- PAULO, Heloisa Helena. *O D.I.P. e a Juventude no Estado Novo (1939-1945): Análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal*. Niterói, UFF, 1987. (Dissertação de Mestrado)
- PEREIRA, Leonardo A. M. "Literatura e História Social: a 'geração boêmia' no Rio de Janeiro do fim do Império". In *História Social*. Nº 1. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1994.
- PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Laura Maria. *Revista Acadêmica (1933-1948) e a Arte Moderna Brasileira nas Décadas de 1930-1940*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, 1989.

- SARMENTO, Carlos E. B. *Autonomia e participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996. (dissertação de mestrado)
- SCHWARTZMAN, Simon (e outros). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Edusp, 1984.
- SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa. 1830/1930*. Porto Alegre, L&PM, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SIRINELLI, J. F. "A geração". In Ferreira, Marita de Moraes & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- , "Génération et histoire politique". In *Vintième siècle. Revue d'histoire*. 22, abril, 1989.
- TREBITSCH, Michel. "Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme". In *Cahiers de l'Institut D'Histoire du Temps Present*. N° 20. Paris, IHTP, mar. 1992.
- VELASQUES, Muza Clara Chaves. "Lembranças da Montmartre dos Trópicos". *Revista Vária História*. N° 15, Belo Horizonte, março de 1996.

----- . *A Lapa boêmia um estudo da identidade carioca*. Niterói, UFF, 1994
(dissertação de mestrado).

VELLOSO, Mônica Pimenta. "A 'cidade-voyer': o Rio de Janeiro visto pelos paulistas."
In *Revista Rio de Janeiro*. No. 4. Niterói, UFF, dezembro de 1986.

----- . "A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo político". In
Estudos Históricos. N. 11. Rio de Janeiro, FGV, jan./jun. 1993.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.